

**Agricultura familiar integrada ao mercado: mediação política e transformações socioespaciais no assentamento rural Vale do Lírio/RN**



**Rosana Silva de França**

ROSANA SILVA DE FRANÇA

**Agricultura familiar integrada ao mercado: mediação política e transformações socioespaciais no assentamento rural Vale do Lírio/RN**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Área de concentração: Dinâmica e Reestruturação do Território, da Universidade Federal do Rio grande do Norte, para a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia da Conceição Gomes.

NATAL

2005

ROSANA SILVA DE FRANÇA

**Agricultura familiar integrada ao mercado: mediação política e transformações socioespaciais no assentamento rural Vale do Lírio/RN**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Rita de Cássia da Conceição Gomes  
Departamento de Geografia – UFRN  
Orientadora

---

Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues  
Departamento de Geografia – UFPB  
1ª Examinadora

---

Profa. Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino  
Departamento de Ciências Sociais – UFRN  
2ª Examinadora

*À minha inesquecível mãe, Maria do  
Rosário, que me ensinou a ter fé na vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Durante a construção deste trabalho, muitos desafios foram enfrentados e superados graças à colaboração de várias pessoas as quais quero deixar registrada a minha gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço à professora Rita de Cássia a quem devo a orientação deste trabalho. Neste momento, faltam palavras para agradecer, foram tantas lições que aprendi que jamais esquecerei.

Aos agricultores assentados, sujeitos da pesquisa, os quais dedicaram parte do seu tempo para conversar e responder os questionamentos.

À minha família, principalmente minhas irmãs, Regina, Renata, Raquel, Ruth e Rejane, e minha prima Verônica pelo incentivo e palavras de afeto.

À minha amiga de “todas as horas”, Sara Raquel pelo carinho, amizade e companheirismo compartilhado desde os tempos da graduação.

Aos amigos Maria José, Jane Roberta, Marcio Roberto, Larissa Targino, Josué Bezerra, Sara Raquel, Ivan Luiz e Elizabete pela valiosa contribuição durante a realização da pesquisa de campo.

Aos professores do curso de Mestrado em Geografia com os quais realizei seminários, resenhas e produzi textos que me ajudaram na prática de fazer pesquisa.

Aos colegas da turma do curso de 2003 pelas conversas, churrascos e angústias que dividi, em especial destaque: Reinaldo, Marcio, Otânio, Ana Lúcia, Wanda, Severino, Ricélia e Alessandra.

Aos professores de graduação Marjorie Ramos, Anieres Silva e Cleonice Furtado, pelo incentivo e pelas conversas nos corredores da Geografia.

Aos colegas da Escola Freinet, principalmente Graça, Robson e Dorinha pelo apoio e pelas caronas a Universidade durante o período em que cursei as disciplinas no curso.

À Capes pelo apoio financeiro, para realização da pesquisa.

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma ajudaram-me e que, nesse instante, a memória não me permite citar. Muito Obrigado!

## RESUMO

Compreende um estudo acerca do desenvolvimento da agricultura familiar integrada ao mercado em que se destaca o desenvolvimento da relação de parceria entre assentados de reforma agrária e empresa capitalista. Para tanto, inicialmente é exposta uma discussão conceitual sobre a agricultura familiar, perpassando pelo quadro histórico que caracteriza a expropriação e subordinação da categoria. Percorrido este caminho, a agricultura familiar é contextualizada no momento da modernização da agricultura, do aumento das tensões sociais no campo, da reestruturação produtiva e da globalização. Com o intuito de entender a questão agrária no Rio Grande do Norte, é caracterizada a atuação do Estado na promoção de políticas fundiárias e da redistribuição de terras. Nesse sentido, a pesquisa demonstra a realidade do assentamento Vale do Lírio, dada a efetivação da parceria com a empresa Caliman S. A. Nesse processo, se enfatizam as transformações socioespaciais no assentamento. Para isso, foi realizado o trabalho de gabinete, levantamento de dados em vários órgãos e o trabalho de campo com a aplicação de formulários, em 90% das famílias assentadas, e da aplicação de entrevistas junto aos presidentes das associações e administrador da empresa. A pesquisa resultou, dessa forma, numa análise da realidade vivida pelos assentados, dentro da perspectiva dos interesses do Estado e do capital.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Estado. Questão agrária. Assentamento rural

## **ABSTRACT**

It's an application about the development of the "family agriculture" integrated to the market in which is detected the development of the relation of partnership between settled of agrarian reform and the capitalist enterprise. It's shown initially, a conceptual discussion about family agriculture, watching the historical contexts that characterize the expropriation and subordination of the category. This way, the family agriculture is contextual zed in the moment of the modernization of the agriculture, he rising of the social tension in the area of the restructuration of production and the globalization. Finding to understand the agrarian question in Rio Grande do Norte, it's characterized the acting of the state in promoting agrarian reform politics and redistribution of lands. This way, the research demonstrate the reality of the settled of Vale do Lírio, with the partnership of the Caliman Company S. A. in this context, it's emphasized the social geographic transformation in the settler. This way it was realized the analysis of the survey of data in a lot of public department, and the research of the area with use of application form, in 90% percent of the researched group, with interviewing with the leaders of this group and with the manager of the Company. The research demonstrates an analysis of the reality lived by this group, in the perspective the interests of the government and the capital.

Key words: Family Agriculture, Government, Agrarian question, Land of Settling.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização da área objeto de estudo	84
Figura 02 - Carta imagem do município de São José de Mipibu	85
Figura 03 - Mapa do Rio Grande do Norte com destaque para o município de São José de Mipibu	87
Figura 04: Planta ilustrada do assentamento Vale do Lírio	103
Figura 05 - Casas reformadas com garagem e casa em construção	106
Figura 06 - Colheita do mamão e principais máquinas utilizadas na lavoura (da direita para esquerda) pulverizador, trator e arador	107
Figura 07 - Colheita da batata-doce e principais instrumentos de trabalho do grupo excluído da parceria	108
Figura 08: Igreja em construção, culto adventista realizado no quintal da casa de um assentado (foto abaixo) e rua, espaço de sociabilidade do assentado	122
Figura 09: Os jovens improvisando o lazer na vila de moradores	123
Figura 10: Casa anexa construída no assentamento Vale do Lírio	125
Figura 11: Construção de casa no lote individual pelos assentados excluídos da parceria	126

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Número de assentamentos criados pelo INCRA no Rio Grande do Norte no período de 1987 a 2004	78
Gráfico 02 - Origem dos assentados do assentamento Vale do Lírio	113
Gráfico 03 - Ramo da atividade principal anterior a condição de assentado	114
Gráfico 04 - Participação da mulher no assentamento Vale do Lírio	115
Gráfico 05 - Quantidade de pessoas por unidade familiar que trabalham no assentamento	116
Gráfico 06 - Renda familiar mensal dos assentados parceiros	117
Gráfico 07 - Outras fontes de renda dos assentados parceiros	118
Gráfico 08 - Tempo em horas dedicados ao trabalho pelos assentados parceiros	119
Gráfico 09 - Casa mantida no formato original no assentamento Vale do Lírio	124
Gráfico 10 - Renda familiar mensal dos assentados excluídos da parceria	127

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACC – Associação de Apoio à Comunidade do Campo  
ASVALE – Associação do Assentamento do Vale do Lírio  
CEB – Comunidades Eclesiais de Base  
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas  
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
ESTAB. – Estabelecimento  
ET - Estatuto da Terra  
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural  
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura  
FETAG – Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura  
FETARN – Federação de Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário  
MEB – Movimento de Educação de Base  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
P.A - Projeto de Assentamento  
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RN – Rio Grande do Norte  
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SAR - Serviço de Assistência Rural

STR – Sindicato do Trabalhador Rural

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

ULTAR – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do RN

## SUMÁRIO

1 – Introdução	14
2 - A Agricultura familiar no contexto da reestruturação produtiva	20
2.1 - Agricultura familiar: uma reflexão conceitual	21
2.2 - Histórico da agricultura familiar brasileira	30
2.2.1 - A evolução dos sistemas de trabalho no campo	34
2.2.2 – Marcos jurídicos da questão agrária brasileira	41
2.3 - A integração da produção familiar à indústria no contexto da reestruturação produtiva	47
3 - O Estado e a questão da terra no Rio Grande do Norte	63
3.1 - O cenário recente da luta pela terra no Rio Grande do Norte	75
4 - A agricultura familiar no assentamento Vale do Lírio: a parceria e suas implicações socioespacia	82
4.1 - Características gerais da área de estudo	83
4.2 - O assentamento Vale do Lírio	92
4.3 - A parceria no assentamento Vale do Lírio	100
4.4 - A organização do processo de trabalho sob a ótica da parceria	111
4.5 - A reprodução social do assentado: o morar e o viver	121
5 Considerações finais	128
Referências Bibliográficas	132
Apêndices	

## 1 - Introdução

Este trabalho estuda o fenômeno Assentamentos Rurais, em particular a experiência do assentamento rural Vale do Lírio, localizado no município de São José de Mipibu, Rio Grande do Norte. A área objeto de estudo é entendida como uma expressão das faces da questão agrária no Brasil e suas contradições.

A questão agrária e de sua reforma perpassa a distribuição de terras, compreendendo também a redistribuição de oportunidades de reinserção ou de inserção no sistema econômico, de forma que atenuem e neutralize as forças que tendem a dele expulsar ou descartar (MARTINS, 2003a).

A intenção da pesquisa foi analisar os resultados da experiência de reforma agrária em uma área planejada pelo Estado, no desenvolvimento da agricultura familiar integrada ao mercado em que se deu a parceria com empresa capitalista.

A escolha do assentamento Vale do Lírio para pesquisa se deu devido às especificidades que foram observadas quando a visita em vários projetos de assentamentos. Nessas visitas\* se estabeleciam conversas, na tentativa de desvelar o universo do assentado, chamando atenção o fato do assentamento Vale do Lírio ser apontado como um lugar perfeito, o assentamento dos sonhos, de prosperidade, onde os assentados detinham a combinação de três elementos considerados essenciais para todos: terra, trabalho e renda. O ideário construído no imaginário dos assentados foi um dos fatores que inicialmente conduziu o conhecimento da realidade social do Assentamento Vale do Lírio, uma vez que muitos assentados não

---

\* As visitas realizadas nos assentamentos rurais do Rio Grande do Norte ocorreram devido à participação na pesquisa desenvolvida pela Profa. Maria José Costa, no ano de 2003, quando realizava uma coleta de dados amostrais para fins de pesquisa e análise sobre o processo de reforma agrária no Rio Grande do Norte.

conheciam o referido assentamento e, na maioria das vezes, sequer tinham visitado o projeto, mas sonhavam em ter as condições de vida parecidas com o que era divulgado sobre o assentamento.

Outro fator que contribuiu para a investigação da agricultura familiar, efetuada no território, foi o fato da parceria firmada entre os assentados com a empresa ter fragmentado o assentamento em dois grupos, pois das 62 famílias assentadas, 42 aderiram ao projeto de produção de mamão para a exportação. As 20 famílias restantes foram impedidas de participar da parceria, uma vez que não se enquadraram no perfil exigido para obtenção de crédito. Dessa maneira, a experiência no assentamento Vale do Lírio ajuda a compreender e analisar a agricultura familiar integrada ao mercado, ao mesmo tempo em que é possível analisar a agricultura familiar autônoma, num espaço que se segmenta entre a produção especializada apoiada pelo Estado, como uma condição necessária para o desenvolvimento desta agricultura e a agricultura tradicional, que se baseia nos saber-fazeres construídos pelo agricultor assentado ao longo de suas vivências.

Com base na intervenção do Estado, se pretendeu fazer uma análise, visando compreender as mudanças e construções de territorialidades no assentamento, assim como as transformações socioespaciais. Segundo Corrêa (1998, p. 251), a territorialidade diz respeito *“(...) ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”*.

Entendido o território como reflexo das ações de atores sociais, considera-se que o Estado, como agente de transformação de um espaço, se constitui num objeto de análise geográfica condizente com o estudo.

A pesquisa baseou-se, além das leituras em diversos autores, em dados qualitativos e quantitativos. A análise quantitativa foi realizada com base na aplicação de 56 formulários junto às famílias do assentamento Vale do Lírio (Apêndice A), correspondendo a 90% das famílias assentadas. Destas, 38 famílias declararam ser comprometidas com a parceria na produção de mamão; 12 famílias declararam a participação no Projeto do Inhame e 06 declararam não possuir vínculo com nenhum dos projetos desenvolvidos no assentamento, possuindo outra atividade como ramo principal. A análise qualitativa baseou-se na história oral dos assentados. O tratamento dado às declarações transcritas, principalmente no terceiro capítulo, foram realizados preservando-se a identidade dos sujeitos pesquisados. Dessa maneira, adotou-se na pesquisa, a identificação do entrevistado apenas com as letras iniciais do seu nome, seguido de sua idade e ano da entrevista.

A pesquisa de campo foi realizada durante os meses de novembro e dezembro de 2004, de forma sistemática, com a aplicação de formulários junto às famílias e entrevista com os presidentes da associação (Apêndice B). Para tanto, no decorrer da pesquisa foram feitas várias visitas no assentamento, quando foi sentida a necessidade de conhecer melhor a realidade vivida pelos assentados. Na investigação foi adotado o método de estudo de caso, buscando compreender e perceber a realidade social dos sujeitos da pesquisa.

No assentamento, normalmente os assentados perguntavam a razão da visita e para que serviria aquele formulário, quais eram as intenções da pesquisa e, em alguns momentos, era necessário estabelecer conversas para conquistar a confiança dos agricultores para que os mesmos respondessem aos questionamentos. Nas entrevistas, muitas vezes, o formulário era respondido

coletivamente pela família, quando muitas informações eram detalhadas ou lembradas pelos seus membros.

Na empresa Caliman Agrícola S. A., as informações, na maioria dos casos, foram prestadas sem problemas; outras foram negadas pelos técnicos agrícolas, mas, aos poucos, e sem utilizar o gravador, foi possível aplicar uma entrevista semi-estruturada (Apêndice C) com o administrador da empresa nas dependências da própria empresa, situada no município de Macaíba.

A presente dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, são apresentadas formulações teóricas a respeito da agricultura familiar, procurando entender as raízes da subordinação da classe dos trabalhadores rurais do campo. Ainda nesse capítulo são expostos os marcos jurídicos da questão agrária brasileira, desde os primórdios até a atualidade, em que se destaca a modernização da agricultura tecida pela globalização e reestruturação produtiva.

No segundo capítulo, é dada ênfase à atuação do Estado no processo de reforma agrária, caracterizando a participação dos atores na luta pela terra no Rio Grande do Norte. Entretanto, a discussão sobre o Estado se remete a sua ingerência na redistribuição de terras, na qual se insere a criação de assentamentos e a promoção de políticas de crédito para o desenvolvimento da agricultura familiar integrada ao mercado.

O terceiro capítulo envereda para o lado mais empírico da pesquisa, procurando dar conta do processo de construção do assentamento Vale do Lírio, desde a conquista da terra até o desenvolvimento da parceria. Procurou-se enfatizar a participação do Estado no desenvolvimento das políticas fundiárias onde é destacada a recriação da relação de parceria em uma área de assentamento rural. Com isso, é realizada uma análise do processo de formação do projeto de

assentamento, da participação dos mediadores, da relação entre os assentados e sua qualidade de vida.

Tentando demonstrar a realidade do assentamento rural Vale do Lírio são caracterizadas as mudanças socioespaciais com o desenvolvimento da agricultura familiar integrada ao mercado e suas implicações socioespaciais para os agricultores assentados, bem como a manutenção da exclusão e da subordinação ao capital.



***2 - A agricultura familiar no contexto da reestruturação produtiva***

## **2 - A Agricultura familiar no contexto da reestruturação produtiva**

No âmbito da questão agrária brasileira nos últimos anos, a agricultura familiar tem sido destaque na agenda política, passando a ser alvo de uma série de políticas de incentivo e incremento para o fortalecimento do segmento que a compõe. As políticas em prol da agricultura familiar têm procurado estabelecer a conexão desta com a lógica de reprodução do capital, sendo necessário, para isso, a integração da agricultura familiar com o mercado. Essa parece ter sido a solução encontrada para equacionar os problemas estruturais do campo, em tempos de globalização da economia e reestruturação produtiva, inclusive nas áreas de formação de assentamentos rurais.

Nesse sentido, pairam algumas indagações, como: Quais os limites e abrangência da agricultura familiar? Qual é a representatividade da agricultura familiar? Quem é o agricultor familiar?

O presente texto procura, de certa forma, responder a essas indagações. Por isso, inicialmente, é exposta uma discussão conceitual sobre a agricultura familiar e suas várias concepções, procurando estabelecer um diálogo com alguns autores que vêm estudando a temática. Logo em seguida, é traçado um quadro histórico que caracteriza a situação de subordinação e expropriação que acompanha a trajetória da agricultura familiar brasileira. Por último, percorrido esse caminho, na tentativa de compreender melhor as relações sociais no campo, a agricultura familiar é contextualizada no momento da modernização da agricultura, do recrudescimento dos movimentos sociais e do aumento das tensões no campo, o que resulta na territorialização da reforma agrária que vem ocorrendo sob a ótica da reestruturação produtiva e da globalização da economia.

## **2.1 - Agricultura familiar: uma reflexão conceitual**

É grande o embate teórico e ideológico que se estabelece no âmbito da discussão das questões de ordem conceitual sobre a agricultura familiar e o campesinato. Na realidade, o campesinato pode ser compreendido como uma das formas sociais de agricultura familiar, sendo que, de acordo com Wanderley (1999) o campesinato apresenta especificidades que lhe são inerentes, diferenciando-se, assim, da então chamada agricultura familiar. Isso porque o campesinato, de acordo com Chayanov (1974), tem como finalidade a satisfação das necessidades de consumo familiar da unidade agrícola camponesa, visando ao equilíbrio entre o trabalho e o consumo. Para Wanderley (1999), esse campesinato, mesmo que tenha perdido sua importância nas sociedades tradicionais, continua a reproduzir-se nas sociedades atuais.

A agricultura familiar apresenta-se, contemporaneamente, de maneira diversa, pois diante das condições impostas pelo mercado, ela tem que se adaptar às exigências da agricultura moderna. Assim, a agricultura familiar se efetua através dos incentivos gerados pelas agências do capital, quer seja através de financiamentos bancários ou de linhas de crédito especial concedidas pelo Estado, que tem viabilizado uma agricultura modernizada, integrada ao mercado para reprodução do capital. Desse modo, a agricultura familiar, segundo a própria Wanderley (1999), se apresenta como algo novo que superpõe às modalidades anteriores de reprodução de trabalho no campo. Porém, essa agricultura familiar não corresponde a uma categoria social recente. Pelo contrário o trabalho organizado e exercido pela família existe desde os primórdios da civilização (WANDERLEY, 1999).

A diversidade apresentada pela agricultura familiar é uma característica que, de acordo com Lamarche (1993, p. 13), reflete as diferentes faces de um mesmo objeto e não de objetos diferentes. Assim, é possível traçar um quadro conceitual definidor da agricultura familiar. Conforme Lamarche apud Wanderley (1993, p. 23), *“(...) a agricultura familiar não é elemento da diversidade, mas contém, nela mesma toda a diversidade”*. A diversidade se expressa nas diferentes modalidades de trabalhadores rurais, seja pequeno produtor, camponês, colono, morador etc.

A razão para a existência de diversas modalidades de agricultura familiar ocorre devido à intervenção do Estado e à geração de políticas de créditos em diferentes níveis que se espacializam de maneira bastante diversificada, conforme aponta Wanderley (1995, p. 57): *“Pode-se admitir que há no Brasil modelos diversos de agricultura familiar, que se distinguem pelas oportunidades oferecidas aos agricultores e pela própria atuação diferenciada do Estado em cada região”*.

Para alguns autores, a agricultura familiar, integrada ao mercado, é uma necessidade do capital, ou seja, para reprodução ampliada do capital, sendo viabilizada através de uma série de políticas públicas. A agricultura familiar integrada ao mercado, é entendida como uma criação do Estado, em parceria com o capital. Fernandes (2001) diz que a agricultura familiar é um novo paradigma criado pelo Estado, em que predomina a integração da agricultura ao capital e ao mercado. Essa agricultura familiar se desenvolve para atender exclusivamente à lógica do capital. Com essa visão, o autor postula sua crítica ao modelo de agricultura familiar vigente: *“(...) pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa” (FERNANDES, 2001, p. 29)*.

Na concepção de Fernandes (2001), a luta contra o capital determina o campesinato e o diferencia de outras categorias. Esse campesinato possui um

significado político de luta pela terra, dos sujeitos excluídos dos direitos de posse e de herança, que se organizam na luta pela terra e pelos direitos que historicamente lhes foram negados.

No que se refere ao campesinato, em especial o brasileiro, vários autores relatam dificuldades na identificação do campesinato. Entre esses estudos, Moura (1988, p. 9 e 66) define o camponês e destaca as dificuldades e os choques de interpretação em relação à estrutura agrária brasileira,

(...) o camponês é o trabalhador que se envolve diretamente com os segredos da natureza. (...) falar de um camponês brasileiro envolvia fortes ambigüidades semânticas, decorrentes do choque de interpretação do que tem sido nossa estrutura agrária até o presente. No Brasil as formas econômico-sociais que podem ser denominadas camponesas resultam de distintos movimentos históricos que se produzem em nossa estrutura agrária.

Martins, um dos precursores da discussão sobre o campesinato no Brasil, defende, em seu livro "*Os camponeses e a política no Brasil*" que o campesinato, no caso brasileiro, teria um sentido diferenciado e que foi incorporado e introduzido no país nos anos cinquenta, para dar sentido político às lutas dos trabalhadores do campo. Nesse momento, sem levar em consideração o trabalho assalariado, o camponês estava representado pelo trabalhador do campo, dentre os quais se destacava o agregado, o posseiro e o sitiante, nas diversas denominações regionais. É importante citar que as concepções e os estudos desenvolvidos por Martins foram incorporados por vários outros autores.

Entretanto, Martins (2002, p. 218) faz uma revisão do seu pensamento, de modo que elabora, mais recentemente, suas reflexões, reconhecendo o agricultor familiar como sujeito social mais relevante, sujeito esse que, segundo o próprio autor, define a identidade do agricultor.

Aos poucos vai se definindo o deslocamento da condição transitória de ator histórico, social e político de trabalhador sem terra, que se configura no momento mais dramático da luta pela terra, para a condição permanente de agricultor familiar, a família e o trabalho modernizado, e não a luta, como núcleos da identidade desse novo sujeito social. (...) Atualmente, menos amplo, porém, mais definido no reconhecimento da agricultura familiar como sujeito de políticas públicas e de vontade política.

Outro aspecto abordado por Martins (2003a, p. 198) diz respeito à origem do campesinato que, no caso brasileiro, é distinto dos países americanos que têm características definidas na origem indígena que delineiam a identidade camponesa.

Diferente do que aconteceu em outros países americanos, cujo campesinato tem perfil étnico e histórico razoavelmente definido na origem indígena, no Brasil fica até difícil falar em campesinato. Pois vários desses grupos não procedem de tradições culturais e históricas propriamente camponesas, não tem uma estrutura orgânica definida nem uma identidade compartilhada.

Admitindo-se, assim, a polissemia da agricultura familiar, pode-se afirmar que esta se define de maneira diversificada e abrangente, sendo praticamente consenso a relação íntima entre terra, trabalho e família. Essa é uma noção ampla e por demais generalizada. Porém, essa concepção ajuda na compreensão da essência do sujeito social que participa do processo social de luta pela reforma das formas de exploração do trabalho. O que está em jogo para resolver o problema do campo não é apenas a efetivação de uma política de redistribuição de terras, mas também a (re)inclusão dos sujeitos no mundo do trabalho. De acordo com Martins (1997, p.61), a questão agrária é a face escamoteada da questão do trabalho que se manifesta na exclusão social, sendo a luta pela terra expressão da luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Além disso, em relação ao desenvolvimento da agricultura familiar existe uma questão política que muitas vezes reduzem a importância e riqueza do setor com a

geração de políticas compensatórias para ampliação da agricultura e redução da pobreza. Essas políticas personificam, mesmo de forma segmentada, a agricultura familiar. Talvez por isso, os estudos efetuados até então a respeito da questão agrária no Brasil deixam claro que a definição do conceito de agricultura familiar varia bastante, de acordo com as necessidades e disponibilidade dos dados. Por exemplo, para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO –, agricultura familiar é caracterizada a partir de suas relações sociais de produção. Entretanto, a FAO desenvolve com o INCRA, em estudo conjunto, o documento chamado “perfil da agricultura familiar no Brasil”, utilizando a base de dados do IBGE (censo agropecuário 1995/96). Nesse documento a FAO e o INCRA definem a agricultura familiar a partir de três características centrais:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão, em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

Para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF –, criado em 1996 no governo Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, a agricultura familiar é definida como uma forma de produção em que predomina a interação entre gestão, utilizando-se o trabalho familiar que pode, em algumas ocasiões, ser complementado pelo trabalho assalariado.

O PRONAF surgiu na década de 1990, sendo dois fatores apontados como essenciais para a sua criação: O primeiro diz que o PRONAF é elaborado em resposta a uma forte pressão e reivindicação dos trabalhadores rurais, em marchas

nacionais e em outros movimentos de grande pugnância, o outro se refere ao desenvolvimento de pesquisas, fruto da união da FAO com o INCRA, que definem com maior precisão a agricultura familiar.

Contudo, institucionalmente, o PRONAF foi uma política que teve início no governo de Itamar Franco, com a criação, em 1994, do PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural -, que subsidiava crédito com taxas de juros acessíveis, concedidas pelo BNDES. Em 1995, o PROVAP foi reformulado e, no ano seguinte, foi operacionalizado o PRONAF, que se divide basicamente em três modalidades: crédito rural, infra-estrutura e serviços municipais e capacitação. A partir de 1999, o PRONAF foi incorporado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA –, que criou em suas instâncias, uma secretaria própria para a agricultura familiar Secretaria de Agricultura Familiar - SAF.

Em relação ao público beneficiário, o programa se divide em 4 grupos ou tipos de agricultores familiares: Grupo A - assentados pelo programa de reforma agrária; Grupo B – Os com baixa produção e pouco potencial de resposta produtiva; Grupo C – Os com exploração intermediária, mas com potencial de resposta produtiva; Grupo D – Os estabilizados economicamente. Além desses grupos, pode-se dizer que o programa ainda se encontra em construção e outros grupos ou subgrupos têm sido criados, como o Grupo E, e outras linhas de financiamentos destinados à mulher e ao jovem.

Em relação à mão-de-obra empregada, há uma divergência entre as instituições públicas e sindicais, no que se refere ao trabalho permanente utilizado na agricultura familiar, uma vez que, segundo a FAO e o INCRA, a agricultura familiar apresenta apenas um empregado permanente. Para O PRONAF, a agricultura familiar é a aquela que apresenta até dois empregados permanentes,

cultivando área inferior a quatro módulos rurais<sup>1</sup>. Por fim, para a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais – CONTAG –, a agricultura familiar não contrata força de trabalho permanente, e se realiza em menos de quatro módulos rurais.

Na agricultura familiar, a diversidade e a desigualdade na distribuição dos estabelecimentos, como também a heterogeneidade da produção, caracterizam o desenvolvimento do setor.

A Secretaria de Agricultura Familiar, criada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, separa os agricultores familiares em três grupos:

- a) Os que estão integrados ao mercado, classificados como capitalizados;
- b) Os descapitalizados ou em fase de transição, que possuem algum nível de produção para o mercado;
- c) Os assalariados agrícolas e não-agrícolas, que moram no campo e têm quase toda produção agropecuária voltada ao auto-consumo.

Segundo pesquisa do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o primeiro grupo responde por 71% do valor da produção familiar, representando cerca de 800.000 estabelecimentos; o segundo é responsável por 19% do valor da produção familiar, formado por 1.400.000 estabelecimentos e o último produz 10% do valor da produção familiar e corresponde à cerca de 1.900.000 estabelecimentos, o que significa dizer que a maioria dos agricultores não está inserida no mercado e que sua produção é para suprir as suas necessidades.

Os estudos da FAO/INCRA, em 1995/6, revelam que 85,2% dos estabelecimentos pertencem a agricultores familiares, que ocupavam uma área

---

<sup>1</sup> O módulo rural é uma unidade de medida equivalente à área necessária para suprir a subsistência de uma família. Essa unidade de medida é determinada pela interdependência entre a dimensão, situação geográfica dos imóveis rurais, forma e condição de seu aproveitamento. O módulo rural foi regulamentado pelo Decreto/Lei 55.891, de 1965 (MEDEIROS, 2003).

equivalente a 30,5% da área total do campo, recebiam 25% do crédito destinado à agricultura e respondiam por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária no país. Isto indica que certos fatores, principalmente no que se refere ao esforço familiar, permitiram aos agricultores a superação das barreiras e problemas estruturais na geração de renda e na produção de alimentos e de matérias-primas. O mesmo estudo também registra a expulsão de mais de um milhão de trabalhadores, no período compreendido entre 1985 a 1995, que se traduz em conflitos agrários e tensão social no campo e nas cidades. A partir do estudo afirma-se que a agricultura brasileira está assentada em dois modelos de produção agrícola: o patronal e o familiar.

Outro ponto a ser considerado é apontado por Carneiro (1999) que, estudando o problema conceitual em torno da agricultura familiar, monta uma série de premissas para abordar ou determinar uma noção de agricultura familiar e ressalta a complexidade no processo de diferenciação das várias categorias que formam a agricultura familiar. Tal complexidade se dá devido à intensificação da exploração capitalista. A autora chama atenção para a existência de outras categorias de agricultores familiares que não estão necessariamente ligados à atividade agrícola, os quais ela denomina os neo-rurais, ou seja, os agricultores que se enquadram no projeto “novo rural brasileiro”, com a implementação de novas atividades no campo, e os recém-assentados rurais, de origem urbana, que representam uma fração da população beneficiada pela política de assentamentos. De acordo com Carneiro (1999), a integração ao mercado é apenas uma das características da agricultura familiar contemporânea, em que

as estratégias familiares vão depender, além do capital econômico disponível, obviamente, das condições de mercado (de trabalho, sobretudo) – do patrimônio familiar, ou seja, das capacidades (individuais e coletivas) existentes para enfrentar a situação de

queda do rendimento familiar e, então, inovar ou reinventar a tradição (CARNEIRO, p. 339).

Em concepção semelhante, Wanderley (2003) ressalta que a agricultura familiar não pode ser pensada apenas como uma categoria produzida pelas políticas públicas, especialmente a partir da criação do PRONAF. A agricultura familiar se insere numa perspectiva evolutiva de continuidade e ruptura das formas tradicionais de produção. Desse modo, a modernização da produção pela família representa a ruptura, e as questões culturais, os costumes e as tradições representam a continuidade, o campesinato se transforma numa empresa familiar (lógica familiar, tradição), não em uma empresa capitalista propriamente dita. Porém, com isso, pode ocorrer a fundição dessas categorias, ou seja, um misto das duas categorias - agricultura familiar/camponesa. O termo é assim utilizado por alguns estudiosos, como Etges (2001).

Compreende-se, assim, a agricultura familiar como uma categoria genérica e heterogênea, que engloba as demais categorias, e mesmo fragilizada pela ação do capital, se firma e evolui conjuntamente com a história das relações econômicas, sociais, e principalmente, na construção de novas territorialidades no campo, como a implantação de assentamentos rurais.

Sem polemizar mais o assunto, aqui se concorda com Wanderley (1999) quando mostra que a agricultura familiar é um conceito genérico que combina propriedade e trabalho, assumindo no tempo e no espaço uma diversidade de formas sociais, em que a família é proprietária dos meios de produção, sendo que as transformações trazidas com a modernização não representam uma ruptura com as categorias pré-existentes.

A partir dessas reflexões pretende-se aqui analisar a agricultura familiar desenvolvida que, tendo que se adaptar, à agricultura moderna, enfrenta uma série de dificuldades.

Assim sendo, é imprescindível destacar as políticas públicas no que se refere à questão da terra e do desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que cresce a cada dia o número de famílias assentadas no meio rural do país<sup>2</sup>, como fruto da luta pela terra e da ação dos movimentos sociais.

## **2.2 - Histórico da agricultura familiar brasileira**

A partir do quadro de referência conceitual anteriormente citado, torna-se importante a construção do quadro histórico da agricultura familiar, formada no Brasil desde os primórdios da civilização brasileira.

Historicizar a agricultura familiar é adentrar na história da subordinação das camadas menos abastadas. O caráter subalterno que a agricultura familiar guarda está relacionado à história do Brasil Colonial e a gênese da agricultura familiar está ligada à produção de alimentos para abastecer a colônia (SILVA, 1980). É vasta a literatura que relata os fatos relacionados ao loteamento de pequenas glebas de terras para atender às necessidades alimentícias da colônia. Como descreve Andrade (1996), a pequena produção concentrava-se basicamente na produção de alimentos, uma vez que a colônia passava por crises de abastecimento, quando a

---

<sup>2</sup> De acordo com os dados do INCRA/MDA apud Medeiros (2003. p 73), no período que corresponde a 1964/1984 (regime militar), foram assentadas 77.465 famílias. De 1985/1994 (governos de José Sarney, Collor de Mello e Itamar Franco), foram assentadas 140.568 famílias. Já no período de 1995/2002 (governo Fernando Henrique Cardoso), foram assentadas 579.733 famílias, excluindo-se 55.302 que tiveram acesso à terra através do Banco da Terra e do Crédito Fundiário. Entre os anos de 2003 a 2004, foram assentadas 117.555 famílias.

mão-de-obra se concentrava cana-de-açúcar, nos momentos em que o preço do açúcar detinha um alto valor. Permite-se, assim, afirmar que a pequena produção se desenvolvia como apêndice da grande propriedade, atendendo aos interesses de seus proprietários na reprodução de suas terras (SILVA,1980).

A agricultura desenvolvida nas franjas<sup>3</sup> das grandes propriedades é comumente chamada, na literatura, de pequena agricultura ou pequena produção, por se tratar de uma produção de pequena escala, voltada para o autoconsumo e também para o mercado, uma vez que, grande parte das vezes o trabalhador rural se articulava com o mercado na produção de determinados produtos para garantia de sobrevivência e renda de sua família. Entretanto, a pequena produção também é chamada de produção de subsistência, quando esta se restringe ao autoconsumo. O trabalhador rural quer seja, pequeno produtor ou produtor de subsistência, são semelhantes na forma da organização do trabalho, que tem por base a estrutura, no caso familiar, e em sua composição que diz respeito aos sujeitos de menor condição social (LINHARES, 1981).

Paralelamente ao desenvolvimento dos latifúndios das “plantations”, se permitia o desenvolvimento de gêneros alimentícios em pequenas glebas, geralmente em torno das grandes propriedades. Segundo Andrade (1996), os sujeitos sem recursos se instalavam em áreas menos acessíveis, através da posse, e implantavam roças e currais, ao passo que estes posseiros, ao terem suas terras apropriadas pelos Senhores, tinham duas alternativas: tornar-se foreiro do Senhor ou migrar para outra área mais distante, efetivando uma agricultura predatória, com a derruba da mata nativa, o uso intensivo do solo e conseqüente abandono da terra.

---

<sup>3</sup> Termo usado por Silva (1980) ao se referir a agricultura desenvolvida pelos sujeitos livres e pobres nas áreas circundante as grandes propriedades rurais.

Dessa maneira, a pequena agricultura renovava-se e cada geração buscava o acesso à terra com base no trabalho.

Desde o começo, a pequena agricultura foi pensada como forma adjetiva de acesso à terra, embora fosse, institucionalmente, um meio de atenuação dos amplos constrangimentos sociais de um regime latifundista e escravista de posse e uso da terra. A pequena propriedade, de vários modos, nasceu entre nós como alternativa de curto prazo, como meio de acesso à terra que pedia recomeços cíclicos, renovação de demandas sociais de um grupo humano que não comprometiam a reprodução econômica da grande lavoura nem afetavam as instituições. Cada geração tinha que começar sua própria busca de terras, com base na ética do trabalho que as elites políticas do Império haviam estabelecido como o meio regulador do acesso à propriedade: o afã do trabalho como fundamento dos meios para que a geração seguinte pudesse ter acesso à terra de trabalho (MARTINS, 2003b, p. 14).

O acesso restrito à terra no Brasil, desde o período colonial, via a divisão das terras em Sesmarias representa a origem das desigualdades socioterritoriais em que simultaneamente formou os latifúndios monocultores voltados para a exportação, e a pequena produção voltada para a economia local e/ou apenas para sua sobrevivência.

Esse cenário, legado pelo Sistema Sesmarial, representou o início da concentração fundiária brasileira, quando a sua base estava sustentada nos grandes domínios territoriais, conforme aponta Andrade (1996, p. 44):

A doação de terras em sesmarias – embora estas não dessem o domínio, mas tão somente a posse ao seu titular – provocou um processo de ocupação e apropriação das mesmas, sob a égide da grande propriedade, e definiu um processo de dominação do latifúndio que ainda hoje subsiste no País.

Desde então, o latifúndio tem dominado na formação do território brasileiro e as políticas de terra não têm conseguido mudar o quadro da concentração fundiária brasileira. As políticas de terra e de mão-de-obra se relacionam, como explica Costa

(1985, p. 139), à Lei de Terras de 1850 que expressou a regularização da propriedade rural e do fornecimento do trabalho. Com isso, a elite brasileira precisou reavaliar as políticas de terra e de trabalho brasileiras, uma vez que a escravidão estava em crise devido à emergência do capitalismo industrial na Inglaterra. Havia, por parte desse país, uma pressão para que a força de trabalho no contexto global se tornasse assalariada, para consolidação de um mercado consumidor para os seus produtos.

Com isso, a Lei n.º 601, ou seja, a Lei de Terras de 1850, é aprovada para atender aos interesses burgueses da época, sendo que, a partir de sua data de regulamentação (1854), instituiu a compra como única forma de aquisição das terras devolutas (SILVA, 1996). Nesse processo, as terras deveriam ser medidas e demarcadas para legitimação das sesmarias e das posses, mas esta revalidação não se realiza e nenhuma medida político-administrativa é tomada para a execução dessa lei (MONTEIRO, 2001). O governo passa a subsidiar a imigração com o dinheiro obtido com a venda de terras. Assim, o governo vendia as terras a um alto preço, dificultando o acesso à terra por parte da população pobre. Ao contrário do que aconteceu no Brasil, em países desenvolvidos, como os Estados Unidos em 1862, com Homestead Act, o governo efetivou a doação de terras para aqueles que desejassem se instalar e produzir no espaço rural (COSTA, 1985).

No Brasil, a Lei de Terras de 1850, segundo a literatura especializada no assunto, não atingiu um dos seus objetivos básicos que se referia à discriminação da terra, ou seja, separação entre terras públicas e terras privadas, o que, de forma geral, acarretou uma série de problemas sociais e consolidou o latifúndio. A Lei de Terras foi elaborada para impedir o acesso à terra pelos pobres, obrigando-os a aceitarem o assalariamento e subordinação aos proprietários de terra.

O objetivo da medida era impedir ou retardar aos imigrantes, geralmente pobres, o acesso à propriedade da terra, obrigando-os a aceitarem a condição de assalariados ou outras formas de subordinação aos fazendeiros de café pelo maior tempo possível. A lei trouxe também, outra consequência nefasta: impediu na prática que os pobres em geral ex-escravos (quando da abolição) se tornassem proprietários de terra. Ficaram impedidos de criar condições para o trabalho autônomo e para a emergência social. Com isso, manteve-se a discriminação e a exclusão (BRUM, 1997, p. 158).

Martins (1998), ao estudar as relações sociais do novo regime fundiário após a Lei de Terras, deduz que o estatuto do trabalho livre se deu mediante a interdição da terra como uma das condições de funcionamento do sistema capitalista. Ora, para que o trabalhador pudesse vender sua força de trabalho, era necessário que ele não tivesse como ocupar livremente a terra para trabalhar. O autor realiza um estudo sobre a substituição do trabalho escravo nas fazendas de café em São Paulo, pelo trabalho livre, caracterizando as relações de trabalhos e os novos arranjos sociais, quando a terra torna-se o cativo do trabalhador rural.

### **2.2.1 - A evolução dos sistemas de trabalho no campo**

No Brasil, a questão agrária se relaciona diretamente à questão do trabalho ou, como descreve Martins (1997, p.61), a questão agrária é *“a face escamoteada da questão do trabalho que se manifesta na exclusão social”*. A compreensão da questão agrária tem suas raízes nos regimes de trabalho, uma vez que a escravidão se desenvolve como a primeira forma generalizada de trabalho no campo (OLIVEIRA, 1997). Além do trabalho escravo que perdurou durante muito tempo no Brasil, surgem outros sistemas de exploração do trabalho para substituir a escravidão, assim como: o colonato, a morada, a posse, a parceria, dentre outras

formas de exploração do trabalho que se deram de forma diferenciada, obedecendo às especificidades políticas, econômicas e regionais.

Nesse sentido, as relações de trabalho no campo são reproduzidas de acordo com as necessidades econômicas dos detentores do poder. Cada sistema acima citado possui características que lhe são intrínsecas, como se descreverá nas próximas linhas. As relações de trabalho são modificadas com advento do capitalismo, mas no processo de desenvolvimento do capitalismo a família constitui um elemento de análise relevante, de acordo com Braverman (1981), ao retratar a questão do trabalho, explicando os processos históricos de sua organização no que concerne à gerência, à divisão do trabalho e à revolução técnico-científica. Em relação ao capital monopolista, o autor enfatiza a participação da família fazendo a seguinte afirmação: *“No estágio mais primitivo do capitalismo industrial, a família permaneceu fundamental nos processos produtivos da sociedade. (...) A família era a unidade econômica, e todo o sistema produtivo baseava-se nela”* (BRAVERMAN, 1981, p. 232). Como se pode detectar na afirmação, a organização do trabalho pela família vem sendo realizada há longas datas, evoluindo conjuntamente com as formas de reprodução da sociedade. É o que também mostra Fernandes (2002, p. 67), quando discute o trabalho familiar. De acordo com ele,

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2002, p. 67).

Entrementes, a partir dos estudos mencionados, pode-se inferir que a agricultura familiar constitui um dos atores importantes no que diz respeito à questão

da terra. A emergência atual dessa categoria está ligada diretamente à questão agrária e ao aumento do número de assentamentos rurais instalados no espaço rural brasileiro. Dessa forma, a agricultura familiar, principalmente a partir dos anos de 1990, ganha espaço com a ação do Estado e pelo desenvolvimento de programas especiais, como o PRONAF, criado em 1996 (Medeiros, 2003). Esse contexto é reflexo dos últimos anos que vêm sendo considerados positivos do ponto de vista econômico e social, uma vez que se introduz novo tema nas políticas públicas, que no passado não existira ou se voltava para os interesses dos grandes proprietários latifundiários.

Os referenciais até então colocados ajudam a inferir que a organização do trabalho familiar é redefinido ao longo do processo histórico, das condições impostas pelo capitalismo e da própria evolução do mercado de trabalho. E, ainda, que no espaço brasileiro, de maneira bastante diversificada e heterogênea, se pode caracterizar a criação de um mercado de trabalho com o fim da escravidão e algumas formas de agricultura familiar, como: o colono, o camponês, o morador ou sitiante, o posseiro, entre outros, em três grandes áreas responsáveis pela economia agro-exportadora das três regiões mais importantes: Centro-Sul, Nordeste e Norte.

No Centro-Sul do país, predominou o colonato, que consistia num contrato de trabalho familiar em que todos os membros da família se envolviam, inclusive as crianças. Segundo Martins (2003a, p. 205), o colonato tratava-se de

(...) uma relação diversificada e complexa, que se combinava assalariamento, pagamento de renda em trabalho e em espécie, além de prestações gratuitas de serviços e produção direta dos meios de vida. Um misto de campesinato em decomposição e operariado em surgimento.

No Sul, os colonos se instalam ali, no mesmo período de recrutamento de deles para as fazendas de café do Sudeste, especialmente São Paulo, sendo que o governo brasileiro encaminha algumas levas de imigrantes para o Sul que se instalam ali com uma agricultura baseada na família. Martins (2003a, p. 209) define assim essa categoria de agricultores *“Tratava-se de uma economia autárquica, ainda hoje muito significativa, praticada por um campesinato literalmente transplantado da Europa para o sul do Brasil”*.

Diferentemente de São Paulo, ocorre no sul do país, em especial no Rio Grande do Sul, um processo de ocupação em que os imigrantes, principalmente italianos e alemães, se instalam ali, mantendo sua forma de produzir e seus costumes, tradições etc. Esses aspectos são extremamente importantes, conforme avalia Tedesco (1999), que analisa a agricultura familiar no Rio Grande do Sul sob a ótica dos aspectos sócio-culturais, numa relação, intrínseca com o espaço vivido. A relação entre a terra, o trabalho e a família é explicada através da recriação de um *ethos* familiar que se relaciona com os moldes tradicionais, quer seja camponês ou colono. Para o autor, não existe diferença entre o agricultor familiar e o camponês. A análise por ele desenvolvida parte de uma problematização a partir de um estudo do cotidiano, resgatando as raízes históricas delimitadoras do que constitui *ethos* o camponês, que Tedesco (1999, p. 49) assim define:

O *ethos* é a característica, o estilo, a marca, o modo de ser (...). As condições materiais desse modo de vida, associadas ao meio e às relações sociais que se constroem a partir disso, asseguram processos sociais nucleadores em torno da família, da organização do trabalho, da comunidade, da vizinhança e do parentesco, do mundo exterior, da sua organização social para a sobrevivência, para a sociabilidade, para o domínio da natureza e para a construção da individualidade.

Já no Nordeste, a cana-de-açúcar, que havia desempenhado um papel econômico importante para o Brasil, declina no século XVIII, com a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas. O Nordeste, que fora a região mais importante em termos econômicos, perde sua importância para o Sudeste, inicialmente com a atividade mineradora e, posteriormente, com a expansão das lavouras de café. A decadência da Região Nordeste não foi mais acentuada devido à intensificação da cultura do algodão no sertão e agreste, com o advento da revolução industrial e o desenvolvimento da indústria têxtil (ANDRADE, 1984, p.48).

A cultura da cana-de-açúcar, entretanto, preserva as grandes propriedades e, no seu interior, predomina a figura do morador, composta pelos sujeitos libertos que não tinham condição de sobreviver de forma autônoma. Os sujeitos livres assim recorriam aos donos da terra para trabalhar nos engenhos, permanecendo subjugados e, ainda, adquirindo uma dívida moral com o senhor de engenho, conforme apontam Garcia e Palmeira (2001, p. 49):

Ao 'pedir morada' (...) um chefe de família exibia ao senhor de engenho que estava destituído das formas elementares de prover seu grupo doméstico: nem possuía terras para trabalhar e assegurar seu sustento, nem dispunha de casa ou moradia para abrigar os seus. Assim, ao entrar na propriedade, contraía com o proprietário uma dívida moral que ultrapassava em muito o valor material dos elementos de vida que recebia do novo patrão.

Esse sistema que ficou conhecido como "sistema de morada" perdurou até meados dos anos de 1950, quando ocorre a modernização das usinas e o aumento da capacidade industrial em que as empresas ampliam a área cultivada. Dessa maneira, desaparecem os sítios dos moradores, onde se permitia que os agricultores tivessem em torno de suas casas uma pequena área para o cultivo de lavouras de subsistência (ANDRADE, 1974, p. 143).

A situação de insatisfação e expropriação dos agricultores que foram expulsos das lavouras de cana-de-açúcar nos anos de 1950, devido à modernização das usinas e mudança no processo de trabalho, faz com estes formem as Ligas Camponesas em Pernambuco que, juntamente com a ação do sindicato e da igreja católica, passam a reivindicar melhorias para os trabalhadores do campo.

Por fim, na Região Norte, área de exploração mais recente e de fortes conflitos em torno da terra, predominou a posse. Os posseiros ocupavam as terras em área de fronteira, ou as chamadas terras devolutas, e cultivavam na terra sem possuir a propriedade jurídica desta. Esses agricultores formavam a agricultura familiar da região que se avolumava em pequenas propriedades. A posse indiscriminada das terras na região acarretou uma série de problemas agrários e um alto índice de grilagem de terras.

Na Região Norte, de acordo com Martins (1997), se deu a escravidão por dívida, uma vez que os trabalhadores trazidos de outras áreas se endividaram com a obtenção de ferramentas, mercadorias e outros meios de subsistência, com os ditos “donos” das terras que dentre outras coisas, impunham uma série de condições que impedia os trabalhadores de desistirem da “empreitada” através do uso da violência. Essa área registra o maior número de casos de assassinatos em conflitos por terra, devido à posse indiscriminada e à grilagem das terras, que tem, como conseqüências desse processo, o extermínio de várias tribos indígenas (OLIVEIRA, 1988).

O Estado subsidia a ocupação da Amazônia através do Projeto de Integração Nacional, incentivando a ocupação da região considerada “vazia”. Assim se monta uma política ideológica baseada no slogan “integrar para não entregar”, viabilizando uma série de programas e projetos para desenvolver a região, mas que provocam a

expulsão e insatisfação dos trabalhadores, instaurando o conflito entre os posseiros e os fazendeiros. De acordo com Becker (1994, p. 219), os conflitos travados entre posseiros e fazendeiros pela disputa pela terra demonstram claramente a crise do território, pois não se disputa apenas a terra, mas territórios, a partir do momento em que índios e seringueiros se unem e formam a União dos Povos da Floresta, no final dos anos 1980, e passam a exigir a demarcação das terras indígenas e das reservas extrativistas, fato que representa a luta pela territorialização.

Diante desse quadro geral de situações espaciais, o que tem sido comum é o caráter e a condição de expropriação a que está submetida à agricultura familiar. Esse processo de expropriação, se por um lado gera a concentração cada vez maior de terra, por outro lado tem propiciado a luta pela terra, que é acentuada a partir dos anos de 1950, com as mudanças nas relações de trabalho e no modo de produzir; com o advento de novas técnicas e com o uso de máquinas e equipamentos modernos, adquiridos através da modernização e industrialização.

Contudo, a agricultura familiar se mantém no bojo do desenvolvimento desigual e contraditório do capital, sendo o processo de luta pela terra e pela reforma agrária a expressão de sua existência. Os conflitos de terra a partir dos anos de 1950 e a organização de movimentos sociais são provocados pela rápida industrialização e modernização em que os proprietários de terras impõem condições de trabalho mais severas, expulsando os posseiros, agregados, moradores, meeiros agravando ainda mais as condições de submissão da população rural. De modo geral, a ausência de políticas fundiárias e da reforma agrária perpassa os governos até a atualidade.

## 2.2.2 – Marcos jurídicos da questão agrária brasileira

Ao longo dos anos, as normas que regulamentam o acesso e a apropriação de terras, no combate ao latifúndio improdutivo e para a redistribuição de terras, não tem sido suficientes, uma vez que a concentração fundiária se acentua, conforme comprova a tabela 01, que apresenta a distribuição fundiária brasileira nos anos de 1950 a 1985.

Uma reflexão sobre o quadro de distribuição fundiária aponta para o fato de que as políticas de terras, ou seja, as leis agrárias instituídas no Brasil desde os primórdios da história e que se destacam ao longo do processo histórico, tenderam a concentração fundiária, produzindo paralelamente a pobreza, o analfabetismo, a falta de informação, enfim, a degradação social em que se encontra boa parte da população brasileira, em especial aquela que habita no campo.

TABELA 01 – Estrutura Fundiária no Brasil - 1950 a 1985

CATEGORIAS E INDICADORES		ANOS				
		1950	1960	1970	1980	1985
Menos de 10 hac.	Nº de Estab.	710.934	1.495.020	2.519.630	2.598.019	3.085.841
	Área	3.025.372	5.952.381	9.083.495	9.004.259	10.029.780
10 a menos de 100 hac.	Nº de Estab.	1.052.557	1.491.415	1.934.392	2.016.774	2.166.424
	Área	35.562.747	47.566.290	60.069.704	64.494.343	69.678.938
100 a menos de 1.000 hac.	Nº de Estab.	268.159	314.746	414.746	488.521	518.618
	Área	75.520.717	86.029.455	108.742.676	126.799.188	131.893.557
1.000 a menos de 10.0000 hac.	Nº de Estab.	31.017	30.883	35.425	45.496	47.931
	Área	73.903.483	71.420.904	80.059.162	104.548.849	108.397.132
10.0000 a mais hac.	Nº de Estab.	1.611	1.597	1.449	2.345	2.174
	Área	45.008.788	38.893.112	36.190.429	60.007.780	56.287.168
TOTAL	Nº de Estab.	2.064.642	3.337.769	4.924.019	5.159.851	5.834.779
	Área	232.211.106	249.862.142	294.145.466	363.854.421	376.286.577

Fonte: Censos Agropecuários 1950,1960,1970,1980,1985.

A origem da concentração fundiária brasileira inicia-se com o sistema sesmarial que fundamentou o acesso à terra por meio da concessão. A terra era concedida seguindo alguns critérios estabelecidos pela corte, dentre esses a capacidade de exploração do sesmeiro, isto é, a terra era concedida às pessoas de posses. Com a Lei de Terras, o sistema sesmarial sucumbiu, sendo substituído pela propriedade plena da terra, que somente era possível por meio da compra. Em 1934, foi promulgada uma nova constituição para o Brasil e introduzido o conceito de função social da terra, que ditava de forma imprecisa e ambígua o uso social da terra. Em 1946, quando o Brasil ganha uma nova constituição, mais uma vez o acesso à terra sofre modificações, sendo aperfeiçoado o conceito de função social da terra sob a ótica da desapropriação dela para uso social. De acordo com Medeiros (2003, p. 40) as mudanças na constituição de 1946 só entra em vigor com a Constituição de 1988, a qual define, explicitamente, o que se entende por função social da terra, baseado no Estatuto da terra, ou seja (art. 5, XXIII), levando-se em consideração o aproveitamento racional, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente, a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

A intervenção sistemática na distribuição de terras torna-se possível em termos jurídicos, mas não se torna uma prática usual efetiva, uma vez que as políticas de modernização do latifúndio eram mais importantes, haja visto, que as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram fundamentais para geração de divisas (LEITE ET AL, 2004, p. 38). O desenvolvimento agrícola foi preponderante em relação à desapropriação por interesse social, ditada pelo Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra foi aprovado após o golpe militar. Regulava as condições de desapropriação e estabelecia as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades no campo, criando novos conceitos e tipologias, como latifúndio por dimensão, latifúndio por exploração, minifúndio, empresa rural e propriedade familiar. No entanto, o Estatuto da Terra, após sua aprovação, virou letra morta, condenado pela classe latifundiária, devido a sua face desapropriadora (MEDEIROS, 2004, p. 2).

As desapropriações de terra somente se efetuaram com muita pressão e mobilização social por parte dos trabalhadores e da atuação das organizações sindicais do campo. Os conflitos por terra se proliferaram e passaram a pressionar o governo para a realização das desapropriações.

A partir de 1985, com a redemocratização ou período da “Nova República”, as desapropriações se tornaram um dos objetivos prioritários para o plano do governo. Nesse período, é lançado PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária -, que estabelece zonas prioritárias com fins de reforma agrária. No entanto, as desapropriações foram ocorrendo de maneira não sistemática e não planejada, uma vez que se adotou a desapropriação emergencial. Esse sistema de desapropriação emergencial retirou a flexibilidade do poder público em desapropriar outros imóveis dentro de uma área prioritária, uma vez que nas desapropriações emergenciais a área prioritária coincidia com a área de possível desapropriação por interesse social (LEITE ET AL, 2004, p. 39).

No PNRA, a reforma agrária aparecia como prioridade do governo. O plano objetivava assentar 7 milhões de trabalhadores rurais sem terra, ou com pouca terra, no prazo de 15 anos. Para isso, contava com a participação da CONTAG, que apoiava a Nova República. No entanto, alguns segmentos apresentavam resistência

à operacionalização do plano, porque havia interesses à sua concretização. A resistência à proposta se deu em diferentes segmentos, em que o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –, fez oposição e continuou a organizar as ocupações de terra. Outros segmentos de oposição foram os representantes da classe fundiária, que organizaram um encontro para discutir as diretrizes do PNRA e fundaram um grupo para defender os interesses da classe a UDR – União Democrática Ruralista (MEDEIROS, 2003).

O PNRA teve sua proposta derrotada pelos proprietários representados pela UDR, pois logo polarizaram o combate ao plano, defendendo o direito de propriedade, inclusive, se necessário, com o uso da força. Com isso, os resultados do PNRA foram poucos, uma vez que na Nova República (1985-1989) foram assentadas apenas 83.687 famílias.

Para garantia de condições de investimento na terra, foi criado nesse período o PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (MEDEIROS, 2003). O PROCERA foi criado em 1985, no governo José Sarney, pelo Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de aumentar a produção e produtividade agrícola dos assentamentos de reforma agrária. O programa visava à plena inserção do assentado no mercado, objetivando permitir a plena emancipação, ou seja, a independência da tutela do governo. O PROCERA foi o responsável pelos financiamentos e instalação de infra-estrutura nas áreas de assentamentos.

No período de transição do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, o poder judiciário foi o ator principal no comando da questão agrária brasileira, uma vez que havia uma imprecisão em definir o latifúndio improdutivo. Em 1993 foi aprovada a Lei 8.629, definindo que a propriedade que não cumprisse sua função

social era passível à desapropriação, adotando critérios para esta desapropriação, em módulos fiscais<sup>4</sup>, banindo da lei o termo latifúndio.

No governo FHC, inicialmente a questão agrária perde lugar de discussão, uma vez que o Plano Real era o centro do debate político e econômico. Mas logo a questão agrária retoma lugar de destaque, devido à ação violenta e ao crescimento do número de eventos em que a polícia legitimada pelo Estado combatia os movimentos. Dentre esses movimentos, se destacou a luta travada entre a polícia e os militantes do MST, em Corumbiara (Rondônia), em 1995, e em Eldorado dos Carajás (Pará), em 1996. Esse último resultou no massacre de 17 trabalhadores. Tal evento foi filmado e teve repercussão em todo o mundo, gerando protestos em vários organismos nacionais e internacionais. A questão agrária retoma a discussão, inclusive para o âmbito da sociedade, e o MST intensifica as mobilizações contando com a ajuda de outras entidades, como os sindicatos, igreja e órgãos não-governamentais que também pressionam a desapropriação de terras.

O MST organiza marchas nacionais por reforma agrária, emprego e justiça reunindo milhares de trabalhadores. Essas medidas têm repercussão na mídia e nas primeiras páginas de jornais.

Como conseqüência direta da efervescência da questão agrária aludida pelo MST, dos sindicatos de trabalhadores rurais e outros mediadores, o governo cria, em

---

<sup>4</sup> Apenas são passíveis de desapropriação as propriedades acima de 15 módulos fiscais. Essa unidade é utilizada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e foi criado pela Lei 8.629/93, que no art. 4, assim se define “(...) é uma unidade expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante no município; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar. O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação dos imóveis rurais quanto ao tamanho, sendo a pequena propriedade aquela de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, média propriedade aquela de área entre 4 e 15 módulos fiscais e grande propriedade a que excede esse limite” (MEDEIROS, 2003, p. 43).

1997, o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA – para retomar a iniciativa política e reduzir as ações do MST, principalmente nas ocupações de terras. Assim, o governo estabelece uma série de medidas provisórias, decretos e leis complementares que modificam o modo pelo qual o poder executivo agia em relação aos conflitos. Essas medidas foram tomadas para agilizar as desapropriações de terra e para acalmar os ânimos dos trabalhadores “sem terra”, em especial dos movimentos liderados pelo MST.

Além disso, foram criadas algumas regulamentações para agilizar a realização dos assentamentos rurais, dentre as quais: a agilização do rito sumário, a vistoria das terras acompanhada de representantes sindicais, a redução de juros compensatórios de, 12% para 6% ao ano, para desapropriações, a descentralização do poder federal, que passa a atribuir também à União e ao Estado a realização de funções antes exercidas apenas pelo poder federal, para a realização das desapropriações e formação de assentamentos rurais.

Sob a ótica da descentralização iniciada no segundo mandato do governo FHC, as medidas governamentais se consolidam com o programa “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural” realizado em 1999, ficando conhecido como “Novo mundo rural”, que firma parcerias com Estados e Municípios, principalmente na negociação de terras e infra-estrutura.

Um dos aspectos derivados desses arranjos é avaliado por Medeiros (2003, p. 57), em que o assentado passa a ser visto como “empreendedor”, devendo ajustar-se ao mercado competitivo. Daí derivam inúmeras críticas sobre esse modelo de reforma agrária, que alguns denominam de reforma agrária de mercado ou reforma negociada, a qual se caracteriza pelo caráter produtivista.

Ao longo dos últimos 20 anos, em linhas gerais, assim tem se dado a instalação de assentamentos rurais via políticas públicas, sejam esses assentamentos do INCRA ou do Estado, através dos Programas Cédula da Terra e Banco da Terra. A intensificação da luta pela terra pelos trabalhadores rurais que assumem a identidade de sem-terra faz com haja a expansão dos assentamentos rurais em todo o país. A maior parte dos assentamentos rurais foi criada pelo governo federal, mas há também assentamentos conduzidos pelos governos estaduais e municipais, em menor escala. Vale salientar que, em algumas áreas do Brasil, há também assentamentos extrativistas, em especial na Região Norte, preservando as formas tradicionais de utilização dos recursos naturais.

Os assentamentos rurais representam uma mudança na organização do espaço do campo. Esses novos territórios, apesar da dispersão e da não contigüidade, significam o repovoamento do espaço rural.

### **2.3 - A integração da produção familiar à indústria no contexto da reestruturação produtiva**

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil remonta ao caráter agrário do país que, até os idos de 1930, estava apoiado numa economia agro-exportadora, definida principalmente pelo açúcar, café, algodão e pecuária. Esse sistema econômico, responsável pela constituição do Estado Nacional, com um caráter agrário muito forte, segundo Ianni (1984), sofreu uma ruptura com o nascimento do proletariado rural e com o predomínio da cidade sobre o campo, quando o setor industrial suplantou econômica e politicamente o setor agrícola nos idos de 1930. Esse período foi conturbado por uma série de fatores, caracterizando uma mudança

na feição do território brasileiro, em que o fator urbano incidiu com uma grande força na organização do espaço. Ocorreu, aí, uma série de rearranjos espaciais que resultaram no superpovoamento das cidades e na formação das metrópoles, as quais passaram a ser de maior atratividade para os sujeitos do campo.

No Brasil, o capitalismo se expandiu, de maneira ampliada, apenas na década de 1930, diante do processo da Segunda Revolução Industrial. A industrialização se desenvolveu no espaço brasileiro sob a determinação do capitalismo mundial, subordinada aos pólos do capitalismo desenvolvido.

O processo de industrialização brasileira se intensificou em meados dos anos 1950, com o Plano de Metas do governo JK, que proporcionou a abertura da economia ao capital estrangeiro, ocasionando um processo de intensa acumulação de capital no país e promovendo um salto na industrialização. O cenário político-econômico que se deu a partir de 1930, com a crise econômica brasileira favorecendo a ampliação do capital estrangeiro, foi importante para entender como se deu a industrialização da agricultura e o primeiro surto de reestruturação produtiva de padrão taylorista-fordista<sup>5</sup> a qual se tratou de uma redefinição de um novo mundo do trabalho e de novas práticas produtivas de produção em série.

A agricultura, ao subordinar-se às leis do lucro, necessita que os trabalhadores produzam mais em menos tempo, e isso é possível aumentando-se a jornada de trabalho ou intensificando o ritmo do trabalho com a utilização de novas técnicas e, com essa finalidade, a agricultura passa a ser um elemento no processo de reestruturação produtiva, como será destacada mais adiante.

As mudanças nos padrões econômicos e sociais no Brasil advêm com a crise econômica de 1929 e com a queda do preço do café, quando ocorre no país o

---

<sup>5</sup> Lipietz (1988), ao se referir ao contexto brasileiro, diz que houve aqui um fordismo periférico regulado pelos EUA.

desmoronamento da política dos governadores e da chamada política “Café-com-leite”, em que o poder político era controlado pelos cafeicultores de São Paulo e fazendeiros de gado de Minas Gerais que se revezavam na Presidência da República, sendo apoiados pelas oligarquias estaduais e pelo coronelismo. No final dos anos de 1930, Getúlio Vargas assume o governo, passando o Estado a exercer maior intervenção no setor primário e secundário.

No governo Getúlio Vargas, é elaborado um projeto de industrialização para o país, somado às questões de caráter infra-estrutural e, às questões trabalhistas, que também foram redefinidas. Foi permitido então que se fizesse a organização dos trabalhadores em sindicatos e federações, embora sob o controle do Estado. Com essa política intervencionista, surgiram o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto Brasileiro do Café e o Instituto do Cacau. Estes órgãos tinham por meta defender as estruturas por setores e combater a crise econômica instaurada nos anos 1930, provocada por uma depressão econômica mundial (ANDRADE, 1974, p. 49). A criação dos institutos citados ocorre para tentar frear os impactos da crise de 1929 e do colapso da economia baseada na exportação, principalmente do café.

A partir dos anos 1930, o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil teve como base um Estado forte, com a política de substituição de importação patrocinada pelo Estado no primeiro momento e, no segundo momento, com a participação do capital externo (BRUM, 1997, p. 209).

O Estado, desse modo, ampliou a participação do capital no campo, subsidiando a entrada de capital estrangeiro e de empresas transnacionais, passando a comandar o processo de modernização que se dá de uma forma conservadora, privilegiando alguns grupos, ou seja, os latifundiários (SILVA, 1980). Essas medidas agravaram ainda mais a questão do campo e tiveram impactos

negativos na reprodução social dos trabalhadores rurais, uma vez que a tecnologia substituiu a força de trabalho disponível no campo, provocando uma forte migração para outras áreas.

A modernização brasileira foi denominada de dolorosa e excludente, principalmente a partir dos anos de 1950, quando se teve no país um grande surto industrial que privilegiou apenas algumas áreas ou regiões específicas, provocando o aumento da concentração fundiária e conseqüente descontentamento e reivindicação dos sujeitos expropriados pelo projeto modernizante (SILVA, 1982). Com a modernização, ampliou-se o número de tratores, equipamentos e máquinas importadas, diminuindo a mão-de-obra utilizada nas lavouras.

A modernização da agricultura no Brasil, dentre outras características, apresenta o caráter poupador de mão-de-obra, excluindo grande número de trabalhadores. Como resultado do processo de diminuição dos braços nas lavouras, surge o trabalho volante desenvolvido pelo bóia-fria. Esses trabalhadores, cuja composição era majoritariamente de sujeitos migrantes que foram atraídos para as cidades, na maioria das vezes, se deslocavam para o campo no período de colheitas para o trabalho temporário.

O bóia-fria, no sistema capitalista, se origina como uma massa marginal. De acordo com Mello (1976, p. 125), surge como a solução menos onerosa para o proprietário rural, significando uma variável importante no processo de acumulação de capital, uma vez que o trabalho volante garantia ao proprietário um meio de fuga dos compromissos legais de natureza trabalhista. Nesse processo, ocorreu o aumento da escassez de terra e/ou sua concentração e a superabundância de mão-de-obra, que concretizou o trabalho intermitente do bóia-fria que se dispunha para qualquer tipo de trabalho. Segundo Mello (1976, p.88), o ritmo irregular da

exploração da força de trabalho do bóia-fria lhe confere uma instabilidade econômica que reflete nas condições de miséria em que ele sobrevive.

Sobre o processo de modernização, ao implementar novos processos produtivos e novas relações de trabalho, imprimiam também diversas consequências de caráter socioespacial como descreve Medeiros (2003, p. 25)

O rápido processo de modernização trouxe consigo a expropriação de uma parcela significativa dos trabalhadores que viviam no interior das fazendas (como colonos, moradores, parceiros, arrendatários). As grandes empresas que compravam ou obtinham concessões de terras de fronteira buscaram expulsar os posseiros que lá viviam e restringir as dimensões do território ocupado por grupos indígenas, ampliando o campo de conflito.

Assim, no seio desse processo de modernização do campo em que a industrialização constitui um de seus momentos, ocorre, entre outros fatores, o aumento da proletarização no meio rural, acentuando as desigualdades existentes entre o campo e a cidade, historicamente produzidas pelo sistema de produção baseado no predomínio do latifúndio sobre o minifúndio, junto a um intenso processo de expropriação dos trabalhadores. A modernização do capital no campo é a expressão concreta e objetiva da expansão do capital no campo, que se traduz na transformação do latifúndio em empresas, viabilizada pelas políticas públicas e pela inserção do capital estrangeiro na agricultura. Discutindo a expansão do capitalismo no campo brasileiro, Oliveira (2002, p. 51) assim se refere:

(...) o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcada pela sua industrialização, uma industrialização que deve ser entendida internacionalmente, pois não há mais, ou nunca houve, uma separação entre as indústrias nacionais e estrangeiras; ao contrário, a história dos últimos tempos tem sido uma história de alianças e fusões com a participação ou com o beneplácito dos governos militares ou civis.

A industrialização se intensifica a partir dos anos de 1950, quando a economia brasileira aumenta sua participação na economia capitalista mundial, sendo favorecida por condições externas e internas. A primeira, ligada ao esgotamento da reconstrução europeia do pós-guerra e à realização de alternativas e a segunda pertinente à entrada de capital externo (ARAÚJO, 1984). No período pós-guerra, ocorre no Brasil, concomitantemente à entrada de empresas, o aumento de firmas subsidiárias.

As mudanças no campo traduzidas na redefinição das relações entre a agricultura e a indústria, e a conseqüente formação dos complexos agroindustriais, segundo alguns autores como Sorj (1986) e Kageyma (1990), firmam-se na década de 1960, quando o latifúndio passa a ter um caráter empresarial de participação na produção industrial referente ao uso de máquinas e suprimentos ou na produção de matéria-prima para ser transformada na indústria. A redefinição das relações entre a agricultura e indústria é sentida com a mecanização e quimificação da agricultura, em que o Estado incentiva através da implementação da indústria pesada no país, entre 1955 e 1961, a aquisição de produtos industriais pelos produtores rurais (principalmente grandes e médios), constituindo a mola mestra da modernização conservadora (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.198)

Essa mudança na relação entre a agricultura e a indústria ocorre de maneira diferenciada, sendo o centro-sul do Brasil o pólo abastecedor de maior dinâmica comercial, uma vez que os investimentos se concentravam na área em que o progresso técnico foi mais intenso que nas regiões Nordeste e Norte. A Região Centro-Sul torna-se a área abastecedora de matérias-primas para as demais regiões, inclusive para o Nordeste Brasileiro.

No Nordeste, a indústria chega no final dos anos de 1950, através da ação planejada do Estado na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, que objetivava diagnosticar, planejar e incentivar o desenvolvimento da região. Ao estudar os propósitos da SUDENE, Oliveira (1981) afirma serem estas expressões dos interesses de classe da Região Centro-Sul. Sobre essa questão, Oliveira (1981, p. 116) faz a seguinte afirmação:

A SUDENE traz inscrita, desde a sua origem, a marca da intervenção “planejada” no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul. (...) o novo organismo detinha, entre suas funções, a capacidade de criar empresas mistas, combinando capitais da União, dos Estados e até do setor privado. Tal capacidade é inteiramente inédita no quadro político administrativo do país; e o objetivo era precisamente o de tornar o Estado também produtor no Nordeste, dissolvendo sua antiga ambigüidade, que era a marca estrutural do populismo. (...) O Estado nunca tinha sido produtor no Nordeste, salvo em poucos casos; esse novo Estado no Nordeste já se apresentava sem a marca de ambigüidade do Centro-Sul.

Além disso, aqui se entende, assim como diversos estudiosos da questão, que a criação da SUDENE foi realizada para acalmar os ânimos dos trabalhadores rurais e para atender aos anseios da classe dominante. Para Sorj (1986, p. 98), “A criação da SUDENE expressava a necessidade das classes dominantes do Centro-Sul de controlar as transformações sociais numa região que se estava transformando num potencial de revolta política crescente”.

Com o golpe militar, a SUDENE torna-se um órgão burocrático de difícil acesso para aqueles que requeriam ajuda. Em suma, esse órgão passa a beneficiar as elites regionais (ELIAS, 2002b; ANDRADE, 1988). De acordo com Oliveira (1981, p. 124), a SUDENE pós-64 representa o planejamento da expansão hegemônica do capitalismo monopolista. A SUDENE passa a assistir os governos estaduais,

incentivando grandes projetos como o POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, Proterra e Projeto Nordeste. Esses projetos, de forma geral, apesar de possuírem objetivos específicos, não atenderam aos anseios da população de baixa renda para o desenvolvimento da agricultura familiar. Essas políticas privilegiaram os setores mais capitalizados. Para a agricultura familiar, o resultado dessas políticas foi negativo, uma vez que esta ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola.

A luta por terra sempre foi travada desde tempos remotos, nos quais devem ser considerados também alguns movimentos e conflitos populares ocorridos no Brasil Colonial como a Confederação dos Tamoios e o Quilombo dos Palmares e outras revoltas ocorridas no período republicano, classificadas como revoltas de fanáticos e religiosos como Canudos (BA) e o Contestado (SC, PR). Essas revoltas são as precursoras dos movimentos sociais e sindicais modernos, que passam a ter maior visibilidade com o início da revolução tecnológica no campo, seguida de uma modernização das relações de trabalho que expulsa das fazendas um grande número de agricultores. Nesse contexto, a questão agrária se torna visível e incômoda, com os movimentos sociais no campo, principalmente no Nordeste, e com a mobilização popular reformista formada nos anos 1950/1960.

Com a intervenção da SUDENE, por meio de políticas de incentivos fiscais, principalmente o Nordeste Brasileiro começa a vivenciar o processo de modernização da atividade produtiva, que ocorre tanto no meio industrial como no agrário. Isto se evidencia nos anos de 1950/1960, com a modernização das fazendas e com a expulsão dos moradores que migram para as cidades, ocorrendo a substituição do trabalhador por máquinas e havendo a mudança nas relações de trabalho com o surgimento do assalariamento de forma mais homogênea. O trabalho

volante se expande com os bóias-frias, que também eram chamados de “moradores de ponta de rua” e que passam a formar um contingente populacional de mão-de-obra expropriada que, com a mudança na legislação fundiária, já não é absorvida totalmente pela grande propriedade (MARTINS, 1997, p. 72).

Essa massa populacional constituída do chamado excedente populacional passa a morar nas favelas, nos cortiços, nos aglomerados urbanos de péssimas condições, passando a ser absorvida pelo mercado de trabalho marginalmente (MARTINS, 1997). O problema do campo se expande para as cidades. Diante desse processo, os movimentos de contestação ganham força e efervescência. É deste período a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – ULTAB –, e da carta de Salvação do Nordeste criada no Congresso de Salvação do Nordeste, do Serviço de Assistência Rural – SAR –, e é também neste período que a igreja, os partidos políticos e os intelectuais, não apenas os trabalhadores, se envolvem na discussão da problemática agrária.

Nota-se que o envolvimento de vários setores da sociedade na discussão da questão agrária forjou no âmbito do governo, a tomada de medidas para conter os ânimos no campo e reprimir os movimentos sociais. Assim, são criados o Estatuto do Trabalhador Rural – ETR –, e o Estatuto da Terra – ET.

O Estatuto do Trabalhador Rural foi promulgado em 1963, vinte anos após a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT –, atrelando o sindicato ao Estado e garantindo aos trabalhadores os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos (SORJ, 1986; MARTINS, 1997). O Estatuto da Terra, cuja proposta era solucionar os problemas da terra, mudar a estrutura fundiária e redistribuir a terra, apenas resolve os problemas nas áreas de tensão social grave, não sendo viabilizado, pelo regime militar uma reforma nacional (MARTINS, 1986). O Estatuto

da Terra estabeleceu medidas que acentuaram o controle do governo sobre a estrutura fundiária e, além disso, definiu regionalmente o latifúndio e o minifúndio até hoje em voga (SORJ, 1986; SILVA, 1997; MARTINS, 1997).

Na literatura, várias críticas são efetuadas por estudiosos a respeito do Estatuto da Terra. Dentre essas, Martins (1986, p. 35) diz que o estatuto da terra serviu de instrumento para esvaziar a luta pela terra, promovendo a agricultura patronal *“O objetivo principal do Estatuto não é de redistribuir terra para quem nela trabalha, mas fundamentalmente promover a expansão da agricultura empresarial”*.

Durante o período militar, a questão agrária efervesce devido, entre outros motivos, ao movimento gerado pelas Ligas Camponesas, em aliança com os sindicatos. Nesse período, houve uma ampliação e expansão do capital no campo como nunca antes registrada. O capital se amplia e se expande territorialmente, tornando-se proprietário de terras (MARTINS, 2002).

Não se pode esquecer que, paralelamente a esse processo de luta pela terra, o governo militar investiu maciçamente no modelo econômico industrial, patrocinado pelo poder público. As conseqüências do processo de modernização do campo brasileiro são diversas, sendo o Estado o agente indutor dessas inovações. Este promoveu o fortalecimento de canais de comercialização, criação de seguro agrícola e estímulo ao cooperativismo, sob a execução de diferentes políticas que privilegiaram apenas alguns grupos (SANTOS, 1991). A seletividade dos investimentos revela uma modernização conservadora que preservou os interesses das elites. Nesse quadro, os conflitos se recrudescem e os excluídos do campo, organizados no movimento em defesa da reforma agrária e na luta pela terra, continuam a ocupar as terras improdutivas, passando a ser beneficiados pela política de assentamentos, que incentiva a produção familiar.

Contudo, as transformações no campo não se resumem à mudança da base técnica. Concomitante a esse processo, se tem uma reorganização do processo de trabalho, em que o assalariamento substitui formas antigas de reprodução, baseadas nas relações familiares e de dependência pessoal (KAGEYMA, 1990). Nesse sentido, a especialização da mão-de-obra marca profundamente o sistema de trabalho e não se pode esquecer que no cenário atual, marcado pela reestruturação produtiva à agricultura, *“Cada vez mais, a produção para auto-consumo é substituída pela economia de mercado, em decorrência das demandas urbanas e industriais, com vistas à produção de mercadorias padronizadas para o consumo da massa globalizada”* (ELIAS, 2002a, p. 15).

De forma sintética, os elementos mencionados caracterizam a situação presente, em que os movimentos sociais se territorializam com o advento da política de assentamentos tecida pelo Estado, na promoção da reforma agrária, esta calcada na distribuição de terra e na produção familiar, mas que, contrariamente ao que vem sendo pregado em relação à autonomia e regulação da produção pelos assentados, os sujeitos envolvidos nesse processo são levados a entrar no circuito moderno de produção definida pela especialização e um alto grau de tecnificação e conseqüente transformação socioespacial, com as mudanças no processo produtivo, com o uso da tecnologia e utilização de máquinas, fertilizantes e técnicas de irrigação avançadas. É o que acontece no Projeto de Assentamento Vale do Lírio/São José de Mipibu/RN que conta com 62 famílias assentadas, sendo que 42 delas aderiram à parceria com uma grande empresa.

Dentro desses parâmetros, tem-se uma reestruturação produtiva e territorial que se concretiza com a modernização da agricultura e união desta com a indústria, resultando nas chamadas agroindústrias, embora se considere que no período

colonial, de forma incipiente, a união da agricultura com a indústria se efetivara no processamento da produção do açúcar nos engenhos (SORJ, 1986).

Entretanto, a reestruturação produtiva e a efetiva integração da agricultura com a indústria têm um marco considerado na década de 1950, com a mudança na base técnica, produção de insumos, utilização de máquinas e equipamentos e o uso de fertilizantes e agrotóxicos entre outros. Essas ações foram induzidas pelo Estado, principalmente por meio das diferentes políticas na promoção de canais de comercialização, política de preços mínimos e incentivo ao cooperativismo. Tais medidas se dão com a expansão do capitalismo no campo e a integração da agricultura com a indústria, como afirma Silva (2002), com a passagem dos complexos rurais para os complexos agroindustriais, que ocorre através da substituição da economia natural por atividades agrícolas ligadas à indústria.

Ao estudar a reestruturação produtiva no Nordeste Elias (2002a) afirma que a reestruturação produtiva ocorre em três momentos distintos, iniciando no fim da década de 1950, com a mudança na base técnica e difusão de inovações com a utilização de máquinas e insumos. O segundo momento, em meados da década de 1960, se refere ao desenvolvimento dos complexos agroindustriais, com a atuação e apropriação do processo de produção agropecuário pelas grandes corporações e, por fim, na década de 1970, com um processo de integração de capitais.

O processo de reestruturação, segundo a autora, se inicia no Nordeste com as políticas de irrigação e a instalação de pólos de desenvolvimento integrado, decorrendo o surgimento de pontos especializados que refletem a seletividade da reestruturação em que deixa à margem a maior parte da população, gerando espaços dinâmicos competitivos. Essas mudanças, segundo Elias (2002b), se

inserir na organização do novo modelo econômico e social da produção, em que a competitividade preconizada pela globalização constitui a tendência atual.

Com a globalização da economia e a entrada de capital estrangeiro e das multinacionais, de acordo com Santos (2002), o Estado passa a investir maciçamente em determinadas áreas ou setores produtivos decorrendo, o que o autor chama de “espaços luminosos”.

No Nordeste Brasileiro, Araújo (2000) analisa e descreve o surgimento de espaços dinâmicos, os quais denomina de “ilhas” competitivas articuladas com o mercado externo, como também, de forma mútua, com a existência de “ilhas” de abandono e exclusão. Dentro desse contexto se tem a efetivação de pontos especializados de produção e a montagem de pólos de desenvolvimento que têm sua produção voltada para exportação. Araújo ainda destaca a formação subsidiada pelo Estado de pólos de desenvolvimento instalados em Açu/Mossoró, Juazeiro/Petrolina, Baixo Jaguaribe no Ceará e o oeste baiano. Esses pontos são especializados na produção de frutas, tecidos e grãos, no caso do oeste baiano, e constituem as ilhas dinâmicas nordestinas.

Para Elias (2002a), quando analisa a integração competitiva no semi-árido do Ceará, as transformações em curso, baseadas no cenário da globalização, reestruturam a produção e o território brasileiro sob o viés da especialização regional, acarretando novas desigualdades sociais e regionais. Nesse sentido, a modernização da agricultura vem acompanhada por um processo de reestruturação produtiva de caráter espacialmente seletiva e socialmente concentrada, que mantém intocáveis os espaços que lhe são inconvenientes economicamente (ELIAS, 2002a).

A reestruturação produtiva se relaciona diretamente com o mundo do trabalho, como consequência da crise do capitalismo que afeta diretamente a forma

de organização do trabalho, uma vez que, conforme indica Dias (1998, p. 1), *capital e trabalho são parceiros ativos*. Nesse ínterim, diversos autores escrevem sobre a crise do trabalho, das mudanças no mundo do trabalho, do fim da sociedade do trabalho e o fim dos empregos<sup>6</sup>, uma vez que novas formas de produzir são implementadas com a utilização de máquinas e equipamentos modernos que derivam o aumento nos níveis de produtividade e diminuem a mão-de-obra. Cabe elucidar que a reestruturação produtiva ocorre simultaneamente à globalização e tem conseqüências no mundo do trabalho, diminuindo a mão-de-obra utilizada e exigindo um trabalhador mais qualificado. Sobre as conseqüências da reestruturação que traz consigo a flexibilização do trabalho, Araújo (2000, p. 277) esclarece:

Reestruturação produtiva é algo diferente de globalização. A reestruturação produtiva incide sobre o mundo do trabalho. Ocorre juntamente com o movimento de globalização, que, por sua vez, é diferente da visão neoliberal. A visão neoliberal para o mundo do trabalho requer flexibilização. E a flexibilização ocorre com a reestruturação produtiva, porque as novas tecnologias não têm mais uma cadeia rígida. Requerem a produção flexível. Para a produção flexível, quanto mais flexíveis forem as regras reguladoras, melhor. Tudo isso aconteceu simultaneamente: movimento de globalização e movimento de reestruturação que impõe flexibilização no mundo do trabalho, o que requer trabalhador polivalente.

Nesta análise, cabe também destacar as políticas definidas pelo Estado e pelo capital, com destaque para a atuação de grandes empresas, uma vez que o primeiro tem favorecido os interesses do mercado devido à sua deficiência orçamentária que lhe acarretou, em período recente, um caráter menos intervencionista, mas que não deixa de ser importante para a reprodução da

---

<sup>6</sup> RIFKIN, Juremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força de trabalho*. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Brooks, 1995. 348 p. Segundo o autor, "O ritmo acelerado da automação está levando a economia global rapidamente para era da fábrica sem trabalhadores" (RIFKIN, 1995, p. 8).

sociedade. A reestruturação produtiva se expressa no momento de crise do Estado e do capitalismo como uma tentativa para sair da crise, como quer Araújo (2000, p. 267),

O movimento de reestruturação produtiva é, na verdade, o modo do capitalismo rearrumar-se para tentar sair da crise. Outras mudanças importantes estão acontecendo, além da globalização. Com a crise, essas mudanças estão se processando para buscar um outro padrão produtivo para o futuro.

Nesse cenário da globalização da economia e as fortes transformações no mundo do trabalho advindas com a reestruturação produtiva, é necessário compreender o papel do Estado para com a sociedade, no desenvolvimento das políticas que implementam e (re)territorializam a agricultura familiar, seja esta integrada ou não-integrada ao mercado. A intervenção do Estado na questão agrária brasileira é tematizada, de forma mais analítica, no próximo capítulo.



### ***3 - O Estado e a questão da terra no Rio Grande do Norte***

### **3 - O Estado e a questão da terra no Rio Grande do Norte**

Os estudos sobre a questão fundiária ao longo do processo de desenvolvimento da sócio-economia brasileira demonstram que o Estado tem sido um artífice no desenvolvimento de políticas agrícolas e, de modo geral, tem beneficiado uma classe minoritária. A intervenção do Estado resulta em mudanças socioespaciais que se dão em diferentes contextos regionais. Na região nordestina, alguns estudos demonstram as transformações e suas conseqüências no âmbito da sociedade. Nesse sentido, se enquadram os estudos de Araújo (2000), Andrade (1986), Maranhão (1984) e Leal (1997), entre outros que analisam os reflexos das ações do Estado para o conjunto da sociedade.

A intervenção do Estado na questão da terra, como foi caracterizado no capítulo anterior, tem raízes históricas em que se considera como um marco jurídico e institucional a aprovação da Lei de Terras de 1850 (SILVA, 1996). Do ponto de vista da reforma agrária, de acordo com Martins (2000), a Lei de Terras nasce desqualificada, com o objetivo de expandir e assegurar a grande lavoura e não a redistribuição de terras.

As leis agrárias brasileiras, mesmo as com as mudanças posteriores à Lei de Terras, não conseguiram democratizar o acesso à terra e nem tampouco modificar a estrutura fundiária. Ademais, as leis agrárias brasileiras são consideradas extensas, complexas e de difícil aplicação, resultando em ambigüidades e múltiplas interpretações (SILVA, 1997).

No entanto, a atuação do Estado parece ser determinante quando se discute a questão agrária, uma vez que a mesma está no núcleo do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico (MARTINS, 2000). Ter terra significava ter poder.

Ao analisar o Estado no processo de reforma agrária, faz-se necessário tecer algumas considerações a respeito de suas ações. Desse modo, não se pretende debater pelo viés teórico sobre o que é Estado, e sim debater como o Estado tem gerenciado as políticas de redistribuição de terras, nas quais se insere a criação dos assentamentos rurais.

Pode-se dizer que a constituição do Estado no Brasil se adequa, conforme o pensamento de Poulantzas (1985, p. 48), como uma *“condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes”*. Assim, o Estado, segundo a análise do autor, é um fator de coesão da sociedade, controlado pela classe dominante.

O Estado de classe é demonstrado pelo próprio governo que, muito embora reconheça que a maior parte da alimentação do país seja produzida pela agricultura familiar e não por empresas capitalistas, ele, o Estado, não produz políticas de incentivo fiscal e de transferência de renda para a agricultura familiar, como o faz para as empresas capitalistas (MARTINS, 1991).

No Rio Grande do Norte, a história da constituição do estatuto da propriedade da terra e a ocupação desta, assim como os outros estados foi, um processo conflituoso em que o Estado privilegiou os grandes proprietários de terras, conforme assinala Araújo (2005, p. 37) em seus estudos sobre a questão agrária no Rio Grande do Norte, afirma que assim como em outras áreas brasileiras, houve um processo tenso e conflituoso no qual o Estado privilegiou a grande propriedade e seus detentores, ignorando, quase sempre, os trabalhadores rurais ou aqueles que dependiam da terra para sobreviver.

O Estado, sob diversas formas, é um agente determinante no processo de construção do território. A análise toma como referência a relação entre o Estado e a

luta pela terra a partir dos anos de 1950, período que, substancialmente, é referenciado pelos fortes impactos de uma crise econômica instaurada devido às pressões inflacionárias, em que a estrutura fundiária concentrada passa a ser vista como causa do desequilíbrio e como obstáculo ao crescimento econômico. Em meio a essa crise, o setor agrícola sofre modificações nas relações de trabalho, e o padrão dominante passa a sofrer impactos dos movimentos sociais reformistas pela reforma agrária. Por outro lado, ocorre a difusão dos sindicatos de trabalhadores e produtores rurais (ROMEIRO, 2001).

Nos anos de 1950/1960, houve um processo de quebra nas relações de dominação e dependência pessoal, com grandes proporções que atingiram os antagonismos de classe no mundo rural, resultando em um intenso processo de lutas de classe em que as tensões no campo começam a incomodar a classe dominante e o poder das oligarquias é enfraquecido. Como descreve Coletti (1998, p. 48):

A organização e a luta do campesinato demonstravam uma força que começa a inquietar vários setores das classes dominantes. Por outro lado, o poder político das oligarquias rurais no interior do bloco no poder começa a definhir, seja porque perdiam o controle político-social sobre as massas rurais, seja porque sua principal moeda de barganha política começava a apresentar sinais de crise e esgotamento. Referimo-nos, neste último caso, ao conjunto de práticas político-eleitorais característicos do 'coronelismo'.

As lutas de classe começaram a incomodar, uma vez que os movimentos camponeses adquiriam força política através de ações de resistência, manifestações de rua, greve etc. Nesse ínterim, também se destacava a ação do PCB e da Igreja Católica, que passa a reconhecer a necessidade de uma reforma agrária (MEDEIROS, 2003, p. 18).

No entanto, de acordo com Medeiros (2003, p. 18), para compreender o vigoramento da questão agrária nesse período, é necessário entender o contexto político mundial em que, em plena guerra fria e pós-segunda guerra mundial, se colocava como ordem do dia a promoção do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, na promoção da industrialização. Além disso, a Revolução Cubana (1959) teve fortes repercussões no Brasil, sendo incorporada como um modelo por alguns representantes de movimentos sociais, como Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, cuja proposta objetivava uma revisão da estrutura fundiária, através de uma reforma agrária radical.

Nos anos 1960, a questão agrária e da reforma agrária era um dos temas mais discutidos, mas não existia um consenso sobre o seu significado, e o golpe militar muda os rumos da discussão. O Estado então passa a intervir, propondo solucionar os problemas sociais do campo através do Estatuto da Terra – ET, criado em 1963. O Estatuto da Terra definiu a política agrária do período ditatorial, sendo elaborado para reprimir a luta pela terra que crescia bastante desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Além disso, o Estatuto da Terra tentava evitar a destruição da aliança política entre grandes capitalistas e proprietários de terra que compunham a base do Estado brasileiro e do poder político no Brasil (MARTINS, 1986, p. 49).  
redação

Com o golpe de 1964, fortes mudanças são impostas pelo Estado autoritário. Segundo Martins (1984), houve assim uma militarização da questão agrária, em que o Estado encaminha a reforma agrária no sentido obrigatório do esvaziamento político do campo e da despolitização da luta pela terra. A reforma agrária, assim ficou restrita às áreas de tensão social grave ocorrendo uma ação policial e repressiva sobre as ligas camponesas e as entidades sindicais. O regime militar

direciona medidas para os sindicatos de trabalhadores rurais, transformando-os em órgãos burocráticos e de assistência social. No Rio Grande do Norte, em 1962, é fundada a Federação de Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte – FETARN –, o qual em dois anos multiplica suas unidades, atingindo o número de 70 sindicatos em funcionamento com a marca de 50 mil sócios.

Ainda com o golpe de 1964, houve um enfraquecimento das ações sindicais, o que reduziu o número de sindicatos em funcionamento para 15, restando aproximadamente 1.500 sócios (LIMA, 2003). Logo após o golpe, é criada uma estrutura legal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR –, em nível nacional, que unificou todas as categorias de trabalhadores rurais em uma única entidade. Os STRs foram criados em 1965, cuja base se dava em âmbito municipal. Em nível estadual, a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura – FETAG –, o órgão responsável que está subordinado à Confederação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura – CONTAG. Segundo Malagodi (2004, p. 163), essa estruturação dos sindicatos rurais, composta de múltiplas categorias de trabalhadores, fez com que os sindicatos de trabalhadores rurais adquirissem um aspecto característico e próprio em cada município e que, apesar dos diferentes conflitos ou lutas específicas, o movimento sindical manteve a luta pela terra como bandeira unificadora.

No Rio Grande do Norte, a FETARN teve como primeiro presidente José Rodrigues Sobrinho do STR de Pendências. Com o golpe militar José Rodrigues é preso, mas foge da prisão com ajuda dos amigos, passando assim a viver na clandestinidade atuando em várias lutas (LIMA, 2003).

Nos anos 1960, a mediação política no Rio Grande do Norte, de acordo com Costa (2005), era realizada pelo movimento sindical, através dos sindicatos de trabalhadores rurais e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, apoiados

pela Igreja Católica e, em menor expressão, pelo PCB, através da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do RN – ULTAR – e pelas Ligas Camponesas.

Além dos sindicatos, a igreja católica entrou em cena para contribuir com as mobilizações sociais rurais. Dessa forma, durante o período militar, a igreja exerceu papel de mediadora na luta pela terra, a favor dos excluídos do campo. Esta instituição abre uma discussão sistemática das dificuldades sociais impostas pelo modelo de transformação social que estava a caminho (GARCIA, PALMEIRA, 2001). Contudo, vale destacar que a igreja iniciou sua ação política no campo, em 1949, com a criação do Serviço de Assistência Rural – SAR –, fundado no Rio Grande do Norte, no município de Nísia Floresta, rompendo, portanto, a sua aliança secular com o latifúndio e passando a manifestar-se pela sindicalização rural.

A mudança de atitude da Igreja Católica é considerada bastante significativa no que se refere ao funcionamento do espaço político brasileiro. Outro aspecto importante é que a Igreja, após o golpe de 1964, passa a mobilizar também os pobres das cidades, passando a usar as palavras “organização” e “organizar” (MARTINS, 1986).

Na década de 1970, a Igreja cria as Comunidades Eclesiais de Base – CEB – e a Comissão Pastoral da Terra – CPT – e, mesmo com a repressão, continuou o trabalho na articulação de novos movimentos, tão logo terminasse a ditadura militar.

É importante salientar a participação da Igreja Católica na articulação sindical e na discussão de temas como o da Reforma Agrária, em pleno período militar. Além disso, as CEBs e CPTs se solidificaram e constituíram espaços de socialização política, de onde saíram lideranças importantes para atuar em outros movimentos sociais, como o MST (FERNANDES, 1996).

No período militar, apesar da repressão e da perseguição aos líderes de movimentos sociais e sindicais, a luta pela terra, gerada por ações coletivas, se torna evidente, com as ocupações e o aumento do uso da violência. A repressão militar generalizou a violência em várias áreas do país, nunca antes registrado, como descreve Martins (1999, p. 83):

A repressão militar em si mesma abriu as portas para a ação violenta dos grandes proprietários de terra, através de seus capatazes e pistoleiros, em centenas de pontos no país inteiro, na certeza de que eram impunes e, além disso, aliados da repressão na manutenção da ordem (...) Nunca na história do Brasil o latifúndio foi tão poderoso no uso da violência privada e nunca as forças armadas foram tão frágeis em relação a ele quanto durante o regime militar.

Com a crise do regime militar no final dos anos de 1970, os sindicatos ganham força, sendo alimentados por grupos religiosos, como a CPT – e grupos políticos, como o Partido dos Trabalhadores – PT. As entidades sindicais passam assim a se interessar por questões trabalhistas, acolhendo as reivindicações dos moradores expulsos (MALAGODI, 2004, p.164). Com isso, nos anos de 1980, os sindicatos atuam em questões sociais, como as campanhas salariais, principalmente na zona da mata nordestina e no interior de São Paulo, expandindo-se em todo o país. Ocorre concomitantemente a esse processo, ou como consequência dele, o aumento da violência no campo, que redireciona, de certa forma, os movimentos sociais no campo, com a formação de movimentos nacionais, como a Central Única dos Trabalhadores – CUT –, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB – e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST etc., na formulação de projetos e bandeiras que se articulam nacional e internacionalmente.

Ator de fundamental importância na luta pela terra, surgido no final dos anos 1970, o MST nasce da insatisfação das massas trabalhadoras (os excluídos do

campo em oposição ao grande latifúndio), com o apoio da igreja e dos sindicatos rurais, numa política firmada na ocupação, gerando inúmeros conflitos. O MST surge na Região Sul do país, em 1979, fruto da ocupação da Fazenda Macali no Rio Grande do Sul. As terras ocupadas pelos sem-terra eram remanescentes das lutas pela terra promovidas pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER –, formado na década de 1960, que fora aniquilado pelo governo militar. Entretanto, o MST é institucionalizado em 1985, na realização do primeiro congresso do movimento, em Curitiba (FERNANDES, 1999).

A década de 1980 é marcada por uma série de conflitos de terra, tangenciados pelos acontecimentos, dentre os quais se destacaram: o III Congresso de Trabalhadores Rurais do Brasil promovido pela CONTAG, os congressos da CUT e o lançamento, em 1985, do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA –, sendo que, em quatro anos de existência não realiza as desapropriações previstas no plano, resultando em grande efervescência no campo e maior concentração de conflitos pela terra.

No Rio Grande do Norte, A FETARN durante os anos 1980 realizou vários atos públicos organizados, agregando muitos adeptos. Entre os atos públicos se destacou a ação contra a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e as campanhas salariais na área canavieira e outras ações que fortaleceram o movimento sindical no Estado. Cabe ressaltar que o movimento sindical estava fortemente articulado com a Igreja Católica em que, Dom Eugênio Sales orientava as ações do movimento.

No Nordeste, o MST ganha espaço em 1989, com a adesão dos antigos assalariados da cana-de-açúcar, que tinham perdido seu posto de trabalho, e dos assalariados dos projetos de irrigação e pequenos proprietários de terras

(ANDRADE, 1997). Antes da chegada do MST, o movimento sindical e a igreja católica vinham desenvolvendo ações coletivas em defesa do trabalhador rural e da reforma agrária. O MST torna-se um mediador político de relevância na luta pela terra e, assim como o movimento sindical e a igreja, passa a pressionar o Estado pela tomada de medidas para a redistribuição da terra para aqueles que dela necessitam. Com isso, os movimentos sociais despertam o sonho dos trabalhadores rurais por uma terra para morar e trabalhar.

Abramovay (2000) defende que a atuação de movimentos sociais como o MST ajuda a reverter o processo migratório, trazendo jovens que estavam a caminho de sair do campo. Tal fator proporciona ao país a construção do desenvolvimento social dos territórios. O território, segundo o autor é mais que uma base física possuindo um tecido social, uma organização complexa feita por laços que ultrapassam os atributos naturais e os custos de transporte e comunicação. O desenvolvimento social dos territórios consiste na construção de um novo sujeito coletivo, capaz de articular-se com outros sujeitos na formação de uma rede de atores, trabalhando para a valorização de uma dada região.

A luta pela terra e o caráter reivindicatório dos sujeitos envolvidos nos movimentos sociais tem se fortalecido com a atuação do MST. O processo de luta pela terra tem um significado na manutenção e reprodução social de um patrimônio familiar, como aponta Santos (1991, p. 46),

(...) a reivindicação que provavelmente mais se fortaleceu, pelo acúmulo e generalização das mobilizações e ações coletivas por todo o território brasileiro, foi a luta pela terra. Essa reivindicação aponta para uma redistribuição da propriedade fundiária, pela qual a terra adquire o significado de um patrimônio familiar, que possibilita aos agricultores familiares a reprodução social do grupo e, o que não é desprezível dada a estrutura de dominação no campo brasileiro, a segurança de um espaço próprio de vida e de trabalho.

A reivindicação traduz o sonho de acesso à terra através de uma luta coletiva pelos direitos sociais no campo após um longo período de pauperização, exclusão e êxodo.

No Rio Grande do Norte, o MST inicia sua militância em 1989, no município de Açu, com a chegada de alguns militantes de outros estados, principalmente Paraíba e Ceará. Os militantes se instalaram especificamente na região do projeto Baixo Açu, com a finalidade de reestruturá-lo amplamente (SOUZA, 1995, p. 109). Os militantes do MST, ao chegarem no RN, procuraram o PT e estabeleceram uma relação junto a esse partido, com alguns de seus membros, iniciando assim as reuniões em que se discutia o problema fundiário e a necessidade de uma reforma agrária. De acordo com Souza (1995, p.110), a primeira ocupação organizada pelo MST no RN ocorreu em 1990, na Fazenda Bom Futuro, no município de Augusto Severo, com a participação de 170 famílias que já participavam das discussões na igreja católica, a cerca da questão fundiária.

Ainda segundo Souza (1995), a atuação do MST no RN inicialmente é negativa, do ponto de vista da conquista da terra, uma vez que as primeiras ocupações no Vale do Açu não atingiram o objetivo desejado, sendo alguns militantes perseguidos e presos, resultando na transferência da secretaria do movimento, já instalada em Açu para Natal em 1990.

O MST, ao se instalar em Natal, redimensiona suas ações, passando a articular-se com outros segmentos organizados, que unidos, iniciam novas ocupações na região do Mato Grande. Uma dessas ocupações ocorreu na Fazenda Marajó, situada no município de João Câmara, que se tornou o primeiro assentamento rural do RN, conquistado numa ação coletiva em que o MST foi de

fundamental importância, partindo daí, várias outras ocupações foram desenvolvidas em novas áreas que são conquistadas e desapropriadas.

Cabe ressaltar que o processo de luta pela terra no RN, assim como em outros estados, é marcado pelo conflito e pelo uso da violência, mesmo antes da chegada do MST. A atuação do MST no Rio Grande do Norte fortalece a luta que já vinha sendo desenvolvida, conforme analisa Silva<sup>7</sup> (1995), que notifica a existência de 151 conflitos de terra no RN, no período de 1960 a 1990, em que a mediação política era feita, até os anos de 1980, pelo movimento sindical, pelos STRs e pela FETARN apoiados pela Igreja Católica, nas instâncias do SAR e do c – MEB (que trabalhava a educação e conscientização política dos agricultores) e em menor expressão pelo PCB através da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola – ULTAR. De acordo com Silva (1995), o uso da violência significava um indício ou uma necessidade de mudança das políticas públicas desenvolvidas para o campo

O aumento da violência no campo e as mobilizações rurais – as resistências armadas, as ocupações, os atos públicos -, dentre outros elementos que extrapolavam o meio rural e fluíam a sociedade como um todo, indicavam para o Estado a necessidade de mudança de rumos dos códigos das políticas públicas (SILVA, 1995, p. 173).

O uso da violência e as ameaças ocorriam na tentativa de frear os movimentos sociais no campo. Nesse sentido, os líderes sindicais eram perseguidos e coagidos pelos proprietários de terras e pela polícia. Uma das áreas de forte conflitividade ocorreu no município de Touros, na Fazenda Zabelê, no final dos anos de 1980.

---

<sup>7</sup>O autor, em sua pesquisa, descreve com detalhes os conflitos de maior expressividade em que destaca o uso da violência, ocorrido no RN, no período de 1960 a 1990.

Nessa área, segundo o Sr. Damião (informação verbal)<sup>8</sup>, a violência foi demasiada. Houve perseguição e tentativa de homicídio. Ele relata vários momentos de tensão em que escapou de emboscadas e tiros, quando apoiava abertamente a ocupação e a reivindicação dos moradores da fazenda Zabelê, pela desapropriação da área. No processo de ocupação da área, o MST junta-se ao movimento sindical, que já recebia o apoio da igreja na conscientização da luta pela terra e pela reforma agrária. Com a forte pressão dos mediadores políticos, as terras são desapropriadas pelo INCRA, dando origem ao assentamento Zabelê, que se dividiu em três agrovilas.

Araújo (2005) analisa a experiência do assentamento Zabelê e conclui que, apesar do projeto ter sido construído a partir de um processo de luta que mobilizou e envolveu vários setores, inclusive atores políticos, os assentados não conseguiram formular reivindicações mais abrangentes, mais definitivas, até mesmo em relação ao acesso à educação, à saúde e ao transporte, pois as conquistas foram muito limitadas. Os assentados, como a autora observou, ficam vulneráveis às formas de relações de dependência pessoal do Estado. Os assentamentos rurais são viabilizados pelo Estado que conduz o desenvolvimento de projetos e os meios necessários para a instalação do agricultor.

Contudo, as experiências de assentamentos rurais demonstram que a falta de acesso aos direitos fundamentais à reprodução da vida aumenta o abismo social reproduzindo a pobreza e as práticas de relações de dependência.

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida pelo presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Touros, novembro de 2004.

### **3.1 - O cenário recente da luta pela terra no Rio Grande do Norte**

Nas lutas pela terra no Rio Grande do Norte, de acordo com a FETARN apud Araújo (2005, p. 38), foram registrados, no estado, 208 conflitos, no período de 1960 a 1998. Nesse balanço mais recente, está inserido todo tipo de violência, ameaça de morte, prisão, fome, espancamento, insegurança etc.

Entre esses conflitos, foi desencadeada a luta pela terra no município de São José de Mipibu, originando o Projeto de Assentamento Vale do Lírio. Essa área foi articulada e planejada pelo Estado, juntamente com o apoio dos movimentos sindicais, para a efetivação inédita de uma parceria entre assentados e empresa capitalista, que utiliza alto padrão tecnológico para atender ao mercado internacional.

De fato, quando se observa a evolução da sociedade em relação as mudanças sócio-econômicas e as relações de trabalho no limiar da industrialização, se verifica a emergência de novas estruturas de poder, em que a base produtiva industrial ganha terreno; o setor agrícola deixa de ser a base econômica numa escala de tempo muito curta. Logo, o capitalismo se expande para o campo, modernizando as fazendas e tarefas domésticas, provocando a sujeição dos trabalhadores.

No espaço agrário, entretanto, a subordinação e expropriação dos trabalhadores se acentua com a industrialização e modernização das fazendas. Vários estudos apontam os distúrbios causados pela modernização, quer sejam: o abandono do campo e a migração para a cidade, o aumento da taxa de desempregados, a proletarização do campo, o aumento da pobreza e inchaço das cidades.

O processo de industrialização brasileiro, financiado pelo capital estrangeiro e orquestrado pelo Estado, se dá de maneira desigual, em que se destaca uma série de políticas para o desenvolvimento do campo, que delineiam o processo de construção do território.

No processo evolutivo da sociedade e do Estado Brasileiro fica explícita, de certa forma, a razão da conflitividade da questão agrária, uma vez que o Estado promoveu a acumulação privada e o projeto industrial, sem alterar as relações de propriedade da terra (ARAÚJO, 2000). O modelo de industrialização realizado pelo Brasil provocou o endividamento e a dependência para com os agentes do capital.

O Estado, em tempos de descentralização, continua a atuar como gestor da sociedade, apesar da crise orçamentária que acarretou, nos anos de 1990, um caráter menos intervencionista que faz parte do projeto neoliberal de fortalecimento do mercado e privatização das estatais como fonte de valorização de capitais (ARAÚJO, 2000, p. 255). No campo, as políticas fundiárias que promoveram a modernização conservadora têm subsidiado uma agricultura familiar integrada à lógica do mercado.

A industrialização implica diretamente na divisão social do trabalho e na dinamização do território, realocando e diminuindo o número de braços utilizados nas lavouras, provocando o descontentamento e expulsão dos trabalhadores rurais, gerando a retirada dos meios de sobrevivência do trabalhador rural, obrigando-o a adaptar-se às novas formas de trabalho ou deslocar-se para outras áreas em busca de sobrevivência.

Portanto, o entendimento da questão agrária não deve apenas ficar restrito a uma questão do campo, devendo ser analisada conforme pontua Martins (1986; 2002), ou seja, como um fato histórico que se renova e se modifica ao longo do

tempo. É nesse contexto de renovação e modificação que a experiência do assentamento Vale do Lírio se constitui, hoje, em objeto de análise ímpar na realidade dos assentamentos rurais do Rio Grande do Norte. Um território planejado pela ação do Estado pelo desenvolvimento da agricultura moderna implica em mudanças para o agricultor assentado, que tem de adaptar-se às novas formas de produção.

No quadro geral no Rio Grande do Norte se verificou, no final dos anos de 1980 e início de 1990, a expansão dos assentamentos rurais (Gráfico 01), como resultado da luta pela terra e da atuação dos movimentos sociais, abrindo um diálogo com o Estado que, através de seus órgãos INCRA e MDA, tem proporcionado o acesso à terra. Para tanto, a ação dos mediadores políticos, como os sindicatos dos trabalhadores rurais, a Igreja Católica, o MST, como também de organizações não-governamentais, como a Caritas Brasileira – CARITAS – e a Associação de Apoio à Comunidade do Campo – AACCC, foram importantes e, em alguns casos, desempenharam papel fundamental no processo de desapropriação e instalação de assentamentos. Não resta dúvida que os movimentos sociais do campo provocam a abertura de um processo, mesmo que lento e gradual, de reforma agrária.

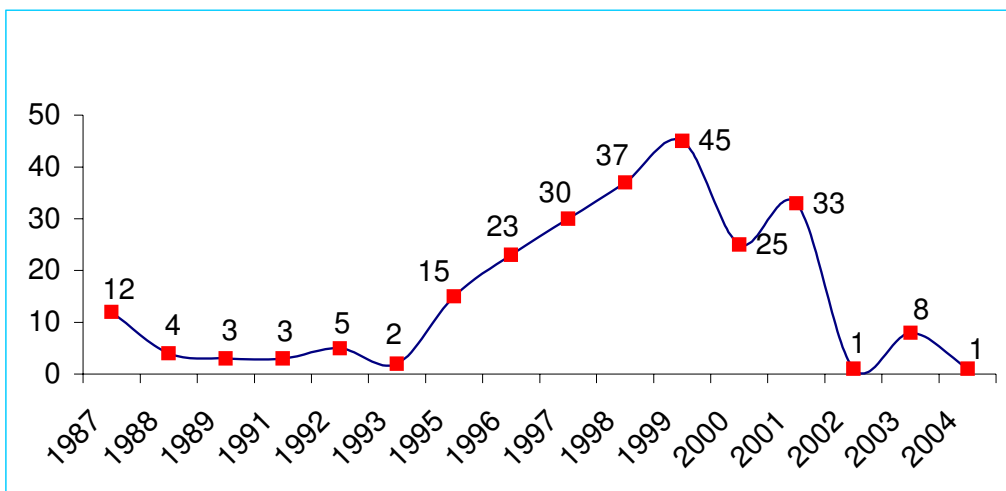


Gráfico 01: Número de assentamentos criados pelo INCRA no Rio Grande do Norte no período de 1987 a 2004.

Fonte: INCRA

O Rio Grande do Norte possui atualmente 263 assentamentos rurais, dentre os quais 247 assentamentos rurais foram originados por ações do governo Federal – INCRA – e os demais, no caso apenas 16, foram desenvolvidos pelo governo estadual. O crescimento do número de assentamentos rurais no RN, assim como no Brasil se deu com a desapropriação de terras pelo INCRA. Não por acaso, no período de 1987 a 1993 foi o período que menos se realizaram desapropriações, uma vez que tramitava na Câmara dos Deputados a aprovação da Emenda Constitucional de 1993, que regulamentava as desapropriações. No período seguinte, após a aprovação da Lei, é verificado o crescimento do número de assentamentos rurais criados via política federal. Assim, no Governo Fernando Henrique, houve o crescimento das desapropriações como também a atuação de linhas de crédito como o PRONAF e o PROCERA.

No entanto, com o término do governo FHC e início do governo Lula, nota-se um decréscimo no número de assentamentos criados a partir de 2002, uma vez que

algumas desapropriações foram realizadas de forma abusiva, em que os proprietários fixavam altos preços pelas terras. A crítica a política de desapropriação se efetivou, nesse momento, no cenário político e social em relação às formas de negociação na obtenção das terras por parte do Estado que adquiria terras a preços superfaturados fazendo com que surgisse uma série de denúncias sobre o processo de compra e venda de terras para a desapropriação. Porém, apesar das críticas e escândalos envolvendo entidades políticas, as desapropriações garantiram o acesso a terra a milhares de trabalhadores rurais.

Nesse cenário de constante reorganização espacial de acordo com Fernandes (1996) dá-se a territorialização da reforma agrária através da ocupação de áreas improdutivas pelos excluídos do campo, regidos pelos movimentos sociais que, juntamente com a ação dos sindicatos rurais, da igreja, de organizações não-governamentais e outros segmentos, têm procurado melhorar o padrão de vida dos trabalhadores do campo.

É importante ressaltar que o espaço é uma totalidade em permanente evolução (SANTOS, 1997), sendo o trabalho um elemento essencial que resulta na produção de um espaço específico. O espaço agrário representa um segmento do espaço geográfico e, nesta pesquisa, é analisado levando-se em consideração a conquista de frações do território através de ações coletivas. O território, sendo delimitado e definido a partir das relações de poder, incorpora também uma dimensão simbólica. Esses elementos podem variar de acordo com as escalas geográficas, as classes sociais e os grupos culturais que delineiam a multiplicidade dos territórios. Conforme Haesbaert (2002, p. 121),

(...) o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contrariamente articulados. Esta

relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atrás de eventos, vivem-se também, ao mesmo tempo múltiplos territórios (HAESBAERT, 2002, p. 121).

A mobilização social tem desempenhado papel importante no processo de construção e reconstrução do território, mesmo sob a ótica da globalização e do neoliberalismo. A mobilização social tem proporcionado o acesso à terra através da luta pela terra.

Com as ocupações, se tem a territorialização de uma forma efetiva, quando ocorrem a desapropriação da terra e a formação dos assentamentos rurais. Assim, pode-se dizer que as mobilizações sociais transformam a organização do espaço, atribuindo novas funções às formas geográficas, conforme destaca Santos (1999, p. 86): *“Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento”*. Portanto, para o autor, as **formas** representadas pelo movimento social e por seu caráter renovador se tornam **formas-conteúdos**, interagindo com a sociedade e fazendo parte da evolução do espaço.

O Estado ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro tem redimensionado suas ações na construção de novos espaços. No entanto, a questão da terra e das políticas de sua redistribuição tem sido efetuada para a reprodução do capital. No processo de desapropriação a motivação foi própria do Estado, ao suprimir fatores de conflito e revestir de legalidade a situação que se encontram os agricultores sem terra. O estado entra como gestor das relações de conflito de interesse, que podem ser também relações de classe.



***4 - A agricultura familiar no assentamento Vale do Lírio: a parceria e suas implicações socioespaciais***

## **4 - A agricultura familiar no assentamento Vale do Lírio: a parceria e suas implicações socioespaciais**

*“Poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas, por acontecimentos ou organismos distantes” (Giddens, 1997).*

O presente capítulo objetiva resgatar a realidade do assentamento Vale do Lírio, no que se refere à participação do Estado no desenvolvimento de políticas fundiárias, sendo destacada a recriação da relação de parceria em uma área de assentamento rural. Com isso, é realizada uma análise do processo de formação do projeto de assentamento, da participação dos mediadores, da relação entre os assentados e de sua qualidade de vida. Vale salientar que a realização da parceria tornou o projeto referência, do ponto de vista econômico, quando o assunto é desenvolvimento dos projetos de assentamentos de reforma agrária.

No texto, é trabalhada a fala dos sujeitos assentados, assim como outras informações que foram coletadas com a aplicação de formulários às famílias assentadas, aos presidentes das duas associações e à empresa Caliman S.A. Para isso, foi utilizada a pesquisa de campo e a pesquisa documental acerca do envolvimento de assentados em projetos de parceria com empresas (apesar das poucas referências). Ainda nesse sentido, se recorreu a outras informações sobre o município de São José de Mipibu, sendo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE uma das referências importantes.

As implicações socioespaciais são evidenciadas e demonstradas através das visões e significados do processo de inserção do agricultor familiar num modelo

predefinido e financiado pelo Estado, no estabelecimento da relação de parceria dentro do modelo econômico da globalização.

Assim, para dar conta do objetivo da pesquisa, procurou-se inicialmente fazer uma caracterização da área de estudo, seguida de uma análise.

#### **4.1 - Características gerais da área de estudo**

O assentamento Vale do Lírio possui 360 hectares de terras pertencentes ao município de São José de Mipibu. As terras, antes propriedade particular do Sr João da Costa, foram desapropriadas pelo INCRA em 1999.

A área de pesquisa está situada em local de fácil acesso, às margens da BR 335, ligado por vias pavimentadas (Figura 01). A localização do assentamento difere da grande maioria dos assentamentos rurais norte-rio-grandenses, que estão localizados em áreas isoladas ou bastante afastadas das cidades, em que muitas vezes o percurso é feito por estrada de barro em más condições de uso.

No que se refere às condições pedológicas, na área do assentamento predomina o latossolo vermelho amarelo distrófico, solo de baixa fertilidade natural, em que são utilizados corretivos para melhorar a aptidão agrícola das terras. O município pode ser caracterizado pelo predomínio de relevo plano, com poucas variações altimétricas. Esse conjunto de fatores, aliado ao aproveitamento dos rios que cortam o município, favorece as práticas agrícolas na área, como é evidenciado na carta imagem do município, em que é possível visualizar a grande quantidade de propriedades rurais em São José de Mipibu (Figura 02).

O município de São José de Mipibu é um dos mais antigos municípios do estado do Rio Grande do Norte. Ele se originou de uma aldeia chamada Mopebu,

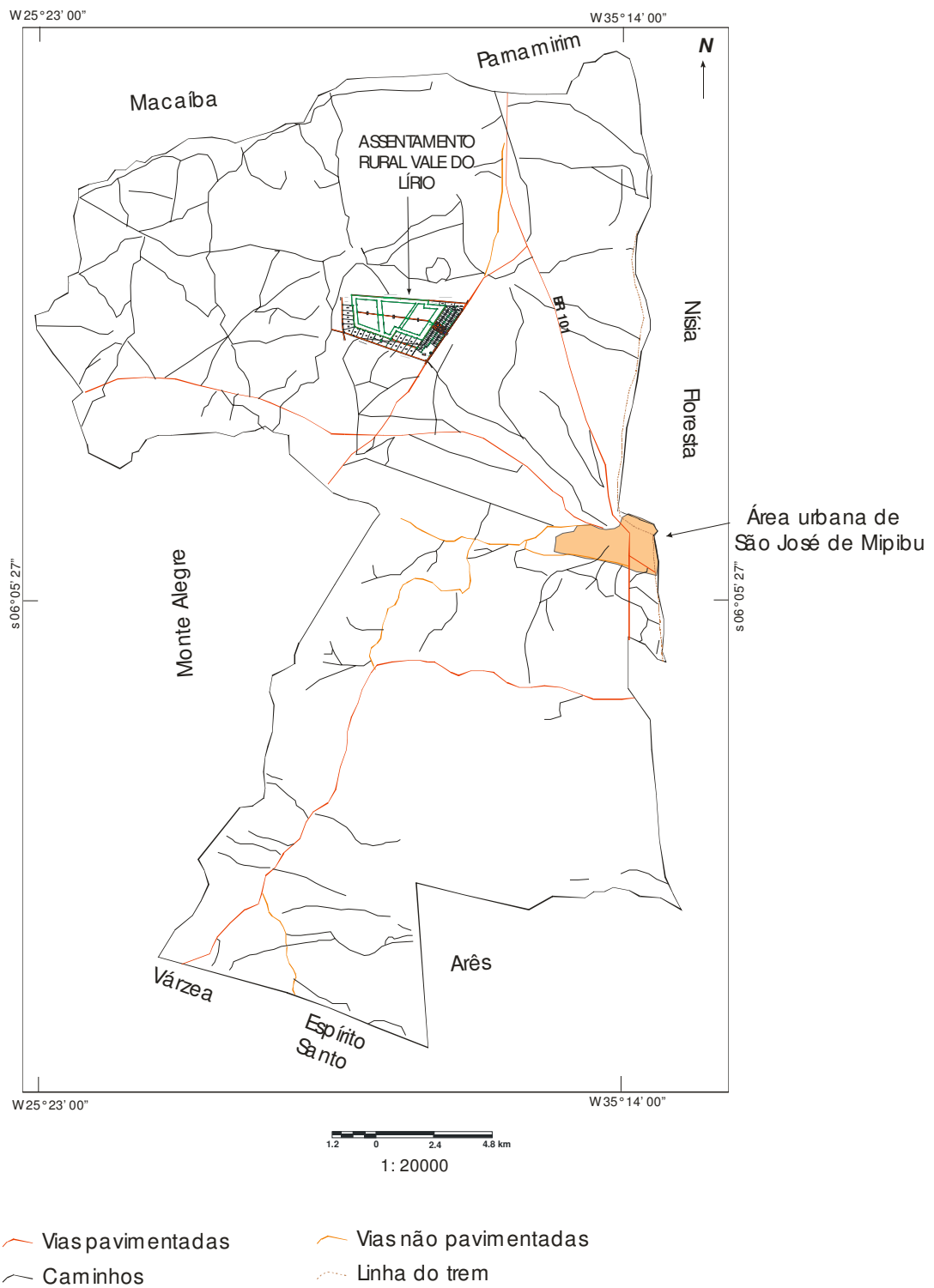


Figura 01: Localização da área objeto de estudo. Adaptado por Rosana França, 2005.  
 Fonte: Mapa base IBGE.

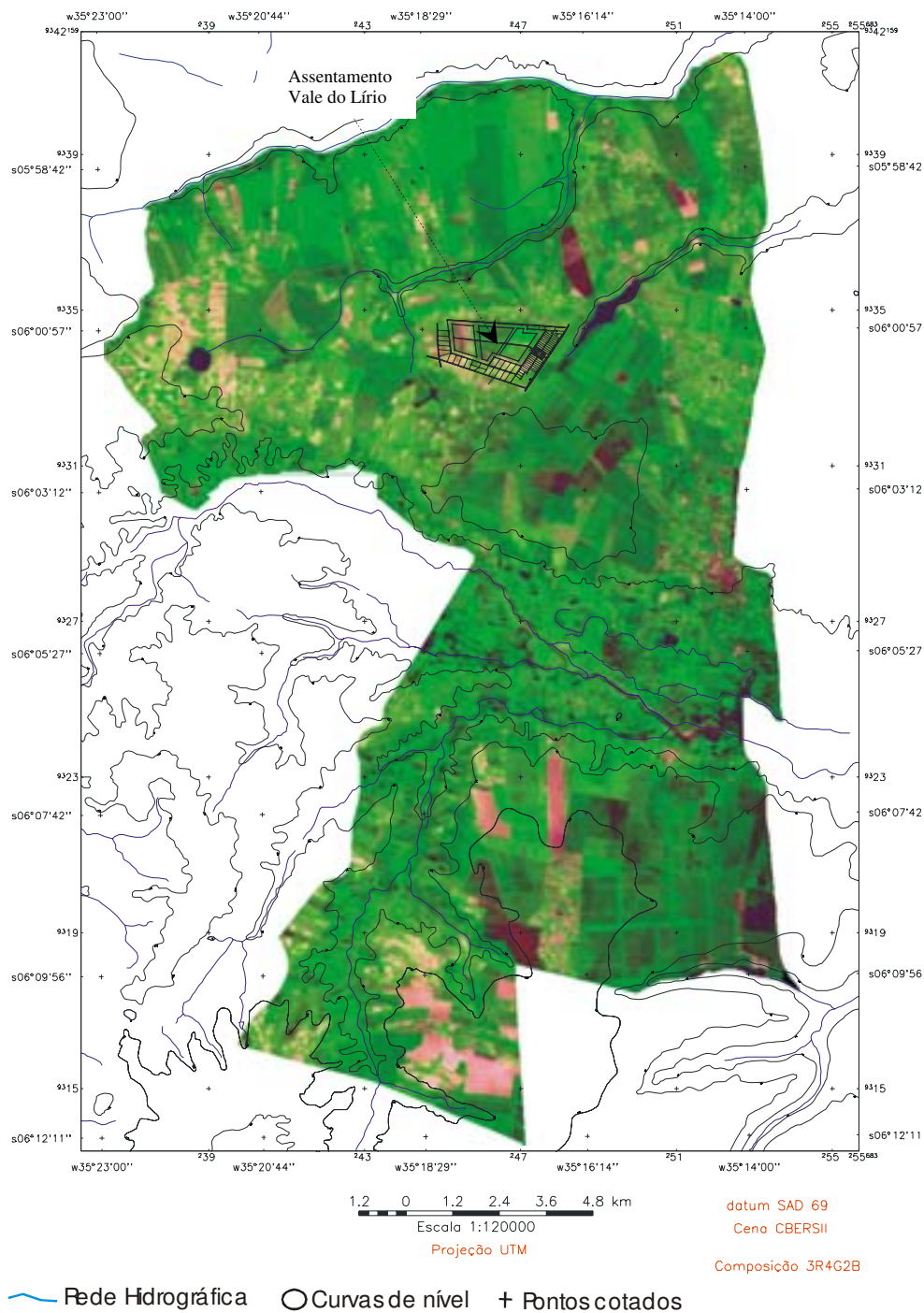
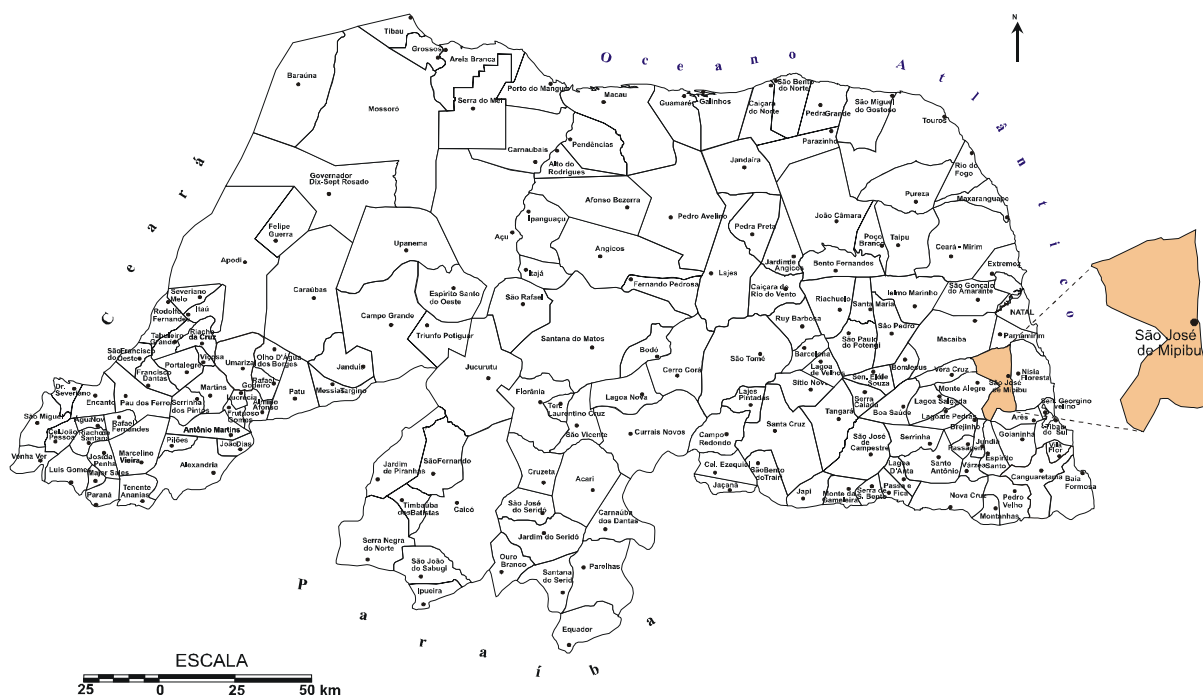


Figura 02: Carta imagem do município de São José de Mipibu.  
Fonte: Inpe, 2004. Adaptado por Luís Antônio e Rosana França.

em 1703, povoada pelos índios tupis, que totalizavam 57 casais. A população foi gradativamente aumentando o número de habitantes e os brancos foram atraídos para a aldeia devido à fertilidade dos solos. Assim, a aldeia é elevada à categoria de vila, em 1762, pelo juiz de Fora de Olinda, Dr. Miguel Carlos P. Castelo Branco que, em homenagem ao príncipe José Francisco e ao Rei D. José, funda a Vila de São José do Rio Grande (MELO,1950). A vila torna-se cidade em 1845, sob a jurisdição da Lei Provincial n°125 e, em 1855, dez anos depois, a vila de São José do Rio Grande muda de nome para São José de Mipibu, devido à presença do rio Mopebu, que atravessa a cidade, retomando também o antigo nome de origem (CASCUDO, 1968).

O município está localizado na zona litoral oriental, na microrregião de Macaíba, entre as latitudes 06° 04' 29" Sul e longitude 35° 14' 16" Oeste, possuindo uma área de 294,3 km<sup>2</sup>, distando 40 km da cidade do Natal (IBGE,1995) (Figura 03).

Em relação às atividades econômicas, o município de São José de Mipibu mantém o predomínio das atividades agrícolas, isto por fatores históricos, naturais e estruturais: o primeiro fator refere-se ao processo de ocupação do território, com o cultivo da cana-de-açúcar que, durante muito tempo, foi a atividade preponderante. O segundo fator diz respeito às condições edáficas e hidrológicas do município, que favorecem a realização de práticas agrícolas, como a irrigação, valendo-se para isso de quatro rios que cortam o município. O último fator refere-se às condições estruturais do município, o que permite a fácil circulação e escoamento das mercadorias produzidas, via BR 101, fazendo deste município o centro abastecedor de produtos agrícolas da cidade do Natal. Na produção agrícola se destaca a cana-de-açúcar, a batata-doce, a laranja, a mandioca, o mamão, a tangerina, entre outros.



Fonte: Mapa base IBGE.

Figura 03: Mapa do Rio Grande do Norte com destaque para o município de São José de Mipibu

A cultura da cana-de-açúcar foi uma das responsáveis pelo povoamento de São José de Mipibu, o qual ainda hoje se constituiu como um dos principais centros de fornecimento de cana-de-açúcar do Rio Grande do Norte. A cana-de-açúcar era cultivada em extensas áreas, pois o produto representava o pilar de sustentação da economia regional.

Contudo, a cultura da cana-de-açúcar, ao longo do processo de desenvolvimento da economia nordestina, tem passado por várias crises e aos poucos foi perdendo espaço para outras culturas. A crise da cana-de-açúcar se agravou com o fim dos incentivos do Proálcool, o que provocou a defasagem do

preço do açúcar no mercado mundial, em consequência da superoferta do produto. Com o fim do Proálcool, toda produção da cana-de-açúcar ficou centralizada na produção de açúcar. De acordo com Varela e Martins (2002), o Rio Grande do Norte sofreu uma redução de 44% da área plantada nos últimos 10 anos, devido à mecanização da lavoura e ao fim dos programas governamentais.

Porém, apesar das crises, a cana-de-açúcar ainda é bastante cultivada em São José de Mipibu, em grandes propriedades, destacando-se, particularmente, a propriedade pertencente à Usina Estivas, pelo alto grau de mecanização e produtividade, responsável pela manutenção do município no ranking dos principais produtores de cana-de-açúcar do Rio Grande do Norte. De acordo com o IBGE, 1995/96, o município de São José de Mipibu produziu 152.000 toneladas de cana-de-açúcar, ocupando 3.800 hectares de área plantada.

O município também se destaca como o maior produtor de batata-doce do Rio Grande do Norte, ocupando 1.280 hectares plantados, produzindo 10.458 toneladas no ano de 1995/96, correspondendo a 19% da produção do estadual.

A lavoura de batata-doce desempenha papel importante para os agricultores familiares da região, uma vez que ela se constitui no sustentáculo de sobrevivência, principalmente nas propriedades de menor extensão da população pobre. Cabe destacar que a batata-doce é cultivada o ano inteiro em boa parte do município, através do uso da irrigação, com a utilização das águas dos rios. Outra característica importante diz respeito à organização dos agricultores e à participação de cooperativas de pequenos produtores de batata-doce em algumas comunidades, como Laranjeira do Abdias.

Outra cultura temporária importante para a população é a da mandioca que, assim como a batata-doce, também é bastante cultivada nas faixas de terra de

menor extensão. Essas duas culturas típicas do sertanejo são responsáveis pela manutenção de várias comunidades de São José de Mipibu. Em relação à produção de mandioca, geralmente essa cultura se dá consorciada com a agricultura de sequeiro. A mandioca, quando não é vendida para os atravessadores da região, é levada para as casas comunitárias de farinha para, depois de processada, ser comercializada. No município, a cultura de mandioca, segundo o IBGE em 1995/96, ocupou 600 hectares de terra, produzindo 5.400 toneladas do produto.

Nas lavouras permanentes se destaca a produção de frutas como laranja, limão, manga e mamão. Este último merece atenção especial, devido ao tratamento que vem sendo dado à fruta, produzida nas grandes propriedades com uso de irrigação e insumos. Nessas propriedades, a fruta é produzida em grande escala para comercialização. Assim, o município tem se configurado como pólo produtor de mamão, responsável por 47,43% da produção de mamão do estado. Nos anos de 1995/96, segundo o IBGE, a produção de mamão do município atingiu 4.418 mil frutos.

No Rio Grande do Norte, o cultivo do mamão vem crescendo bastante nos últimos anos. O crescimento da produção de mamão pode ser evidenciado quando se compara à produção da fruta entre os anos de 1996 a 2001. Nesse período, a produção de mamão passou de 2.665 mil para 17.761 toneladas (IBGE, 2001).

A economia do município de São José de Mipibu se concentra, como se pode perceber na tabela a seguir, na produção de bens primários, principalmente na agricultura, com 67% dos estabelecimentos com lavouras temporárias e 21% com lavouras permanentes, sendo que 51,4% da área total é ocupada com as lavouras temporárias que predominam no município, tanto em número de estabelecimento, quanto em área ocupada (tabela 02).

Tabela 02: Classe de atividade econômica do município de São José de Mipibu, 1995/96.

CLASSE DE ATIVIDADE ECONÔMICA							
Categorias	Lavoura Temporária	Lavoura Permanente	Pecuária	Horticultura	Produção Mista (lav./pec)	Silvicultura	Total
Estabelecimento	640 (67%)	197 (21%)	80 (8,4%)	5 (0,5%)	31 (3,0%)	1 (0,1%)	954 (100%)
Área	10058 (51,4%)	2762 (14,1%)	5230 (26,7%)	42 (0,22%)	1444 (7,38%)	37 (0,20%)	19573 (100%)

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96.

Em termos populacionais, segundo o IBGE 2000, o município totalizou 34.912 habitantes, sendo que 44,7% residiam na área urbana e 55,3% moravam no meio rural. É interessante notar que, em relação ao censo de 1991, houve um crescimento populacional do município, que possuía 28.151 habitantes, sendo que destes, 54% compunham a população rural. A manutenção da maior parte da população no meio rural pode ser explicada, de certa forma, pelo caráter agrícola do município, que se expressa numa dinâmica econômica voltada para atividades rurais e não urbanas.

Quanto ao rebanho em 1995/96, o município detinha 14.674 cabeças de bovino; os suínos somavam 1.629 e ainda contava com a presença do rebanho de caprinos, asininos e muares, em números bem menos expressivos.

Em relação à estrutura fundiária do município de São José de Mipibu pode-se assinalar que se apresenta assim como as demais áreas do Brasil, de forma concentrada. A área total do município é de 294,3 km<sup>2</sup>, possuindo 954 estabelecimentos rurais, distribuídos em 19.573 hectares da área total. Da área total, 14.421 hectares foram informados como terras utilizadas para o cultivo e 5.152 foram classificados como áreas não produtivas. No que se refere ao número de estabelecimentos, 808 possuem de 1 a menos de 10 hectares, ocupando uma área

de apenas 1.411 hectares, o que corresponde a 7,2% da área total. A maior proporção de terras situa-se na categoria com mais de 500 hectares, em que apenas 10 estabelecimentos possuem, somados, 10.030 hectares, o que corresponde a 51,2% do total de terras. A concentração fundiária no município tem se dado de forma crescente, como pode ser observado na distribuição fundiária do município, entre os anos de 1960 a 1995/96 (tabela 03).

Tabela 03: Distribuição Fundiária em São José de Mipibu 1960 -1995/96

GRUPO DE ÁREA TOTAL (ha)	1960		1970		1980		1995/96	
	Nº Estab.	Área (ha)	Nº Estab.	Área (ha)	Nº Estab.	Área (ha)	Nº Estab.	Área (ha)
1 a menos de 10	373	1832	1118	1780	942	1822	808	1411
10 a menos de 100	139	4881	139	5036	152	4694	105	2832
100 a menos de 500	20	4261	40	7882	34	7363	31	5300
Mais de 500	--	--	5	5260	8	7430	10	10030
<b>TOTAL</b>	<b>532</b>	<b>10974</b>	<b>1302</b>	<b>19958</b>	<b>1136</b>	<b>21309</b>	<b>954</b>	<b>19573</b>

Fonte: Censos Agropecuários 1960,1970, 1980, 1995/96.

Em São José de Mipibu, percebe-se a existência de estabelecimentos rurais monocultores, como também grandes porções de terras para criação de gado e pastagem. Ao mesmo tempo, o município conserva atividades tradicionais, como o plantio de batata-doce, sequeiro, mandioca etc. Essas culturas são cultivadas principalmente nas áreas entre 1 a 10 hectares, sendo portanto praticada por produtores familiares. Outra cultura mantida e cultivada em grandes faixas de terra é a da cana-de-açúcar, da qual se destaca a área de propriedade da Usina Estivas, maior usina de cana-de-açúcar do Rio Grande do Norte que, embora não esteja localizada no município, é a empresa responsável pelo processo de beneficiamento do produto. A área de predomínio da usina é caracterizada pelo alto padrão tecnológico que a difere de grande parte das propriedades do município,

principalmente os estabelecimentos pertencentes à faixa de 10 a menos de 100 hectares.

Todas as referências aqui explicitadas levam a compreensão de que a atividade agrícola em São José de Mipibu é a base econômica do município e se destaca como a principal fonte de renda e emprego da população, apesar da discrepância na distribuição da terra e da alta concentração fundiária do município. Esse contexto, aliado às difíceis condições de existência de mercado de trabalho e às precárias condições de renda da população pobre do município, faz com que nos anos de 1990 vislumbrem-se conflitos pela terra no município. Esses conflitos são vivenciados pela população pobre, expropriada dos meios de produção. Vale salientar que, na conjuntura dos anos de 1990, o setor canavieiro logrou uma grave crise, atingindo o trabalho nos canaviais, setor responsável pela absorção de mão-de-obra da população pobre.

A crise no setor canavieiro é provocada pela desativação do Proálcool, como também pelo uso de novas tecnologias nas lavouras que agravaram ainda mais o desemprego no setor. Esses acontecimentos fomentaram o conflito pela terra no município, desencadeando a criação do projeto de assentamento Vale do Lírio, espaço a ser analisado a partir de então.

## **4.2 - O assentamento Vale do Lírio**

*Zanza daqui  
Zanza pra acolá  
Fim de feira, periferia afora  
A cidade não mora mais em mim  
Francisco, Serafim  
Vamos embora*

*Ver o capim  
Ver o baobá*

*Vamos ver a campina quando flora  
A piracema, rios contravim  
Binho, Bel, Bia, Quim  
Vamos embora  
(Assentamento. Chico Buarque).*

O trecho da música acima expressa o movimento e o desejo dos sujeitos pela retomada de suas raízes deixadas para trás. A valorização do campo é sentida no verso, quando assinala: *“a cidade não mora mais em mim”*, expressando o desencanto pela cidade, contrariando a utopia daqueles que deixaram o campo em busca de melhores condições de vida. Ao mesmo tempo, o trecho citado denota a transitoriedade do agricultor nas relações de comercialização de suas mercadorias, produzidas no campo e vendidas na cidade.

Os assentamentos rurais, segundo algumas pesquisas, têm sido fatores de dinamização de regiões, movimentando as feiras livres e, em alguns casos, eles alteram a paisagem rural local, com a introdução de novos cultivos agrícolas. Nesse sentido, ainda se deve considerar o peso político eleitoral de alguns assentamentos, como, por exemplo, no estudo de Araújo (2005), que enfatiza a importância e engajamento político no assentamento Zabelê, situado no município de Touros/RN, em que a participação dos assentados no poder local se faz presente, inclusive com a inserção de assentados em cargo político de vereador.

Os assentamentos rurais criados nos últimos vinte anos não modificaram a concentração fundiária brasileira, mas representam, sob essa ótica, uma mudança da realidade no campo (LEITE ET AL, 2004). Na verdade, o assentamento rural é uma intervenção externa no decorrer de um processo social árduo, que se dá no desenrolar da vida, nutrida por referências da sociedade inclusiva (MARTINS, 2003a, p. 66).

A história do assentamento Vale do Lírio é a história de trabalhadores rurais sem terra, que viviam do trabalho na terra. Esses trabalhadores guardam experiências de suas atividades, desenvolvidas sob a condição de morador, trabalhador arrendatário, meeiro, parceiro, ou ainda pequeno produtor sob a ótica da posse. O assentamento Vale do Lírio, assim como outros assentamentos, sinaliza como parte da história de uma classe de trabalhadores que foram excluídos e expropriados pela modernização da agricultura e pelos efeitos causados pela globalização e reestruturação produtiva, fatores estes que agravaram a situação de exclusão dos trabalhadores. No entanto, o assentamento Vale do Lírio foi inserido dentro da perspectiva adotada pelo Estado, na integração e desenvolvimento da agricultura familiar com o mercado.

O resgate da experiência do assentamento Vale do Lírio demonstra o papel dos mediadores políticos, principalmente do Estado, na construção do território chamado projeto de assentamento. Esses territórios têm como base a produção familiar e, via de regra, uma forte ligação com o mercado (MOREIRA ET AL, 2004).

O assentamento é um espaço de realidades diversificadas, em que cada área apresenta especificidades, a depender da história ou da luta pela desapropriação da terra até a criação do projeto de assentamento.

Na constituição dos assentamentos, é de fundamental importância a asseguridade das condições de vida, principalmente no que se refere à educação, à saúde, à disponibilidade de água, ao acesso à estradas e ao apoio creditício. Esses fatores caracterizam a viabilidade e continuidade dos projetos de assentamentos e representam uma nova luta para o sujeito na organização do território. Como diz Moreira et al (2004, p. 197), *“Provavelmente, a implicação social mais importante da*

*implantação do assentamento seja a constituição de um território sobre o qual o conjunto de famílias tem possibilidades efetivas de influenciar na sua organização”.*

Os assentamentos rurais caracterizam-se como espaços heterogêneos que demandam políticas públicas para a viabilidade econômica e social dos sujeitos envolvidos. Dada a heterogeneidade dos territórios que constituem os assentamentos, pesquisas realizadas em âmbito nacional por Leite, Heredia, Medeiros e Cintrão (2004), em 92 projetos de assentamentos espalhados pelas 05 regiões brasileiras, nas áreas de maior concentração dos mesmos, indicam uma melhoria na qualidade de vida dos sujeitos na condição de assentados, uma vez que os sujeitos são (re)inseridos no mundo do trabalho rural/agrícola.

Nos assentamentos pesquisados, apesar do baixo nível de escolaridade e da falta de infra-estrutura e de acesso aos serviços básicos, de forma geral, o grupo de estudiosos acima citado assinala que os projetos de assentamentos rurais representam, na maioria dos casos, uma alternativa de trabalho e de acesso à terra que permitem a montagem de rearranjos e estratégias de reprodução familiar.

Ter terra é a primeira condição de reinserção dos sujeitos à cidadania e ao trabalho, mas a terra por si só não garante a permanência do sujeito na terra, acarretando muitas vezes o abandono ou a venda das terras conquistadas, devido, na maioria das vezes, à falta de condições para manter-se no lote que lhe foi destinado. Tal fato tem gerado críticas ao “modelo” de reforma agrária empregado, como assim Martins (2000, p. 65) deduz que o problema da reforma agrária é a forma como ela tem se dado, ou seja, a forma da reforma. *“(...)reforma agrária não é principalmente nem simplesmente distribuição de títulos de propriedade a agricultores pobres, nem tão somente crédito agrícola e apoio técnico”.*

A resolução da problemática agrária não se restringe à distribuição da terra. Para equacionar o problema da terra, faz-se necessária uma série de medidas que viabilizem a permanência do agricultor e sua família no campo. Por isso, é de extrema importância a promoção dos recursos por parte do Estado, como também a assistência técnica do preparo e manuseio da terra e do uso de implementos agrícolas, assim como o acesso a estradas, à saúde, à educação etc. Estes elementos são de grande relevância, uma vez que implicam na produção e, por conseguinte, numa diversidade de situações e relações sociais verificadas na realidade heterogênea dos assentamentos rurais.

De acordo com Silva (2003, p.2), o fortalecimento da agricultura familiar depende das políticas públicas; os agricultores necessitam de decisão política do Estado, em que estes sujeitos venham a ter acesso à tecnologia planejada como uma nova forma de assistência técnica. O crédito rural, sendo mal utilizado, leva ao aumento da dependência dos agricultores, endividando-os, conduzindo-os ao clientelismo nas agências do capital.

Para os assentados rurais várias são as dificuldades no desenvolvimento da agricultura familiar. Entre estas, se destaca o acesso ao crédito, devido à situação de miséria em que se encontra uma grande parte da população rural, que não possui garantias para pagar os empréstimos. Portanto, uma das formas encontradas para a obtenção de crédito é a organização coletiva.

A organização coletiva é construída ao longo do processo de luta pela terra, em que a fase de acampamento parece ser importante para o estabelecimento das relações em comunidade, como supõem as Ciências Sociais na construção do sujeito coletivo. No acampamento, a convivência forçada estabelece condições para o reconhecimento e identificação das pessoas envolvidas, como também, por outro

lado, se estabelecem as diferenças e a preservação de interesses que não são rompidas e podem ser reconstruídas (MARTINS, 2003a, p. 126).

O assentamento Vale do Lírio teve sua origem a partir do processo de luta pela terra iniciada, segundo seus moradores, em 1995, no município de São José de Mipibu. As primeiras lutas pela terra ocorridas no município foram realizadas na comunidade Jacaracica, onde ocorreu a primeira ocupação de terra legada pelo conflito. Esse conflito desencadeou a ocupação de outras áreas, uma vez que parte do grupo foi expulsa pelos donos da terra. Assim, o grupo deixa Jacaracica em direção à outra área. O grupo já constituído ganha novos adeptos, ocupando as terras pertencentes a João da Costa Silva, na comunidade do Mendes, área próxima a Jacaracica.

Dá-se então início ao processo de ocupação efetiva, com a construção do acampamento na área, contando para isso com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São José de Mipibu, da FETARN, da igreja católica e da AACCC. As terras ocupadas pelo grupo foram desapropriadas em 1998, tornando-se um projeto de assentamento consolidado pelo INCRA em 1999.

O assentamento Vale do Lírio, objeto empírico desta análise, é comumente apontado como o melhor exemplo de projeto de reforma agrária do estado do Rio Grande do Norte. A parceria estabelecida entre os assentados e empresa, na geração do agronegócio, com a produção de mamão para exportação, é aludida como alternativa geradora de renda, responsável, portanto, pela melhoria do padrão de vida e sustentabilidade das 42 famílias envolvidas no projeto.

O projeto de assentamento Vale do Lírio firmou uma parceria com a empresa Caliman Nordeste S. A., especializada na produção de mamão para exportação. A empresa instalou-se no Nordeste, a convite do Ministério da Agricultura que, em

troca da parceria com os assentados, propôs as condições e vantagens na produção de mamão em terras potiguares. Dessa maneira, é firmada a parceria entre o Assentamento Vale do Lírio e a empresa Caliman Agrícola S. A. O projeto de assentamento Vale do Lírio torna-se rapidamente o modelo de reforma agrária estadual no desenvolvimento da agricultura familiar. Para isso, o Estado subsidiou os recursos necessários para o desenvolvimento do projeto, que foi planejado sob a ótica do capital. Os interesses do Estado para a execução da parceria entre os assentados e a empresa são evidenciados nas entrevistas com os assentados, quando dizem:

O INCRA convidou o Sindicato de Trabalhadores Rurais de São José de Mipibu para ocupar a terra, mas as reuniões com a empresa, a FETARN, Banco do Nordeste e Caliman, já vinham ocorrendo (A. V., 60 anos).

Desde que a gente acampou, a primeira coisa falada aqui pelo INCRA, logo no comecinho de tudo, foi para a gente criar um projeto, e eles já falaram na parceria com empresas, na plantação de um produto só e pra gente se organizar (M. S., 42 anos).

O interesse dos mediadores para efetivação da parceria torna-se claro nas declarações acima. A intermediação do INCRA foi decisiva para a elaboração da parceria. Segundo consta, o INCRA articulou todo o processo para o desenvolvimento da parceria, obedecendo às instruções do Ministério da Agricultura.

As intermediações do INCRA e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São José de Mipibu e FETARN foram determinantes para a construção de um novo território, idealizado para atender às necessidades de reprodução do capital. Desse modo, é construído o assentamento Vale do Lírio.

A invasão e ocupação da área, segundo depoimentos de alguns dos assentados foram sugeridas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de São José de Mipibu, que elaborou a proposta de ocupação da área para um pequeno grupo de

agricultores que estavam em situação de litígio pela terra. O grupo de agricultores organiza-se e invade as terras em 1997. A invasão é apoiada pelos segmentos sindicais, pela Igreja Católica e pela AACC. Assim, dá-se início a construção do acampamento.

A fase de acampamento é lembrada pelos interlocutores como um período de muito sacrifício e luta, em que se destacam alguns conflitos e enfrentamentos com a polícia, quando houve a prisão, inclusive, de um dos líderes do acampamento, o qual logo foi libertado e retornou ao acampamento. O acampamento continha, aproximadamente, 70 famílias morando em barracas de lona e casas de pau-a-pique. A fase de acampamento é assinalada pelos assentados como um momento difícil, porém decisivo para a desapropriação das terras, como foi descrito no depoimento a seguir:

No acampamento, passei de tudo. Foi grande a trabalhadeira. A gente desmatou, fez coivara, fiquei doente de tanta luta e trabalho, mas valeu a pena porque hoje tenho um pedaço de terra e uma casinha e antes, né, eu não tinha nada. Se a gente não tivesse enfrentado, tudo tava do mesmo jeito (M. A., 50 anos, novembro de 2004).

Na organização do acampamento, os homens lideravam as decisões do grupo, cabendo às mulheres cuidar dos filhos e das atividades complementares. Em alguns casos, as mulheres não permaneciam plenamente no acampamento, devendo os maridos permanecerem na área e, assim, se responsabilizando pela vigilância e pela resistência. Nas entrevistas, grande parte das mulheres assinalaram que a moradia efetiva nas casas se deu quando o assentamento foi criado e as casas foram construídas, como demonstra o relato:

Eu ajudei meu marido em tudo que eu podia, mas eu só vim morar aqui quando as casas tavam prontas. Foi tão duro, minha filha... tanto trabalho. A gente ficava pra lá e pra cá, e eu nesse tempo ficava nas casas de favor (M. A., 34 anos, novembro de 2004).

No acampamento, a falta de condições sanitárias é apontada como responsável pelo menor envolvimento das mulheres no processo que desencadeou a desapropriação. O pedido de desapropriação das terras ocupadas foi elaborado em 1997 e a desapropriação das terras pelo INCRA ocorreu em 1999, beneficiando 62 famílias.

A organização e a divisão das terras no assentamento (Figura 04) foram elaborados pelo INCRA, que executou o projeto, adequando-o para a implementação da parceria entre a empresa e o grupo de assentados.

### **4.3 - A parceria no assentamento Vale do Lírio**

O processo que desencadeou a parceria entre os assentados e a empresa Caliman Agrícola S. A., cuja matriz está localizada em Linhares no Espírito Santo, se deu, como já foi salientado, com a intervenção do Estado, que aliou os interesses públicos com os interesses privados da empresa.

O interesse da empresa em instalar-se no Nordeste já existia há algum tempo, segundo o próprio administrador da empresa F. C. (informação verbal)<sup>8</sup> as intenções de instalar uma filial no Nordeste, especificamente no Rio Grande do Norte, fazia parte dos anseios da empresa desde 1993. A empresa objetivava com isso melhorar o escoamento da mercadoria, no caso mamão, uma vez que a produção se destinava, prioritariamente, à exportação. Para tanto, a empresa, visando a tornar-se mais competitiva e ampliar os negócios, necessitava diminuir os gastos com transporte. Nesse sentido, o Rio Grande do Norte apresentava os fatores considerados ideais para a empresa atingir sua meta e expandir-se no

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida. Macaíba, dezembro de 2004.

mercado, uma vez que o estado dispõe de um porto específico para frutas e, também, por apresentar características ideais do ponto de vista natural, tais como: luminosidade, clima e temperatura, para a produção do mamão papaya de qualidade, exigida pelo mercado internacional.

Na realidade a parceria entre empresas e agricultores para produção de mamão para exportação, no Rio Grande do Norte, teve início em 1998, quando a empresa paulista Batia realizou contratos de parceria com proprietários particulares de município de Ceará-Mirim, uma vez que as lavouras nas terras paulistas sofriam ataques de pragas. Outra grande empresa de exportação de mamão que se instalou em Ceará-Mirim foi à empresa capixaba Gaia que passou a realizar contratos de parceria com proprietários particulares e com os assentados do P. A. Águas Vivas no ano de 2001. No projeto da empresa Gaia, 24 famílias assentadas estão envolvidas na produção de mamão.

A instalação da empresa Caliman no Rio Grande do Norte ocorreu no ano de 2000, com a participação do Ministério de Desenvolvimento Agrário, que elaborou uma proposta para a empresa viabilizar a produção de mamão em áreas de assentamento, utilizando a mão-de-obra do assentado. Dessa forma, a empresa inicia as investigações na escolha da área para efetivar a produção. A escolha do assentamento Vale do Lírio ocorreu devido a uma combinação de fatores, quer sejam: área de assentamento em formação que ainda não havia obtido crédito, proximidade do município em relação à capital Natal, potencialidade hidrológica do município e outras características naturais da área. Esses fatores, aliados ao acesso ao assentamento, todo em estrada asfaltada, proporcionam o escoamento mais rápido e mais barato da mercadoria. Desse modo, o projeto de assentamento Vale do Lírio foi construído e projetado pelo Estado, atendendo aos interesses da

empresa, ou seja, do capital. Nesse processo, os assentados foram induzidos a participar da parceria com a empresa.

O contrato de adesão à parceria entre as 42 famílias é acordado em fevereiro de 2000. As famílias que ficaram de fora da parceria não possuíam o perfil de crédito adequado para participar da empreitada e assim foram excluídos do projeto. Essas famílias formaram a Associação de Moradores e Produtores Vale do Lírio II.

Após a desapropriação das terras pelo INCRA o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP – financiou 50.000,00 (cinquenta mil reais) para eletrificação e saneamento das casas construídas pelo INCRA. Outra linha de crédito obtida se deu através do Banco do Nordeste via, PRONAF A, que financiou 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), para a montagem da infra-estrutura necessária para dar início à parceria, cabendo aos agricultores quitar o empréstimo no prazo de dez anos. O dinheiro obtido com o financiamento foi utilizado na compra de trator equipado, material de construção, ferramentas e perfuração de poços para irrigação. O processo de implantação do assentamento e liberação dos recursos ocorreu gradualmente, mesmo com a pressão exercida pela empresa que já estava instalada no Parque Industrial de Macaíba, município vizinho a São José de Mipibu.

A parceria é iniciada em 2001, com a plantação de mamão em 30 hectares de terra. O processo de implantação do projeto em relação às condições necessárias para a parceria é criticado pela empresa, que culpa o INCRA pela forma como o órgão tem conduzido a reforma agrária e pela demora na liberação dos recursos, conforme depoimento a seguir:

Figura 04: Planta ilustrada do assentamento Vale do Lírio



Para começar a parceria, nós estabelecemos um contrato formal numa relação de integração para dar suporte para qualidade de vida dos assentados. Nós garantimos a compra e assistência técnica do mamão produzido, mas para começarmos esse projeto enfrentamos muitas dificuldades, desde a demora na liberação dos recursos por parte o Banco do Nordeste (PRONAF), até outros problemas que tivemos que trabalhar com eles (assentados) em relação à idéia de cultura tecnificada e empreendedorismo para anular a idéia de coitados. A entidade do INCRA não ajudou. (F. E, administrador da empresa Caliman Agrícola S.A, Macaíba, dezembro de 2004).

Para os agricultores, a aceitação do projeto de parceria foi se dando aos poucos. Segundo respostas dadas durante as entrevistas, o projeto não foi bem aceito no início, pois alguns agricultores temiam a parceria e as novas condições de trabalho, desconhecidas até então, e que não faziam parte do seu cotidiano. Tal situação provocava estranheza e temor na geração de dependência em relação à empresa. É o que se pode perceber por meio das palavras do assentado A. V., 60 anos: *“quando veio essa idéia da parceria com a empresa, as pessoas logo no começo não acreditavam que poderia dar certo, mas a gente precisava de um projeto”*. A necessidade de um projeto parece conduzir o assentado a aderir à parceria que o Estado havia articulado.

Para convencer os assentados da viabilidade da parceria, o principal argumento usado pela empresa e pelo INCRA girava em torno da lucratividade obtida com a mercadoria e o retorno garantido. Para isso, se utilizavam como exemplo as áreas vizinhas, onde a monocultura do mamão vinha sendo praticada e a fruta era comercializada na rede de supermercados de Natal e em mercados municipais.

Vale salientar que no processo de execução da parceria, a mediação do Estado, através do INCRA, foi crucial para o estabelecimento do acordo entre empresa e assentados. Com isso, os mediadores políticos que atuavam na área,

como a Igreja Católica e o MST, foram descartados após a assinatura do contrato de parceria e instalação do assentamento.

Durante essa fase os mediadores políticos perderam força diante da empresa que passa a atuar como “patrão disfarçado”. A mediação política da Igreja Católica e do MST é retraída com a desapropriação e construção das casas pelo INCRA. A Igreja Católica finaliza seu trabalho na área e o MST não consegue permanecer no assentamento, pois os assentados preferiram manter apenas o sindicato dos trabalhadores rurais, por alegarem que o sindicato já atuava há mais tempo que o MST e, principalmente, pela seguridade previdenciária obtida via STR. Os membros da igreja católica e do MST seguem para outra área no município onde eclodiu um conflito. Essa área é desapropriada, constituindo o assentamento Gonçalo Soares, que mais tarde, assim como o Assentamento Vale do Lírio, também efetua parceria com a Caliman Agrícola S. A.

O INCRA articulou os assentados, construiu as casas e dividiu as terras. Após o cumprimento de suas metas, a entidade passou a vistoriar o assentamento com menos regularidade. A empresa passou a realizar o treinamento com os assentados, na realização do plantio tecnificado do mamão. O trabalho foi acompanhado pelos técnicos e agrônomo da empresa, trazidos da matriz para atuarem no novo empreendimento.

Os resultados de todo esse processo foram considerados bastante satisfatórios, do ponto de vista econômico, uma vez que, já na primeira safra, colhida no final do semestre de 2001, 70% da produção foi selecionada para o mercado internacional, ficando o restante da produção no mercado local. O assentamento consegue atingir a produção mensal de 240 toneladas de mamão, o que foi considerado como uma produção desejável para a empresa. Desse modo, a

empresa, a partir da experiência obtida no assentamento Vale do Lírio e com o aval do Estado, decide ampliar a parceria em outras áreas de assentamento no Rio Grande do Norte. Além do assentamento Vale do Lírio e Gonçalo Soares, pertencentes ao município de São José de Mipibu, a parceria é desenvolvida no assentamento Bom Conselho, em Macaíba; assentamento São Sebastião III e Rosário, localizados em Ceará-Mirim. Essas áreas somam, atualmente, 130 famílias trabalhando em parceria na produção de mamão.

Na parceria, toda a produção é entregue à empresa que repassa o dinheiro para a Associação do Assentamento do Vale do Lírio – ASVALE –, que efetua o pagamento das despesas (principalmente insumos e fertilizantes). Do total arrecadado são retidos 5% após a retirada das despesas, para a manutenção da associação. O restante é dividido entre as famílias.

Com a renda obtida no trabalho da parceria é possível, verificar as mudanças no padrão das casas, no que se refere à aquisição de bens materiais pelas famílias integradas ao projeto (Figura 05). No entanto, no assentamento convivem, lado a lado, o moderno e arcaico, em que se verifica mudança e resistência que se mesclam no território.



Fotos: Josué Alencar, dezembro de 2004.

Figura 05: Casas reformadas com garagem e casa em construção.

O moderno é representado pela cultura especializada e o uso do apparatus moderno na lavoura de mamão (Figura 06), enquanto o arcaico pode ser vislumbrado no grupo de assentados, composto de 14 famílias que, excluídas da parceria, passaram a produzir inhame para comercialização direta com empresa paraibana CONDADO S. A. O acordo entre empresa e o grupo de famílias foi também incentivado pelo Ministério da Agricultura. Entretanto, o projeto não obteve êxito, devido à falta de assistência técnica, aliada à inexperiência dos agricultores em lidar com o produto. Com isso, a colheita do inhame foi comprometida, destinando-se à comercialização autônoma e ao consumo.



Fotos: Rosana França, novembro de 2004.

Figura 06: Colheita do mamão e principais máquinas utilizadas na lavoura (da direita para esquerda) pulverizador, trator e arador.

Em consequência do fracasso na produção do inhame, o grupo entrou em crise e as famílias desistiram do projeto, passando a cultivar em seus lotes individuais culturas tradicionais, com que já estavam acostumados a lidar, como: a batata-doce, a mandioca, o feijão e hortaliças, com fins de comercialização e consumo. Para esse grupo, a relação é outra, cada família tem “autonomia” para produzir o que lhe for mais conveniente. Nos lotes, a produção de batata-doce, predominam as formas tradicionais, com a utilização de ferramentas elementares, como a enxada. O produto, após colhido e lavado, é selecionado ali mesmo (figura 07), destinando-se os melhores frutos para a comercialização, realizada através dos atravessadores, velhos conhecidos dos agricultores, que visitam regularmente o município e se encarregam de repassar os produtos para a Ceasa e outros. Essa tendência não foi absorvida para todas as famílias do grupo, uma vez que se registra o arrendamento de lotes para outros agricultores.



Fotos: Rosana França, novembro de 2004.

Figura 07: Colheita da batata-doce e principais instrumentos de trabalho do grupo excluído da parceria.

No assentamento, a divisão dos assentados em dois grupos, motivada pelas exigências da empresa, provocou não apenas uma divisão espacial dos lotes, como foi observado na organização do assentamento, mas também motivou uma divisão social das famílias. Nas entrevistas às pessoas pertencentes à Associação do Moradores e Produtores Vale do Lírio II, foram constatadas declarações de insatisfação e o sentimento de exclusão, como relata um dos moradores: *“Ninguém mostra o outro lado. Aqui a gente é esquecido, não é ninguém”* (L. S., 48 anos, dezembro de 2004). No mesmo sentido, alguns agricultores demonstram suas frustrações, quando foram impedidos de participar da parceria com a empresa Caliman: *“Do jeito que foi feito, eu não pude entrar, mas meu filho conseguiu e entrou. Um ficou do lado de cá, sem projeto, e outro de lá, com projeto”* (M. S., 58 anos, dezembro de 2004). O teor das declarações demonstra a insatisfação dos agricultores excluídos da parceria.

Em relação à parceria no Rio Grande do Norte, outras áreas de assentamentos rurais desenvolveram parcerias que se equiparam com a desenvolvida no Vale do Lírio, como por exemplo o Assentamento Hipólito, localizado entre Açu e Mossoró, que produzia, em 1994, melão para exportação, através de acordo estabelecido com a MAISA. Os assentados produziam o melão numa área coletiva de 30 hectares. O trabalho garantia renda mensal de 2,7 salários mínimos, para cada trabalhador envolvido com o cultivo. Entretanto, o projeto não perdurou por muito tempo, devido à forte crise na empresa, que resultou em sua falência (SANTOS, 2001). Nessa área, é registrado que o término da parceria provocou uma crise estrutural no assentamento e a atividade agrícola têm se mantido com dificuldades.

Silva (1992), ao realizar um estudo sobre a parceria na região do Baixo Açu nos anos de 1980, diz que as relações de parceria naquela região se expandiram ou foram recriadas com a entrada de empresas capitalistas. As empresas foram atraídas pela instalação do projeto de irrigação do Baixo-Açu. Com isso, as condições de produção foram adaptadas para um novo padrão de produção moderna que modificou as relações sociais e provocou a expansão da fronteira produtiva. A parceria se tornou a alternativa mais utilizada entre os pequenos produtores da área, devido aos incentivos governamentais obtidos através de linhas de crédito e à distribuição de kits de irrigação, no período pós-construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, na região. De acordo com o autor, a expansão da parceria efetivou-se devido à falta de recursos financeiros dos agricultores das propriedades irrigadas.

A parceria no Assentamento Vale do Lírio se estabelece devido à necessidade dos assentados na geração de trabalho e renda, e de outro lado, na reprodução de capital para a empresa contratante que realiza o contrato de parceria com os assentados, conjugando seus interesses com os interesses do Estado obtendo deste subsídio e incentivos.

Um dos entraves da parceria é a dependência criada pelos agricultores com seus parceiros. A relação de parceria gera um antagonismo de classe, pois muitas vezes representa a garantia de acesso à tecnologia por parte do agricultor. Porém, as experiências de parceria analisadas pelos estudiosos apontam que ela condiciona o agricultor. Tal hipótese se confirma quando a parceria termina, ocorrendo geralmente uma perda para o agricultor em relação ao acesso aos meios de produção e ao crédito. Assim a parceria, por vezes, estabelece uma relação de mutualismo, conforme caracteriza Graziano Neto (2000, p. 242):

Estabelece-se uma quase-cooperação entre proprietário e parceiro, uma relação que, embora seja desigual, é pactuada e desejada por ambas as partes. Eliminada a parceria, perde o pequeno agricultor o acesso aos meios de produção e, em muitos casos, ao crédito rural. O resultado, na prática, é uma piora nas condições de existência desse trabalhador rural.

Nas áreas de assentamento rural, a parceria com empresas de grande porte é uma alternativa que tem sido incentivada e planejada pelo Estado, através de suas agências de mediação, como INCRA e MDA. Com esse objetivo, a agricultura familiar é incentivada através de linhas de crédito, como o PRONAF, que financia projetos obedecendo a critérios econômicos. Nesse ínterim, pode-se dizer que as políticas de incentivo à agricultura familiar visam ao atendimento da dimensão econômica, não se atendo às dimensões sociais e políticas. Assim, a dimensão econômica da rentabilidade parece ser mais importante para o Estado quando se analisam as condições de vida do assentamento Vale do Lírio.

#### **4.4 - A organização do processo de trabalho sob a ótica da parceria**

As relações de trabalho no assentamento Vale do Lírio, realizadas sob a parceria, caracterizam a maior parte do grupo de assentados. A parceria apresenta-se de forma predominante na área e, por isso, merece uma análise apurada.

Na relação de parceria estabelecida, a empresa controla e determina o que o assentado deve fazer e como fazer cabendo aos agricultores, no processo de trabalho, obedecer às regras estabelecidas pelos técnicos da empresa.

Dessa forma, na parceria, a empresa ordena as etapas do trabalho, supervisionando as tarefas executadas pelos assentados. Os agricultores são condicionados ao modo de produzir exigido pelo padrão agroindustrial de produção

para o mercado. Além disso, o tipo de contrato ao qual o assentado foi submetido, obriga-o a trabalhar durante todo o ano, uma vez que a parceria não possibilita, para os assentados, a adequação dos direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro salário, licenças etc. Pelo contrário, o assentado tem seus rendimentos baseados na quantidade de mercadoria produzida, ou seja, em trabalho.

Antes de discutir a organização do processo de trabalho propriamente dito, são expostas características relacionadas ao processo de trabalho, obtidas na pesquisa de campo no conjunto das famílias que compõem o assentamento.

Em relação à origem dos assentados, a grande maioria, ou seja, 56% das famílias são originárias de outros municípios vizinhos a São José do Mipibu, principalmente Parnamirim, Monte Alegre e Natal. No entanto, 29% residiam na zona rural e 27% residiam na área urbana. Em relação ao restante do grupo de assentados, 40% das famílias são provenientes do próprio município, sendo que dessas, 31% moravam na zona rural e somente 9% na zona urbana. O restante das famílias, ou seja, 4%, morava em outros estados (Gráfico 02). A explicação para o maior percentual de famílias originárias de outros municípios deve-se, além da proximidade dos municípios, à existência de uma rede de parentesco em que mais da metade do grupo, precisamente 52% dos assentados, possui familiares no assentamento, inclusive as famílias que vieram de outros estados e declararam a entrada no grupo através do convite de familiares para participar da ocupação da área.

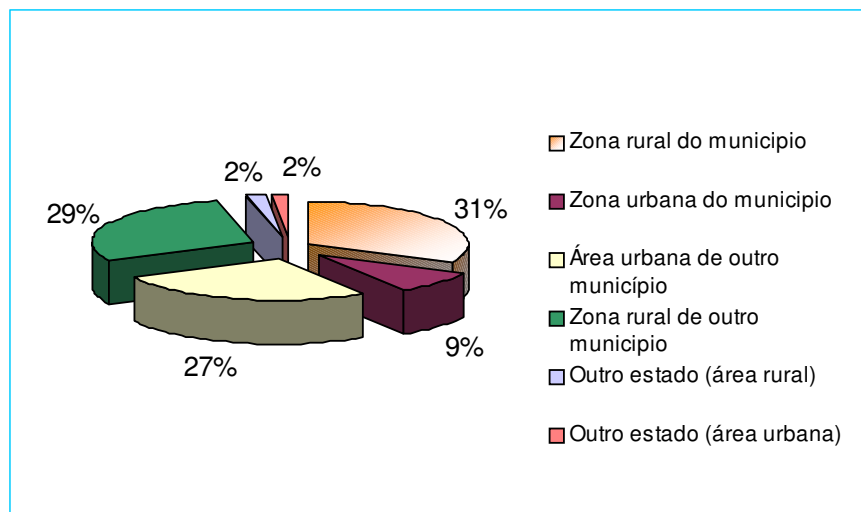


Gráfico 02: Origem dos assentados do assentamento Vale do Lírio  
Fonte: Pesquisa de campo

Buscando compreender a organização do assentamento, pode-se inferir que os assentados se consolidaram a partir de uma rede de parentesco pré-existente entre as famílias, quer seja: pais, compadre, irmão ou mesmo amizade etc. Tal característica pode ser compreendida com um dos traços identitários do agricultor familiar ou do agricultor sem-terra que lhe proporciona uma identidade própria como explicita Martins (2003b, p.19):

O sujeito da reforma agrária tem uma difusa identidade própria, complexa, nem um pouco política, sendo sobretudo familiar e vicinal (...) tem um núcleo basicamente familiar e de família extensa. Abrange mais de uma geração e de modo algum pode ser pensada como família nuclear constituída pelo casal e pelos filhos menores, como curiosamente estimam até mesmo agentes de mediação profundamente envolvidos na luta pela reforma agrária. A família que está na cabeça dos acampados e assentados é uma instituição ampla e complexa e nem mesmo se limita a parentesco de sangue.

A sociabilidade entre os assentados é caracterizada pela relação de parentesco e amizade entre as famílias e se efetua no espaço do assentamento. A ajuda mútua entre os trabalhadores é evidenciada entre as famílias que possuem laços de parentesco e amizade, na execução das atividades agrícolas.

Em relação às atividades praticadas antes de serem assentados, a pesquisa constatou que a grande maioria, ou seja, 67% das famílias já desenvolviam a atividade agrícola como ramo principal. Porém, 23% declararam desenvolver outra atividade, geralmente assalariada, ligada ao comércio, prestação de serviços e atividades informais ou biscates. Com relação aos demais, 5% exerciam a atividade de pedreiro, alternando-a com a atividade agrícola, e 5% declaram exercer apenas atividades domésticas, sendo exclusividade das mulheres, o cuidar dos filhos, da casa e do marido (Gráfico 03). Vale salientar que as mulheres registram a sua participação no trabalho em atividade específica na lavoura, na retirada de brotos do mamão, considerados impróprios para o padrão exigido pela empresa. Além disso, no assentamento, 06 mulheres são o chefe de família e desempenham as mesmas atividades feitas pelos homens na lavoura, desde o plantio até a colheita.

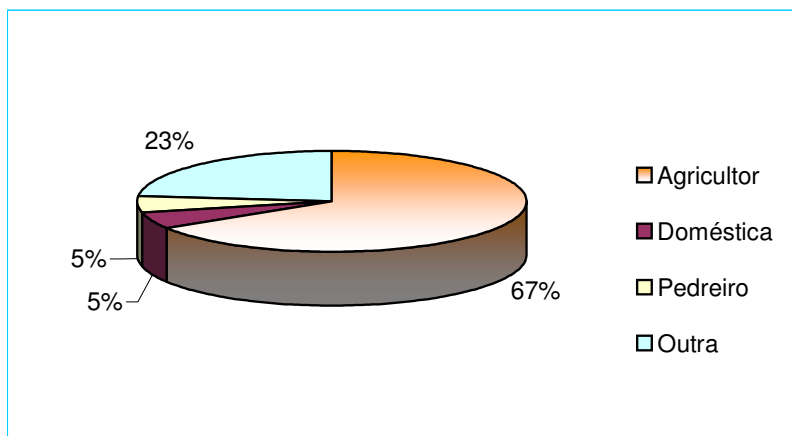


Gráfico 03: Ramo da atividade principal anterior a condição de assentado  
Fonte: Pesquisa de campo

A participação da mulher no trabalho do assentamento é bastante representativa, uma vez que 42% desempenham atividades agrícolas, além das atividades domésticas; 34% declaram exercer apenas atividades do lar, ficando para

os maridos o trabalho e a geração de sustento para a família; e 11% das mulheres afirmaram ajudar o marido quando necessário, principalmente em período de colheita, em que os assentados relataram trabalhar todos os dias, inclusive nos domingos e feriados (Gráfico 04).

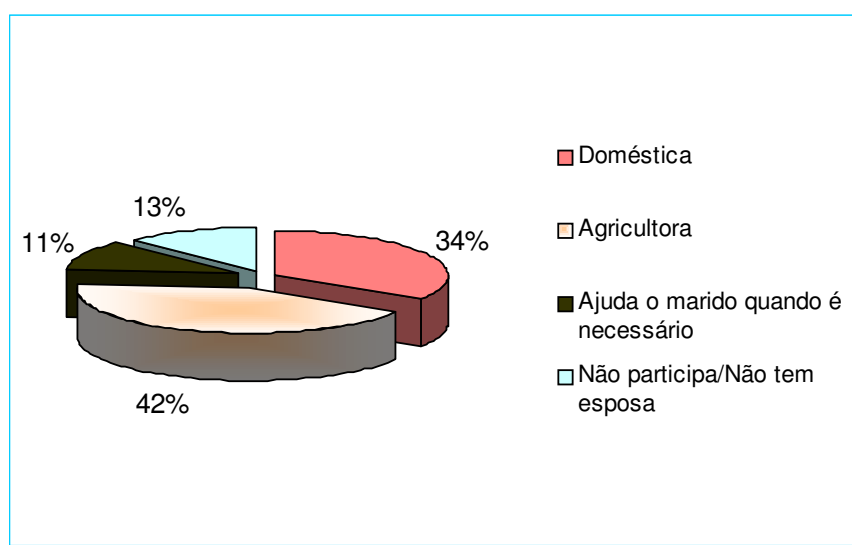


Gráfico 04: Participação da mulher no assentamento Vale do Lório  
Fonte: Pesquisa de campo

Na organização do processo de trabalho, a área de cultivo é dividida e demarcada entre as famílias para divisão do trabalho. No trabalho, predomina a mão-de-obra familiar nas diversas fases do processo produtivo. A quantidade de pessoas ocupadas no trabalho no assentamento se distribui da seguinte forma: 39% das unidades familiares têm dois membros trabalhando no assentamento, 32% declaram que apenas o chefe da família exerce todo o serviço na área, sendo ele o responsável pelo provento da família; 14% das famílias possuem 03 membros ocupados no trabalho e 13% das unidades pesquisadas possuem 4 membros ou

mais da família trabalhando no assentamento. Notou-se, entretanto, que o grande percentual de famílias em que apenas o chefe da família exerce todo o trabalho, muitas vezes ocorre devido ao agricultor possuir filhos em idade insuficiente para o trabalho agrícola. Com isso, os assentados contratam diaristas (quando sua unidade de trabalho é insuficiente) para ajudar no trabalho nos períodos de pico, geralmente adubação e colheita. Os diaristas, segundo declarações dos próprios assentados, são pessoas contratadas pertencentes ao próprio assentamento ou outras pessoas que possuem alguma ligação com o assentado (Gráfico 05).

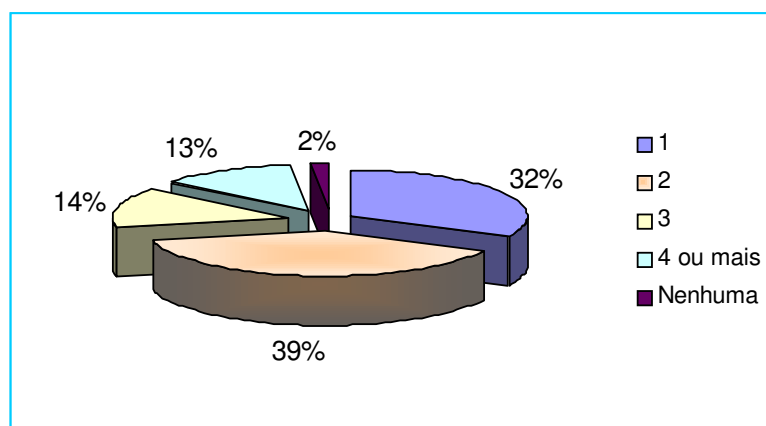


Gráfico 05: Quantidade de pessoas por unidade familiar que trabalham no assentamento  
Fonte: Pesquisa de campo

Em relação à remuneração do trabalho na parceria, foi evidenciado pelas próprias condições de vida dos assentados que o projeto tem proporcionado uma melhoria nos padrões de vida deles. A declaração dos rendimentos, mesmo sendo um assunto delicado em que as pessoas, de certa forma, sentem sua privacidade invadida, foi tratado com cuidado. O resultado obtido na pesquisa apresentou uma certa heterogeneidade, uma vez que a renda varia de acordo com a produção e os dispêndios mensais, como também deve-se levar em consideração o recebimento de ajudas de programas governamentais, como a bolsa-família, vale-gás e bolsa-

escola. Além disso, é importante salientar que os agricultores familiares de forma geral não computam o consumo em sua renda, assim como não contabilizam a jornada de trabalho total. No assentamento Vale do Lírio a renda obtida no grupo de assentados envolvidos com a parceria foi o seguinte: 34% das pessoas declaram obter renda média de 2 salários mínimos; 26% disseram obter 4 salários mínimos e 24% declararam receber 3 salários (Gráfico 06).

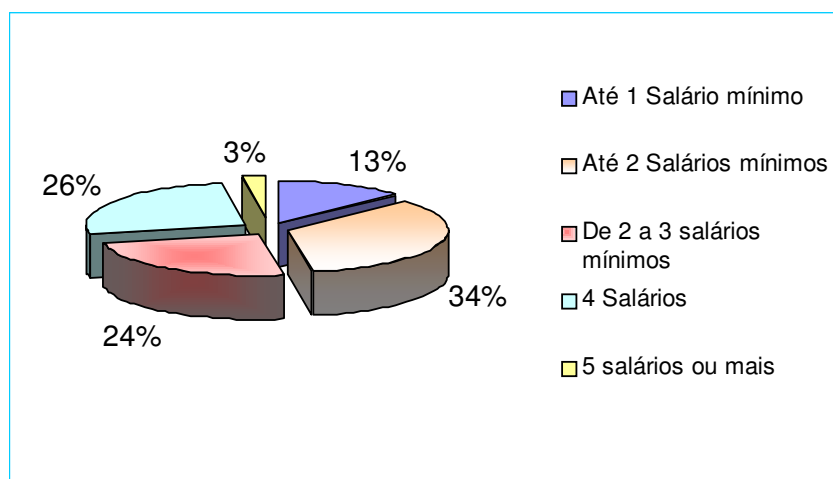


Gráfico 06: Renda familiar mensal dos assentados parceiros  
Fonte: Pesquisa de campo

A renda obtida no assentamento Vale do Lírio pelos assentados parceiros se sobressai em relação aos demais assentados do estado do Rio Grande do Norte. De acordo com Costa (2005), 43% dos assentados norte-rio-grandenses recebem menos de 01 salário mínimo. A autora destaca ainda que 64% dos entrevistados em sua pesquisa declararam receber ajuda de parentes de fora do assentamento. Já no assentamento Vale do Lírio, apenas uma família declarou receber ajuda de parentes de fora do assentamento e 16% das famílias assentadas declararam ajudar os parentes mais próximos que moram fora do assentamento.

Quase a metade dos entrevistados, 43%, possui outra fonte de renda. Essa renda é proveniente de programas do governo, aposentadoria e emprego público, em que foi registrado apenas um caso. Do total de assentados parceiros que obtêm outra renda não proveniente do trabalho no assentamento, foi obtido o seguinte resultado: 15% recebem benefício previdenciário ou têm algum membro de sua casa recebendo o benefício; 14% recebem bolsa-escola e os demais, 9,5% respectivamente, recebem bolsa família e vale-gás (Gráfico 07). Estes dados revelam o quadro de assistencialismo realizado pelo Estado, uma vez que 33% dos assentados recebem renda proveniente de programas governamentais.

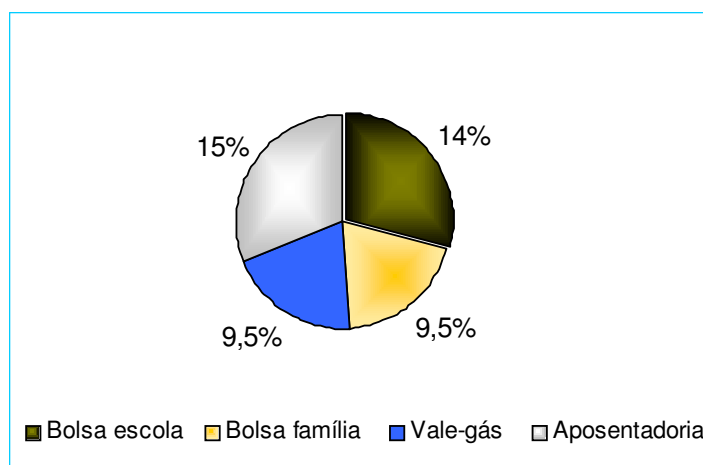


Gráfico 07: Outras fontes de renda dos assentados parceiros  
Fonte: Pesquisa de campo

A relação espaço-tempo e sua flexibilização no espaço de trabalho, de certa forma, apresenta um pouco de autonomia. No sistema de parceria, os trabalhadores exercem suas atividades da mesma forma que o sistema de trabalho assalariado no que se refere à padronização, à fiscalização, ao controle, entre outras. A diferença entre estes dois sistemas, segundo o contrato de parceria, está no cumprimento de

horário determinado e na remuneração fixa. Na organização do trabalho, cada família é orientada para cumprir as tarefas no prazo determinado pela empresa, normalmente em dias. Não se contabilizam horas de trabalho e não há controle rígido de horário. No entanto, a pesquisa de campo detectou que 42% dos assentados trabalham 8 horas diárias na lavoura; 24% não conseguiram definir o tempo em horas de trabalho, enquanto 12% afirmaram trabalhar 9 horas ou mais e outros 12% afirmaram trabalhar entre 4 e 5 horas na lavoura de mamão ficando o restante do tempo a trabalhar no lote individual. Apenas 10% declararam trabalhar 6 horas (Gráfico 08). Foi observado que, mesmo com a possibilidade de flexibilidade nas horas de trabalho, a maior parte dos assentados trabalha inclusive nos fins de semana e feriado. Os assentados são levados a produzir cada vez mais, no intuito de obterem maiores rendimentos.

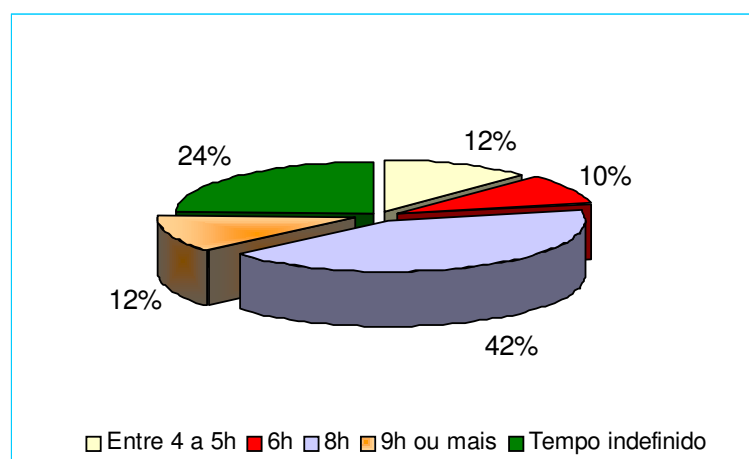


Gráfico 08: Tempo em horas dedicados ao trabalho pelos assentados parceiros  
Fonte: Pesquisa de campo

Para a execução das atividades, cada família é responsável pelo cumprimento do que foi previamente estabelecido. Os assentados concebem as tarefas como suas obrigações. Para isso, o assentado organiza e divide o trabalho

de acordo com suas condições e disponibilidade de mão-de-obra, sempre observando as orientações dadas pela empresa. Alguns assentados executam as atividades individualmente, outros utilizam a mão-de-obra familiar, principalmente dos filhos, e há ainda alguns casos em que a pesquisa de campo detectou uma espécie de terceirização das atividades, ou seja, a contratação de pessoas do próprio assentamento para executar o serviço. Essa situação foi justificada pelo presidente da associação como casos isolados e ocasionais, dado o envolvimento de assentados com a empresa para expansão da parceria em outras áreas de assentamento. No entanto, tal situação gera uma conflitividade entre os assentados, a partir do momento em que um ou outro recebe tratamento e condições diferenciadas. Nota-se que há uma quebra na relação de coletividade outrora construída. A produção é coletiva, mas o trabalho é dividido em parcelas de terras plantadas, cabendo a cada assentado executar as tarefas determinadas naquela área.

O processo de trabalho é realizado através do uso da irrigação, de máquinas e defensivos químicos, elementos considerados indispensáveis para a obtenção dos produtos que ingressam no mercado competitivo. À empresa parceira interessa atender ao mercado e reproduzir o capital. O assentamento dispõe da terra e da mão-de-obra necessária para gerar a mercadoria para a empresa. A relação de parceria, no entanto, gera um certo desconforto para o assentado, apesar de todos afirmarem que sua vida melhorou após a construção do assentamento. Durante a realização das entrevistas, chamou à atenção a declaração dos assentados que demonstraram suas frustrações, apesar da maioria, 72%, ter declarado satisfação com o trabalho no assentamento. Cabe elucidar, no entanto as seguintes declarações de insatisfação com a organização do trabalho:

“A terra é minha, mas é como se não fosse, aqui a gente tem que pedir permissão para tudo e tem que fazer tudo como mandam se não é problema” ( J. S., 37 anos, 2004).

“Coisa que muita gente manda não é bom para ninguém” (E. T., 62 anos, 2004).

Nas duas declarações, pode-se perceber uma certa insatisfação quanto à relação de mando estabelecida na parceria e que normalmente se dá entre os representantes da associação e os técnicos da empresa.

Outro fator apontado nas entrevistas se refere à falta de união do grupo e à concentração do poder de decisão nas mãos do presidente da associação. Além disso, alguns assentados relatam a dificuldade em manipular agrotóxicos, como também denunciam o uso da área da reserva ambiental. Cabe salientar, que a área de reserva ambiental foi projetada de forma aproveitável para a lavoura de mamão, uma vez que a reserva circunda as áreas de plantio, servindo de proteção para propagação de possíveis pragas.

A relação de parceria no assentamento tem provocado, além das relações destacadas, alterações nos padrões de vida dos assentados e em sua reprodução social.

#### **4.5 - A reprodução social do assentado: o morar e o viver**

No assentamento Vale do Lírio, o local de moradia é caracterizado como um espaço de individualidades como também de vivências coletivas. A área de moradia tem 62 casas construídas pelo projeto original, sendo que uma das casas foi transformada em escola para crianças de alfabetização, com a iniciativa dos próprios assentados. As moradias dispõem de serviços de energia elétrica, água encanada e

saneamento básico. As casas foram construídas pelo INCRA, que organizou a vila dos moradores na entrada central do assentamento.

Na vila de moradores, a casa simboliza o espaço individual das pessoas. Já a rua e as igrejas simbolizam o espaço coletivo em que as pessoas se encontram para conversar e para realizar suas ações de cunho religioso (Figura 08). O assentamento possui duas igrejas evangélicas, uma construída e a outra em construção. No entanto, nas duas igrejas são realizadas celebrações e encontros entre os moradores.



Fotos: Rosana França, novembro de 2004.

Figura 08: Igreja em construção (da esquerda para direita), culto adventista realizado no quintal da casa de um assentado e a rua: espaços de sociabilidade dos assentados.

No assentamento não há nenhum equipamento de lazer e nem tampouco posto de saúde. A falta de área de lazer faz com que os jovens improvisem, no quintal de suas casas (Figura 09), espaços para o lazer e entretenimento. No

assentamento 92% dos jovens auxiliam estudo e trabalho, não possuindo outra ocupação. Nas entrevistas coletivas, muitas vezes, os jovens relatavam a ociosidade, principalmente no período de férias escolares.

Entretanto, 8% dos jovens que declararam possuir outra ocupação, além da escola e do trabalho no assentamento. Estes jovens declaram engajamento em atividades da igreja, ou pela influência dela, como grupo de jovens e trovadores adventistas.

Em relação à assistência médica preventiva o assentamento é assistido pelo Programa de Saúde da Família – PSF –, através de visitas regulares à área, enquanto e o atendimento médico hospitalar é realizado na sede do município.



Fonte: Rosana França, novembro de 2004.

Figura 09: Os jovens improvisando o lazer na vila de moradores

Os encontros e reuniões entre os assentados são realizados na casa dos respectivos presidentes da associação, uma vez que as associações não possuem sede própria.

Em relação ao projeto original, é registrada a mudança no espaço das moradias no que se refere à ampliação de grande parcela, 43% das casas do

assentamento que foram reformadas (Gráfico 09), como também a construção de casas anexas para parentes ou para os filhos que casam. No assentamento a construção de três casas anexas ao lote (Figura 10).

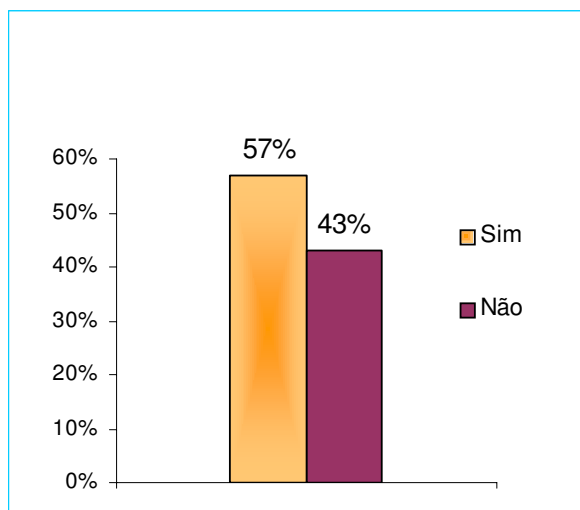


Gráfico 09: Casa mantida no formato original no assentamento Vale do Lírio  
Fonte: Pesquisa de campo

A construção de moradias e a formação de novas famílias nas áreas de assentamento demonstram uma necessidade interna da família. Essa necessidade não foi pensada pelos órgãos de reforma agrária. Isto demonstra a falta de planejamento do Estado com o futuro das gerações dos assentados. É como diz Martins (2003, p. 70): *“Um dos problemas do programa de reforma agrária é justamente de não prever a reentrada cíclica de novos clientes provenientes das novas gerações de famílias de assentados”*

A reprodução da família, o futuro das gerações é uma preocupação para o agricultor assentado que idealiza nos filhos uma melhor condição e vida geralmente ligada a uma profissão. Nas entrevistas, chamaram a atenção às percepções dos

assentados em relação ao futuro em que desabrochavam incertezas, mas a terra sempre era falada como um bem seguro e sucessório.



Foto: Rosana França, novembro de 2004.

Figura 10: Casa anexa construída no assentamento Vale do Lírio.

No meio rural, diferentemente do espaço urbano, a casa e o trabalho são associados. Morar e ter terra são indissociáveis. Nesse sentido, a terra é simultaneamente o lugar de viver e de trabalhar. De acordo com Martins (2003, p. 23), o morar na terra é muito singular, representa um modo de viver, de convivência com o espaço e a natureza. Talvez por isso, no assentamento Vale do Lírio foi registrado, na fala dos assentados, o desejo de ter sua casa construída no lote individual, exclusivamente para aquelas famílias excluídas da parceria que trabalham em suas parcelas individuais. O desejo de morar no lote, para essas famílias, está relacionado também com a distância entre a moradia e o trabalho conforme a declaração a seguir: “*A gente precisa caminhar quase uma hora pra chegar no lote*” (M. S., 36 anos). Daí porque, aos poucos a construção da casa no lote individual tem sido realizada por algumas famílias (Figura 11).



Figura 11: Construção de casa no lote individual pelos assentados excluídos da parceria

Na pesquisa de campo, foi observado que a distância entre a casa e o lote faz com que os agricultores levem o almoço previamente preparado para alimentar-se no próprio lote. O retorno para casa é definido pelo horário do sol e da chuva. Notou-se também que em alguns momentos toda a família é envolvida no trabalho do lote. Quando isso acontece, a comida é cozinhada ali mesmo, em fogueiras improvisadas. Em algumas ocasiões, as famílias dividem seus alimentos, inclusive com outros parceleiros em ato de solidariedade mútua.

A renda obtida pelo grupo de assentados excluídos da parceria é a seguinte: 60% recebem até 01 salário mínimo, 33% obtêm renda até 02 salários mínimos e 7% dos entrevistados têm uma renda variável de 02 a 03 salários mínimos. Na declaração dos rendimentos já estão inseridas, inclusive, as outras fontes de renda obtidas, como os programas governamentais e benefícios previdenciários. No grupo, 62% possuem outra fonte de renda, dos quais 36% recebem renda proveniente de programas governamentais, 21% possuem benefícios previdenciários e 05% recebem ajuda de parentes de fora. A renda obtida por esse grupo é bem inferior a renda obtida pelo grupo de assentados parceiros (Gráfico 10).

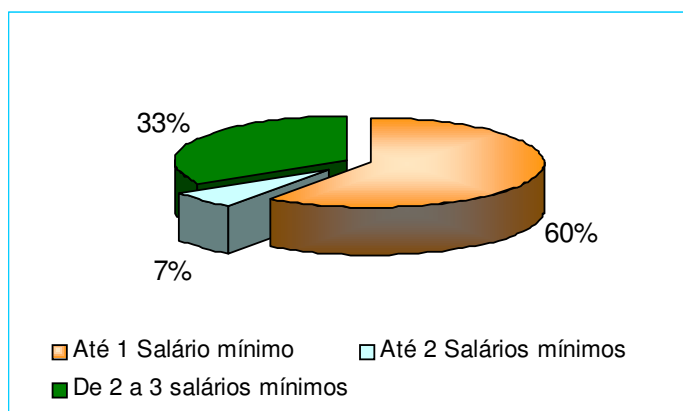


Gráfico 10: Renda familiar mensal dos assentados excluídos da parceria  
Fonte: Pesquisa de campo

No assentamento Vale do Lírio, como foi apresentado, a agricultura familiar é desenvolvida de forma integrada ao mercado, proporcionando trabalho para o agricultor assentado, baseando-se na organização coletiva do grupo pertencente ao projeto de parceria. No entanto, notou-se no desenrolar da pesquisa que os assentados parceiros não têm autonomia para execução das atividades.

O projeto viabilizado através das políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar tende a implementar mais facilmente a agricultura moderna. Nessa agricultura há modificações nos padrões de produção e consumo, uma vez que o Estado tem o poder de financiar e gerar “Ilhas de prosperidade” de produção para atender ao mercado global, inclusive em projetos de assentamento rural, como pode ser visto, através da política de crédito fundiário obtido com o desenvolvimento da agricultura familiar, da prática da inserção e da geração de renda. O assentamento rural Vale do Lírio se concretiza, na realidade, como um espaço seletivo capturado pelo capital para reprodução deste.

## 5 - Considerações Finais

Neste trabalho, procurou-se tentar entender alguns aspectos das relações mediadas entre o Estado na criação de áreas de assentamento, no que se refere a política de desenvolvimento da agricultura familiar integrada ao mercado. Para isso, o Estado incentiva a parceria entre empresas, inclusive entre as empresas de grande porte, com assentados do programa de reforma agrária. Sob essa ótica, a parceria é recriada para atender às necessidades públicas e privadas. Públicas na inserção de assentados ao mercado de trabalho, e privadas na reprodução e ampliação do capital.

Buscou-se compreender a participação e influência dos mediadores políticos na recriação da relação de parceria entre assentados de reforma agrária e empresa capitalista. Nesse sentido, procurou-se demonstrar os impactos sociais causados pela relação de parceria e a fragmentação causada por esta, uma vez que a mesma não absorveu todo o conjunto de famílias assentadas.

A preocupação analítica fundamentou-se no processo moderno/arcaico em demonstrar os elementos modernos, as novas relações criadas com a parceria, a adaptação dos agricultores às novas práticas de trabalho, que não fazia parte do cotidiano dos agricultores. Ao mesmo tempo, há no território o grupo de assentados que, excluídos da parceria, monta estratégias de sobrevivência, reproduzindo as atividades tradicionais, baseados nos saberes já construídos ao longo das suas vivências.

Para os assentados parceiros, como foi visto, o trabalho lhes garante a renda, mas não lhes possibilita uma seguridade social muito menos projeções futuras. O parceiro é imediatista e, talvez por isso, a situação de parceria faz com que ele

trabalhe mais, inclusive nos fins de semana e feriado, para a obtenção de renda para sobrevivência e aquisição de bens materiais desejados, como foi relatado por vários assentados que afirmaram realizar seus “sonhos” ao adquirir uma televisão ou um carro. Os trabalhadores têm orgulho de afirmar que conseguiram tais bens, como fruto do seu trabalho, sacrifício e suor. A idéia do trabalho e do sofrimento justifica a aquisição dos bens pelos assentados parceiros, mas na realidade esses elementos fazem parte dos desejos da modernidade da sociedade capitalista. De acordo com Martins (2000, p. 156),

(...) o capitalismo não produz apenas os pobres absolutos, os absolutamente pobres. Nem produz apenas a pobreza material, a fome e a miséria. Produz também a abundância de alguns e, sobretudo, a possibilidade nunca realizada da abundância de todos. Não é um problema unicamente dos pobres. Hoje a pobreza é relativa, mas ainda é pobreza perversa porque confunde a vítima, dá-lhe a impressão de ter quando não tem, porque lhe oferece coisas, quantidades, bens materiais no lugar de sua emancipação como ser humano, de sua liberdade de senhor do próprio destino.

A experiência analisada permite observar que, apesar do assentamento ser referenciado pelo Estado como um exemplo bem sucedido de agricultura familiar moderna, as condições de reprodução da vida como educação, saúde e lazer são secundarizadas, cabendo aos assentados a tarefa de reivindicar, principalmente os presidentes das associações, as necessidades de instalação de equipamentos e serviços, como escola, transporte e saúde.

A agricultura familiar desenvolvida no assentamento confirma a tese de Wanderley (2003), uma vez que a agricultura se realiza numa perspectiva evolutiva de continuidade e ruptura das formas tradicionais de produção. Pode-se dizer que no assentamento Vale do Lírio as estratégias de sobrevivência são reinventadas pelo grupo excluído da parceria e que os agricultores parceiros tentam adaptar-se à lógica de mercado, com o uso do apparatus moderno. Cabe salientar que a

adaptação não foi comum a todos, uma vez que duas famílias, inicialmente parceiras, deixaram de participar da parceria alegando a incidência de doenças com o uso dos agrotóxicos.

No assentamento também foi observado que a baixa escolarização dos assentados se esbarra na administração financeira do projeto, uma vez que no atual momento o assentamento sinaliza uma crise provocada pelo atraso e endividamento dos financiamentos obtidos. Tal situação é apontada pelos agricultores como uma consequência causada pela mudança na presidência da ASVALE, em que foi realizada a compra de máquinas e equipamentos modernos. O gerenciamento da renda, sendo realizado por agricultores de baixo nível-escolar direcionou medidas inviáveis economicamente, acarretando o endividamento.

Os desafios e entraves enfrentados pelos assentados do processo de reforma agrária sinalizam uma luta permanente pela sobrevivência. Na atual conjuntura econômica, o Estado, capturado pelo capital, permite desenvolver práticas, como a parceria que resulta na maior parte das experiências ocorridas no Nordeste na dependência dos agricultores em relação ao capital que gera a falência dos projetos e no acúmulo da pobreza no campo. A experiência do assentamento revela também que a inclusão por essa via é seletiva e concentrada, tanto espacialmente quanto socialmente.

Enfim, tecer considerações finais não significa que o trabalho tenha chegado ao fim. Muito pelo contrário: a pesquisa suscita outros elementos que podem ser analisados e estudados com maior nível de detalhes. Existem muitas outras questões que envolvem o universo da agricultura familiar, que alimentam a vontade de continuar pesquisando.



*Referências bibliográficas*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Revista economia aplicada*, n. 02, vol. IV, abr./jun., 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239 p.

\_\_\_\_\_. *Nordeste: alternativas da agricultura*. São Paulo: Papyrus, 1988.

\_\_\_\_\_. *Cidade e campo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974. 224 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão da terra na primeira república. In: SILVA, Sergio S.; SZMRECSÁNY, T. (Orgs.). *História econômica da primeira república*. São Paulo: Hucitec/FAPESP/ABHE, 1996. p. 143 – 153. (Coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica/USP).

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão regional: o caso do Nordeste. In: MARANHÃO, Silvio (Org.) *A questão nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984. p. 41-54. (coleção estudos sobre o nordeste, v. 16).

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. A questão agrária no nordeste. *São Paulo em Perspectiva*, v. II. n. 2, abr./jun. 1997 p. 109 - 118.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2000. 392 p.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Industrialização do nordeste: intenções e resultados. In: MARANHÃO, Silvio (Org.) *A questão nordeste: estudos sobre formação histórica,*

desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984. p. 71-82.(coleção estudos sobre o nordeste, v. 16).

ARAÚJO, Severina Garcia. *Assentamentos rurais: trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política*. Natal: EDUFRN, 2005, 274 p.

BECKER, Bertha K. ; EGLER, Claudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 268 p. (Coleção Geografia).

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*.3.ed.Tradução de Nathanael C. Caixeira.Rio de Janeiro: Zahar, 1981.378p.

BRUM. Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 18. ed.ljuí: UNIJUÍ; Petrópolis/RJ: Vozes.1997.

COSTA, Maria José. *Uma leitura geográfica da reforma agrária potiguar*. 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CHAYANOV, Alexander Vladimir. *La organización de la unidade económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974. 265 p.

CARNEIRO, Maria José. Agricultura familiar e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. Carvalho; BRUNO, Regina; MOREIRA; J. Roberto (Orgs.) *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 325-344.

COSTA, Emilia Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In:\_\_\_\_\_. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COLETTI, Claudinei. *A estrutura Sindical no Campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.312 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Damiani. (Org.) *Território, globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1998. p. 251 – 256.

DIAS, Edmundo Fernandes. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo: Xamã, n. 01, p. 45-52, maio 1998. Disponível em: [www.revistaoutubro.com.br](http://www.revistaoutubro.com.br) aceso em: 14 de outubro de 2004.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido cearense. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO; José Levi Furtado. *Modernização excludente*. Fortaleza; edições Demócrito Rocha, 2002a. p. 12 – 33. 160 p.

ELIAS, Denise. A modernização da produção agropecuária. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O novo espaço da produção globalizada*. Fortaleza: FUNECE, 2002b. p. 293 – 355.

ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.). *Desenvolvimento rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, 139 p.

FAO/INCRA. Perfil da agricultura familiar no Brasil. *Dossiê estatístico*. Brasília, 1996.

FERNANDES, Bernado Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 16., 2002, Petrolina. *Anais....*, 2002. p. 61-71.

FERNANDES, Bernado Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p. (Coleção Questões da Nova Época).

\_\_\_\_\_. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Revista Cultura Vozes*; n. 2, 1999.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas-grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia de Letras, 2001. p. 41-77.

HAESBAERT, Rogério. *Território alternativos*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002. 186 p.

IBGE. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro, 1995/96.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. *Censo populacional*. Rio de Janeiro, 2000.

KAGEYMA, Ângela.(et al). O Novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia;VERDE, Carlos Monteiro. *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990. p. 119 – 127.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) *A agricultura familiar: comparação internacional*. v. 1. Tradução de Frederic Bazin. Campinas, SP: UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) *A agricultura familiar: do mito a realidade*. V. 2. Tradução de Frederic Bazin. Campinas, SP: UNICAMP, 1998. 348 p.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Sergio et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto de Cooperação para a agricultura: NEAD; São Paulo: UNESP, 204. 392 p.

LIMA, José Ferreira. *História dos 40 anos de luta da FETARN*. Federação dos trabalhadores na agricultura do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 2003.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 170 p.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.

MALAGODI, Edgard. O sindicato rural e seus parceiros: notas sobre um processo em mudança. In: WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres, 2004. p. 161 – 171.

MARANHÃO, Sílvia. *A questão nordeste: estudos sobre formação histórica, de desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção estudos sobre o nordeste, v 16)

MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2003a. 238 p. (Coleção Estudos Rurais).

MARTINS, José de Souza. O sujeito oculto da reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza (Coord.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003b. p. 11 – 52.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. 140 p.

\_\_\_\_\_. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 228 p.

\_\_\_\_\_. *O cativo da terra*. 7.ed. São Paulo: Hucitec: 1998.

\_\_\_\_\_. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 174 p.

\_\_\_\_\_. *Reforma agrária: o impossível dialogo*. São Paulo: EDUSP, 2000. 173 p.

\_\_\_\_\_. *A reforma agrária e os limites da democracia na 'nova república'*. São Paulo: Hucitec, 1986. 152 p.

\_\_\_\_\_. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 182 p.

\_\_\_\_\_. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. 103 p. (Coleção Brasil urgente).

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, conflitos fundiários e políticas públicas: algumas observações. Disponível em: [www.dse.dec/zell/acess-to-land/dateim/desenvolo-port-pdf](http://www.dse.dec/zell/acess-to-land/dateim/desenvolo-port-pdf). Acesso em 11 de outubro de 2004.

MELLO, Maria Conceição D'Incao e. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. 154 p.

MELO, João Alves. *Natureza e história do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Oficial, 1950. 613 p. (Primeiro tomo 1501-1889).

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988. 78 p. (Série Princípios).

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997. 332 p.

MONTEIRO. Denise Mattos. Terra e trabalho em perspectiva histórica: um exemplo do sertão nordestino (Portalegre - RN). *História econômica & História de empresas*. IV. 2, 2001. p. 7 -33.

MOREIRA, Emília de Rodat et al. Impactos da política agrária sobre a estrutura fundiária e a produção agrícola na zona da mata de Pernambuco. In: WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres, 2004. p. 191 – 204.

NETO GRACIANO, Francisco. Recolocando a questão In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). *A questão agrária hoje*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 45-67.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. 164 p. (Caminhos da Geografia).

\_\_\_\_\_. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988. (Coleção repensando a Geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). *A questão agrária hoje*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 45-67.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para um re(li)gião: SUDENE, nordeste, planejamento e conflitos de classes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 132 p.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. (Biblioteca de Ciências Sociais, n. 19).

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, João Pedro. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). *A questão agrária hoje*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 45-67.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A questão político-social no campo. *São Paulo Perspectiva*, n. 1, jan./marc. 1991. v. 5 (questões sociais).

SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI): 500 anos de história econômica do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Natal, RN: Departamento de Imprensa do Estado, 2001. 530 p.

SILVA, Aldenor Gomes da. *A parceria na agricultura irrigada do Baixo Açu*. Natal: CCHLA, 1992. 102 p. (Coleção Humanas letras, n. 06).

SILVA, Francisco Graziano da. O desafio da agricultura familiar. In: Jornal eletrônico O Estado de São Paulo Disponível em: <http://www.estadao.com.br> Acesso em: 07/07/2003.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). *A questão agrária hoje*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 137-143.

SILVA, José Graziano da Silva. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

SILVA, José Graziano da. *Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980.

SILVA, Lígia Osório. *Terras e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, Lígia Osório. As Leis agrárias e o latifúndio improdutivo. *São Paulo em perspectiva*, v.II. n.2, abril/jun/1997 p.115 – 25.

SILVA, Paulo Roberto Palhano. *Novo momento da luta pela terra: quando o patrão sai de cena*. 1995. 277 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1995.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 162 p.

TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

VARELA, Cassius; MARTINS Paula. Crise canavieira. *Tribuna do Norte*, Natal, 08 de setembro de 2002. (Caderno especial).

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 21-55.

\_\_\_\_\_. A Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Revista Reforma Agrária*, [S.l.], n. 2/3, p. 37-57, mai./dez. 1995. (Agricultura familiar).

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: continuidades e rupturas. *Revista Estudos sociedade e agricultura*, CPDA, n. 21, 2003.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A - FORMULÁRIO APLICADO COM OS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES DO ASSENTAMNTO VALE DO LIRIO

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

- 1) Quantos (ha) possui o assentamento? \_\_\_\_\_
- 2) Qual o número de residências? \_\_\_\_\_
- 3) Quantas pessoas (ou famílias) vivem no assentamento? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 4) O P.A possui área de produção coletiva? ( ) SIM ( ) NÃO Quantos (ha)? \_\_\_\_\_
- 5) Existem lotes que já tiveram ocupantes, mas que hoje estão abandonados? ( ) SIM  
( ) NÃO Quantos são (número de área)? \_\_\_\_\_
- 6) Existe áreas de produção no projeto que não são utilizadas? ( ) SIM ( ) NÃO Qual  
é a extensão da área? \_\_\_\_\_
- 7) O assentamento possui fossas sépticas nos sanitários das casas dos assentados?  
( ) SIM ( ) NÃO Quantas casas têm fossa séptica? \_\_\_\_\_
- 8) Todas as casas estão ligadas a rede de energia elétrica? ( ) SIM ( ) NÃO Quantas  
casas são? \_\_\_\_\_
- 9) Existe transporte que todos podem utilizar até a cidade mais próxima? ( ) SIM ( )  
NÃO Qual é o tipo de transporte mais utilizado? \_\_\_\_\_  
O transporte é de uso coletivo do próprio assentamento? ( ) SIM ( ) NÃO
- 10) Como ocorreu o processo de ocupação e desapropriação das terras? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---

---

11) No processo de ocupação houve acampamento? Como foi organizada a permanência no acampamento? Houve intervenção ou ajuda externa?

---

---

---

---

12) Qual a importância do MST na formação do assentamento?

---

---

---

---

---

13) A quem pertencia às terras anteriormente? \_\_\_\_\_

---

14) Como se deu à parceria entre a empresa e o assentamento?

---

---

---

---

15) Quantas famílias participam do projeto? \_\_\_\_\_

16) Quais foram os requisitos necessários para a parceria?

---

---

---

---

17) Quantas pessoas trabalham na área do projeto?

---

---

18) Como está dividido o trabalho?

---

---

19) As mulheres participam de alguma etapa do trabalho? Qual? De que forma?

---

---

20) Em relação à mão-de-obra do projeto, em algum momento, se faz necessário à contratação de empregados temporários de fora do assentamento? ( ) SIM ( ) NÃO  
Quanto são contratados e com que frequência ocorre essa contratação?

---

---

21) Qual o número total de equipamentos sociais disponíveis no assentamento?

---

22) Quantas máquinas são utilizadas no trabalho? \_\_\_\_\_

23) Existe famílias que fazem prestação de serviços agrícolas fora do projeto como diarista ou empregado? ( ) SIM ( ) NÃO Quanto são? \_\_\_\_\_

24) Qual a produção mensal? \_\_\_\_\_

25) Quanto é a renda familiar mensal? \_\_\_\_\_

26) Como é feita a distribuição do dinheiro obtido com a comercialização?

---

---

---

27) Existe famílias que conseguem renda de outra forma dentro do projeto c/ costura, artesanato, comércio ou serviços? ( ) SIM ( ) NÃO Quantas são?\_\_\_\_\_

28) O assentamento está inserido no Programa de Inovação tecnológica na Agricultura do Ministério de Abastecimento? ( ) SIM ( ) NÃO Por quê?\_\_\_\_\_

---

---

29) Participa do Programa de Apoio e Desenvolvimento de Fruticultura Irrigada?

30) ( ) SIM ( ) NÃO Por quê?\_\_\_\_\_

---

31) Existe equipamento de lazer no assentamento? ( ) SIM ( ) NÃO

( ) Clube ( ) Campo ( ) Outro\_\_\_\_\_

( ) Quadra desportiva ( ) Salão de jogos

32) Como o Senhor avalia a participação do Estado em relação à política de assentamentos?

---

---

---

33) Em relação ao crédito obtido com os recursos do PRONAF em que foi aplicado o crédito? Todos receberam o PRONAF? Como tem sido feito o pagamento?

---

---

---

34) Existe reuniões no assentamento? Qual a frequência nestas? Como são organizadas essas reuniões?

---

---

35) Quais os principais assuntos de discussão coletiva?

---

---

36) Quais as principais dificuldades enfrentadas no assentamento?

---

---

---

37) O assentamento é assistido pelo PSF? ( ) SIM ( ) NÃO Caso negativo, como a saúde é tratada? \_\_\_\_\_

38) Existe atendimento de saúde regular para vacinação, acompanhamento de gestante e crianças? ( ) SIM ( ) NÃO

39) O senhor é filiado a algum partido político? ( ) SIM ( ) NÃO Qual: \_\_\_\_\_

40) O assentamento recebe(u) ajuda de alguma instituição não-governamental?

( ) SIM ( ) NÃO Qual? \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

41) Quantos (ha) de preservação permanente do P.A? \_\_\_\_\_

42) Tempo de acesso do P.A. à sede do município? \_\_\_\_\_

43) Forma de acesso:

( ) Todo percurso em estrada asfaltada

( ) Maior parte do percurso em estrada asfaltada e menor parte do percurso em estrada de terra em más condições

( ) Maior parte do percurso em estrada asfaltada e menor parte do percurso em estrada de terra em boas condições

( ) Menor parte do percurso de estrada asfaltada e maior parte ou todo o percurso em estrada de terra em más condições, mas trafegável o ano inteiro.

44) Recentemente, agosto de 2004, foi noticiado no Jornal Tribuna do Norte, a liberação do título de posse da terra (INCRA) para o assentado. Como tem se dado esse processo no Assentamento? Como tem sido a aceitação?

---

---

---

---

45) Como tem se dado à relação entre o assentamento e a Prefeitura do município?

---

---

---

46) O assentamento participa do plano municipal de desenvolvimento rural?

( ) SIM ( ) NÃO Qual? \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

---

---

---

47) Como o senhor define o Assentamento Vale do Lírio? \_\_\_\_\_

---

---

48) Uma das metas cogitadas no Plano Regional de Reforma Agrária é a recuperação de alguns assentamentos e a criação de outras atividades que possam gerar renda, uma dessas atividades é o turismo rural no qual o V. do Lírio está selecionado. Qual é perspectiva do assentamento para esse tipo de atividade?

---

---

OBSERVAÇÕES: \_\_\_\_\_

---

APÊNDICE B - FORMULÁRIO APLICADO COM O ADMINISTRADOR DA EMPRESA  
CALIMAN AGRICOLA S. A. NO RN

Nome: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

- 1) Qual a relação da empresa com o assentamento/assentados?

---

---

---

---

---

---

- 2) Como surgiu a idéia da parceria entre uma empresa de grande porte e o assentamento Vale do Lírio? Existe outros assentamentos em que a empresa atua? Caso negativo, por quê relação semelhante não acontece com outros assentamentos?

---

---

---

---

---

---

- 3) Quais os motivos da escolha do assentamento Vale do Lírio no estabelecimento da parceria?

---

---

---

---

4) Juridicamente como foi firmada a parceria? Quais os vínculos obrigacionais entre a empresa e os assentados?

---

---

---

---

---

5) Como é a relação de trabalho entre a empresa e os assentados? E do ponto de vista social?

---

---

---

---

6) Quantas pessoas estão envolvidas no trabalho desenvolvido no assentamento?

---

---

---

---

7) A empresa é responsável pela orientação técnica relativa ao processo produtivo? Como se dá essa orientação?

---

---

---

---

---

8) Quanto foi investido no projeto e quais as perspectivas de retorno de capital?

---

---

---

9) Houve alguma dificuldade para implementação do projeto?

---

---

---

---

10) No assentamento nem todos os sujeitos aderiram à parceria com a empresa. Qual é a explicação para esse fato?

---

---

---

---

11) Qual é a situação da produção de mamão no Rio Grande do Norte , Vale do Lírio, em relação a outras áreas produtoras?

---

---

---

---

---

12) Quais as metas da empresa em relação ao trabalho desenvolvido no assentamento?

---

---

---

---

13) A empresa desenvolve algum projeto social no assentamento? ( ) SIM ( ) NÃO

Qual? \_\_\_\_\_

---

Por quê? \_\_\_\_\_

---

14) Qual o destino da produção no assentamento? Quanto da produção se destina a exportação e quanto se destinam à rede local? Sabendo-se que a empresa também tem guardado propriedades particulares da região?

---

---

---

---

---

OBSERVAÇÕES: \_\_\_\_\_

---

---

---